

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAROLINE GONZAGA

“SOMOS MUITOS *FRANCISCOS* IGUAIS EM TUDO E NA SINA”: VIOLÊNCIA,
RESISTÊNCIA CAMPONESA, REVOLTA DE PORECATU E MICRO-HISTÓRIA

CURITIBA

2020

CAROLINE GONZAGA

“SOMOS MUITOS *FRANCISCOS* IGUAIS EM TUDO E NA SINA”: VIOLÊNCIA,
RESISTÊNCIA CAMPONESA, REVOLTA DE PORECATU E MICRO-HISTÓRIA

Dissertação apresentada à linha de pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na História, ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientação: Prof. Dr. Marcos Gonçalves

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Gonzaga, Caroline

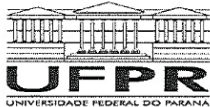
“Somos muitos *Franciscos* iguais em tudo e na sina”: violência, resistência camponesa, Revolta de Porecatu e micro-história. / Caroline Gonzaga. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Marcos Gonçalves

1. Brasil – História – Revolta de Porecatu (PR). 2. Camponeses – Revoltas – Porecatu (PR). 3. Posse de Terra – Porecatu (PR). 4. Micro-história. I. Gonçalves, Marcos, 1961. II. Título.

CDD – 981.62



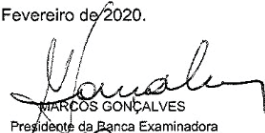
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0


TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **CAROLINE GONZAGA**, intitulada: "**SOMOS MUITOS FRANCISCOS IGUAIS EM TUDO E NA SINA**" : **VIOLÊNCIA, RESISTÊNCIA CAMPONESA, REVOLTA DE PORECATU E MICRO-HISTÓRIA.**, sob orientação do Prof. Dr. MARCOS GONÇALVES, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 20 de Fevereiro de 2020.


MARCOS GONÇALVES
Presidente da Banca Examinadora


ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


ANTONIO MARCOS MYSKIW
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL)



Para todos os camponeses e camponesas que ousaram desafiar um sistema patriarcal e latifundiário em busca de um Brasil mais justo.

AGRADECIMENTOS

Vou mostrando como sou
E vou sendo como posso
Jogando meu corpo no mundo
Andando por todos os cantos
E pela lei natural dos encontros
Eu deixo e recebo um tanto
E passo aos olhos nus
Ou vestidos de lunetas
Passado, presente
Participo sendo o mistério do planeta
Novos Baianos

Eu, como uma fã inveterada de Novos Baianos, acredito muito na lei natural dos encontros. É ela que coloca no nosso caminho todas as ferramentas necessárias para que possamos compreender o mundo de uma maneira mais leve e, ao mesmo tempo, intensa. As linhas que se seguem foram escritas em uma madrugada de verão com o intuito de agradecer a todas as pessoas que, de algum modo, contribuíram para que esta jornada maluca – chamada dissertação – pudesse ser realizada.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a minha mãe, Elida Regina. Aquela que me ensinou a amar a vida incondicionalmente, que tem doçura até nos momentos de raiva e que tem os olhos azuis mais lindos do mundo. Obrigada por ter me tornado uma mulher forte como você. Agradeço também ao meu pai, Valdeci, por sempre comemorar minhas conquistas como se fossem as maiores do mundo, e ao meu irmão, Lucas, que me estende a mão sempre que preciso.

Ao meu orientador Marcos Gonçalves, um grande mestre dessa vida, meu muito obrigada. Você possui uma ética de trabalho e uma compreensão com seus alunos que são invejáveis. Obrigada pela paciência, por apoiar minhas ideias malucas, por acreditar na minha capacidade de realizar uma pesquisa e, sobretudo, pela amizade nesses anos. Espero que um dia eu seja uma professora tão boa quanto você é.

Aos demais professores e professoras que me ajudaram nessa caminhada só posso agradecer. Marion Brepohl, obrigada por ter me apresentado Pierre Ansart no momento em que mais buscava respostas, sua disciplina sobre história política foi indispensável para minha formação. Ana Paula Vosne Martins, obrigada pela paciência e por todos os ensinamentos durante as aulas de seminário, sem a sua ajuda essa pesquisa não seria a mesma. Priscila Piazzentini Vieira, obrigada por tentar me ensinar Foucault mesmo com a minha cabeça dura e por ter sido tão atenciosa na leitura para minha banca de qualificação. Rosane Kaminski, obrigada pela oportunidade de apresentar meu primeiro trabalho em um evento acadêmico. Vinicius Nicastro Honesko, obrigada pelos ensinamentos sobre

Derrida e pelas discussões sobre a nossa conjuntura política atual. Karina Kosicki Belloti, obrigada pela oportunidade de fazer parte do PIBID e compreender melhor que a educação e a pesquisa precisam caminhar juntas. Rodrigo Rodrigues Tavares, obrigada pela oportunidade de realizar uma iniciação científica e conhecer as fontes jornalísticas pela primeira vez. Liz Andréa Dalfré, obrigada pelas conversas sobre a minha pesquisa e pelo convite maravilhoso de compartilhar minhas ideias com os seus alunos. E, por fim, Martha Daisson Hameister, obrigada por ter me apresentado Ginzburg, sem a sua indicação de *O queijo e os vermes* essa dissertação não seria a mesma.

Obrigada a Roseli Boschilia e Antonio Marcos Myskiw que compuseram minha banca de defesa. Vocês foram essenciais para o resultado final desta dissertação. Obrigada também a secretária do PPGHIS-UFPR, Maria Cristina Parzowski, que sempre esteve disposta a responder minhas dúvidas e ajudar com toda a burocracia que envolve a realização de uma dissertação.

Estendo o agradecimento a todos os funcionários e funcionárias da UFPR que trabalham incansavelmente para que tudo funcione bem no nosso pequeno mundo chamado universidade, em especial a psicóloga Juliana Goulart que ajudou imensamente para que minhas interpretações sobre o mestrado fossem as melhores possíveis.

Agradeço ao Derek Assenço Cruz que, sem nem mesmo me conhecer, fez a belíssima tradução do resumo deste trabalho. Obrigada pela sua preocupação em fomentar um ambiente em que lutamos pela pós graduação ao mesmo tempo em que ajudamos nossos colegas.

Agradeço a CAPES pela bolsa de pesquisa que propiciou a realização desta dissertação. Em tempos de cortes tão grandes na educação é sempre necessário lembrar da importância que as bolsas de pesquisa exercem na vida dos alunos.

Aos colegas e amigos da Intersub, obrigada pelos momentos compartilhados. E não me refiro apenas as leituras dos projetos, as indicações de livros e a ajuda para realizar cada plano anual ou relatório final. Agradeço a vocês pelas pessoas maravilhosas que são, por terem preenchido as manhãs e tardes de aula com alegria, pelos cafés e cervejas compartilhados e por compreenderem meu jeitinho peculiar de sempre reclamar de tudo. Luanna Bach, Gabriel Braga, Nicolle Taner, Ingrid Frandji, Jessica Stori, Leon de Carvalho, Lorena Silva, Alexandre Cozer e Michel Erlich vocês foram a melhor turma do universo! Foi um prazer aprender com a pesquisa de cada um. Também agradeço a Anne da Rocha, Evander Ruthieri e Alexandre Kosteczka que sempre estiveram dispostos a discutir e ajudar com os caminhos da pesquisa.

Não há como falar das amizades que a pós graduação me proporcionou sem falar de uma mulher excepcional, que além de compartilhar o orientador comigo, compartilhou também a vida. Ana Carolina Contin Kosiak, você foi um presente desse mestrado. Sou grata pelo modo como as coisas se equilibram na sua presença. Obrigada por ouvir meus choros, meus surtos, minhas ideias mirabolantes e sempre estar disposta a ajudar. Você é uma companhia Qualis A!

Agradeço imensamente a Flávia da Rosa Melo que, além de colega da pós graduação, é uma amiga inestimável. Quando nos (re)conhecemos naquele psicodália não imaginava a dimensão que tomaria em minha vida. Como te disse no ano novo, meu 2019 teria sido mais pesado sem a sua presença. Obrigado pelas festas, pelas loucuras, pelas intermináveis discussões sobre o mundo e sobre nossa bolha reitoriana.

Salim, Vivi e Raleiga, obrigada por terem me apresentado a ilha do mel de uma maneira tão linda. Esse lugar foi meu refúgio em vários momentos onde a escrita se tornou enfadonha demais. À pequena Luiza só posso agradecer pela amizade, espero que você se torne tudo o que quiser. Obrigada também ao Fabinho, que sempre abriu as portas da sua casa e dividiu sua família comigo. A alegria que sinto todas as vezes que coloco o pé naquela areia é indescritível e tenho certeza que só é assim porque vocês fazem parte desse cenário mágico.

Agradeço ao Allan Fenelon e Ágatha Almeida pela amizade sincera. Vocês sempre tiveram tanto carinho por mim que não há palavras suficientes para agradecer. Alana Mendes, que faz falta todos os dias, obrigada por ver o mundo de uma maneira tão bonita e me ensinar que não precisamos de muito para ser feliz. Tainá Bobato Stadler, amiga de infância, obrigada por ter incentivado meus planos de fazer história quando ainda éramos adolescentes.

Aos amigos queridos dessa vida, só posso dizer que vocês tornam os dias mais felizes. Vocês foram família e alento nesses dias frios curitibanos. Tenho uma sorte imensa de poder compartilhar minhas ideias e maluquices com vocês. Seja em um festival fazendo pão com ovo de madrugada, em casa tomando uma cerveja, tentando convencer a Ticy a fazer uma costela de chão, em uma sarjeta da Trajano ou reclamado sobre a vida (porque a gente é velho e rabugento) vocês fizeram de cada momento uma lembrança única. Ticy Molin, André Pupo (e também as pequenas Tarsila e Cecília), Flora Morena de Araujo, Felipe Filippetto, Tamara Molin, Marcelo Villegas, Julia Scuiatti, Carlos Magno, Arthur Aroha, Fernanda Haag, Gustavo Anderson, Gustavo Blum e Aldenor Madeira Neto, vocês são sensacionais!

Registro também um muito obrigada para Joy Gasparin e Marcos Marinho. É sempre um alento saber que posso contar com vocês. Obrigada pelos momentos de descontração, pelos almoços compartilhados e por me receberem na sua casa e na sua família.

Por fim, agradeço ao meu companheiro de vida, Douglas Gasparin Arruda. Você foi o primeiro a me ouvir contar sobre Francisco e o primeiro a apoiar essa pesquisa. Você leu todos os capítulos desta dissertação e corrigiu minha insistência em colocar vírgulas onde não é necessário. Você também foi o único que presenciou as fases mais sombrias da minha escrita, que suportou os choros, soluços, crises de ansiedade. E sempre fez isso estendendo a mão e com o abraço preparado. Você acompanhou as noites que passei acordada e me suportou nos momentos mais chatos da minha existência. Obrigada para você seria pouco, então me limito a dizer que te amo com a mesma intensidade daquele show em meio a tempestade. Nossa pequena família de dois (como diria Cecília) é a mais completa do mundo para mim. Sou feliz pelo nosso jardimzinho.

*Oh senhor cidadão,
Eu quero saber, eu quero saber
Com quantos quilos de medo,
Com quantos quilos de medo
Se faz uma tradição?
Oh senhor cidadão,
Eu quero saber, eu quero saber
Com quantas mortes no peito,
Com quantas mortes no peito
Se faz a seriedade?
(Tom Zé)*

RESUMO

A Revolta de Porecatu, ocorrida no norte paranaense, teve início em 1944 quando centenas de famílias de posseiros, que não conseguiam legalizar a posse de suas terras perante o governo, fundaram duas Associações de Lavradores. Nos embates contra grileiros, jagunços e forças policiais os camponeses de Porecatu receberam ajuda do Partido Comunista (PCB). A partir de 1948, com a chegada do partido na região, a resistência camponesa se transformou em uma resistência armada. Em 1951 a polícia e agentes do DOPS localizaram uma reunião do PCB em Londrina e prenderam dirigentes do partido e membros do comando da Revolta de Porecatu. No mesmo ano o Estado enviou um grande contingente de homens para combater o levante. Em julho de 1951 não havia mais posseiros de armas na mão e o fim desses camponeses foi variado: muitos foram presos, outros fizeram acordos com grileiros, outros passaram a se dedicar a militância clandestina no Partido Comunista, alguns fugiram da região e muitos foram mortos. O presente trabalho propõe investigar, em um primeiro momento, a tortura e assassinato de Francisco Bernardo dos Santos – camponês, residente da região de Porecatu, morto em 1950. A partir da reconstrução de sua trajetória, por meio da micro-história, busca-se compreender também a trajetória de outros camponeses que tiveram suas vidas atravessadas pela violência. Outro objetivo importante que busca-se desenvolver ao longo do trabalho é o de compreender a história dos camponeses de Porecatu sem que estejam sob a “tutela” do Partido Comunista.

Palavras-chave: Violência. Resistência camponesa. Revolta de Porecatu. Micro-história.

ABSTRACT

The Porecatu Uprising, located in the north of Paraná, Brazil, began in 1944 when hundreds of squatter families, unable to legalize their lands' ownership before the government, founded two Association of Farmers. In clashes against land grabbers ("*grileiros*"), gunmen and police enforcers, Porecatu countrymen received help from the Communist Party (BCP). From 1948, with the arrival of the party in Porecatu, the villager resistance became an armed resistance. In 1951, the police and DOPS (Department of Social and Political Order) agents located a BCP meeting in Londrina and arrested party leaders and Porecatu Uprising command members. In the same year, the government sent a large contingent of men to fight the rebellion. In July 1951, there were no more armed squatters and the end of the villager resistance was varied: many were arrested, others made deals with land grabbers, others dedicated themselves to illegal activism in the Communist Party, some ran away from the region and many were murdered. This project seeks to investigate, at first, the torture and murder of Francisco Bernardo dos Santos – countryman, Porecatu resident, murdered in 1950. From the reconstruction of his life path, through micro-history, this research project aims to also understand the life stories of other countrymen who have also faced violence throughout their lives. Another proposed objective is to understand the history of Porecatu peasantry while not taking in regard the "guardianship" of the Communist Party.

Keywords: Violence. Peasantry resistance. Porecatu Uprising. Micro-history.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Concentração da Liga Camponesa de Cornélio Procópio, no norte do Paraná, em 1949.....	31
Figura 02 – Os camponeses Antonio Gonçalves Padilha, José Billar e Hilário Gonçalves Padilha indo para o Rio de Janeiro procurar Pedro Pomar.....	33
Figura 03 – Mapa que mostra a proximidade de Regente Feijó e Porecatu.....	34
Figura 04 – Mapa que mostra a proximidade de Porecatu e Jaguapitã.....	35
Figura 05 – Francisco amarrado em uma árvore, momentos antes de ser fuzilado.....	36
Figura 06 – Camponeses da Revolta de Porecatu conversando.....	39
Figura 07 – Porto Capim, nas margens do rio Paranapanema.....	41
Figura 08 – Cidade de Porecatu na década de 1940.....	42
Figura 09 – Geremia Lunardelli em 1955.....	48
Figura 10 – Geremia Berdinazzi, personagem da telenovela O Rei do Gado.....	50
Figura 11 – Geremia Lunardelli e Assis Chateaubriand.....	51
Figura 12 – Mapa das cidades que abarcaram os conflitos agrários na região de Porecatu entre 1944 e 1951.....	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADP: Associação Deus Proverá

BOC: Bloco Operário Camponês

CIDAPAR: Companhia Industrial de Desenvolvimento do Pará

CODESPAR: Companhia de Desenvolvimento do Sul do Pará S/A

CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT: Comissão Pastoral da Terra

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

DPT: Departamento de Polícia Técnica

DOPS: Departamento de Ordem Política e Social

FETRAECE: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Ceará

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

JCJ: Junta de Conciliação e Julgamento

LCP: Liga dos Camponeses pobres

MASP: Museu de Arte de São Paulo

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PC: Partido Comunista

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PCdoB: Partido Comunista do Brasil

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSD: Partido Social Democrático

SAPPP: Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco

STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais

STF: Supremo Tribunal Federal

UCP: Usina Central Paraná

UDR: União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. NARRATIVAS DO CAMPO: CAMPONESES <i>VERSUS</i> LATIFUNDIÁRIOS.....	26
2.1 A tortura e assassinato de Francisco Bernardo dos Santos.....	27
2.2 O latifúndio como pioneiro.....	41
2.3 Iguais em tudo e na sina.....	54
3. QUESTÕES TEÓRICAS, METODOLÓGICAS E CONCEITUAIS.....	71
3.1 A micro-história como “metodologia”.....	72
3.2 Guerra, guerrilha, levante, revolta ou resistência de Porecatu?.....	83
3.3 Delimitações dos conceitos camponês e campesinato.....	97
4. FRANCISCO BERNARDO DOS SANTOS: UM PONTO DE PARTIDA PARA REFLEXÕES.....	114
4.1 Sobre a violência no campo.....	115
4.2 Sobre os discursos públicos e ocultos.....	129
4.3 Sobre a imprensa comunista.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
FONTES.....	157
REFERÊNCIAS.....	160
ANEXO.....	166

1. INTRODUÇÃO

Caro leitor, gostaria que nos capítulos que vêm a seguir você fosse convidado não apenas a ler reflexões sobre os temas da violência, resistência camponesa, Revolta de Porecatu e micro-história, mas também a acompanhar os passos que me fizeram chegar até aqui. Um dos objetivos que tenho é colocá-lo diante de minhas leituras e fontes e propor uma discussão que, acredito, estará sempre em aberto.

Partirei de um argumento produzido por Giovanni Levi em seu texto “Sobre a micro-história”. O autor nos aponta o quanto é necessário, em uma pesquisa microhistoriográfica, incorporar à narrativa os procedimentos da pesquisa, as limitações documentais, as técnicas de persuasão e as construções interpretativas, pois esse método rompe com a assertiva tradicional que apresenta a realidade como objetiva. Na micro-história, o ponto de vista do pesquisador torna-se parte intrínseca do relato e as linhas de pensamento não se escondem dos olhos do não-iniciado, já que o leitor deve ser envolvido em um diálogo que o permita participar da construção do argumento histórico (LEVI, 1992, p. 152). Baseando-se nessa linha de pensamento dedicarei uma parte da introdução para narrar como “descobri” o personagem Francisco Bernardo dos Santos que deu início às reflexões e investigações presentes neste texto¹.

Francisco foi um camponês, residente da região de Porecatu, norte do Paraná, que foi torturado e assassinado em 1950 durante uma disputa de terras entre posseiros e grileiros. A resistência dos camponeses de Porecatu abarcou várias cidades e vilas, entre elas Jaguapitã, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Miraselva, Lupianópolis, Cafeara, Alvorada do Sul e Bela Vista do Paraíso.

Teve início em 1944 quando centenas de famílias de posseiros, que não conseguiam legalizar a posse de suas terras perante o governo, fundaram duas Associações de Lavradores. Esse foi o primeiro passo de organização dos camponeses que desembocaria, mais tarde, em um conflito armado.

Em 1948, por meio de Miguel Gajardoni, morador de Jaguapitã, o PCB é convidado a conhecer a luta dos camponeses e decide se envolver nos conflitos, levando armas e militantes para a região. Inicia-se então a resistência armada dos posseiros contra latifundiários, jagunços e forças policiais. Aproveito para ressaltar logo de início o papel da polícia na história de Francisco Bernardo dos Santos: estando a serviço dos grandes

¹ Utilizo o termo “personagem” por acreditar que todas as fontes que versam sobre Francisco Bernardo dos Santos o descrevem de acordo com anseios próprios. Do mesmo modo, acredito que toda pesquisa que desenvolvi e desenvolverei sobre ele o torna também um personagem, já que sua voz própria foi apagada há muito tempo e não é possível ter acesso a quem ele foi realmente.

grileiros de terras, os policiais foram responsáveis por organizar emboscadas contra camponeses durante a Revolta de Porecatu que culminaram no assassinato desses trabalhadores rurais. Francisco foi um deles.

Em junho de 1951 o Estado já havia enviado um grande contingente de homens para combater a resistência. A polícia e os agentes do DOPS localizaram uma reunião do PCB em Londrina e conseguiram prender dirigentes do partido e membros do comando da Revolta de Porecatu. Em julho de 1951 não havia mais posseiros de armas na mão e o fim desses camponeses foi variado: muitos foram presos, outros fizeram acordos com grileiros, outros passaram a se dedicar a militância clandestina no Partido Comunista, alguns fugiram da região e muitos foram mortos.

Entre os anos de 2014 e 2015 realizei uma Iniciação Científica, durante a graduação em história na UFPR, intitulada “O Paraná na imprensa comunista (1949-1952)”. O objetivo desta pesquisa era mapear todas as reportagens referentes ao estado do Paraná nos jornais *Voz Operária* e *Imprensa Popular*, ambos editados no Rio de Janeiro e produzidos pelo PCB. Foi quando percebi que o interesse do Partido Comunista em noticiar fatos ocorridos no Paraná só se deu durante seu envolvimento na Revolta de Porecatu (1948-1951). Nesses jornais o eixo Rio-São Paulo sempre teve maior destaque por se tratar de áreas urbanas e industrializadas, com maior número de operários, grupo alvo das notícias produzidas pelo PCB.

Entre várias reportagens pedindo apoio e solidariedade à luta camponesa encontrei um personagem singular, que ganhou ainda mais destaque depois que foi brutalmente assassinado – o camponês Francisco Bernardo dos Santos. A pesquisa inicial, que rendeu tabelas e porcentagens sobre o Paraná na imprensa comunista, começou a parecer monótona diante da oportunidade de escrever sobre Francisco.

Assim como Foucault, em “A vida dos homens infames” (2006), acredito que meu fascínio por Francisco seguiu um gosto pessoal, assombro ou surpresa – a história de seu assassinato me assolou por algum tempo e decidi que precisava externalizar as fontes descobertas. Juntamente com meu orientador, Prof. Dr. Marcos Gonçalves, desenvolvi a monografia “A construção da imagem de Francisco Bernardo dos Santos nas páginas da imprensa comunista – um retrato entre a Guerrilha Armada de Porecatu e a atuação do PCB no Paraná (1950)”. O objetivo desta segunda pesquisa era analisar os discursos jornalísticos em torno de Francisco e observar como o Partido Comunista criou a imagem de que o camponês seria um herói e sua morte um canal para a luta em Porecatu se intensificar.

Porém, dar ênfase ao papel do Partido Comunista como um organizador das massas não era algo que me agradava totalmente. Alguns pesquisadores consideram o marco inicial da Revolta de Porecatu como 1948, ano em que o PCB chega na região². Sempre utilizei como marco do início da revolta o ano de 1944 quando os camponeses, sozinhos e de forma espontânea, fundaram duas Associações de Lavradores, que mais tarde se tornaram Ligas Camponesas e tomaram contornos mais abrangentes com os movimentos de resistência rural no nordeste brasileiro.

Inspirada pelas intuições teóricas de Thompson, que em *A Formação da Classe Operária Inglesa. Volume I. A árvore da liberdade* (1987), buscou mostrar os trabalhadores como capazes de conseguir certas mobilidades dentro da estrutura, queria também trabalhar os camponeses sem que estes estivessem sempre sobre a “tutela” do Partido Comunista.

Mas havia um problema enfrentado ao tratar sobre Francisco Bernardo dos Santos e outros camponeses que também participaram da Revolta de Porecatu durante a realização de minha monografia: a escassez de fontes. Não foram encontrados até hoje documentos que versem sobre a vida de Francisco pregressa à Porecatu de forma detalhada. Procurei então ampliar ao máximo as fontes que tratam de seu assassinato e sobre a Revolta de Porecatu.

Desenvolvi, por fim, o projeto de mestrado intitulado “O assassinato de Francisco Bernardo dos Santos: uma micro-história em meio a Revolta de Porecatu (1950)”, apresentado à linha de pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Esse projeto, diferente da monografia que produzi, propôs-se a sair da dicotomia entre esquerda e direita, criada em diversas narrativas sobre Porecatu que davam grande importância ao Partido Comunista, e mostrar os camponeses, agentes sociais da Revolta de Porecatu, através da micro-história do assassinato de Francisco Bernardo dos Santos.

Foi devido às fontes e a maneira como foram encontradas que utilizo, no resumo deste trabalho, a palavra “reconstrução” para me referir a trajetória de Francisco. Fruto de muitas pesquisas, junção de notas minúsculas e informações dispersas que foi possível saber o que aconteceu nos meses que precederam seu assassinato. Como na construção de um muro, foram selecionadas várias peças que, mais tarde, foram cimentadas com

² Podemos encontrar essa visão em artigos de Angelo Priori e Osvaldo Heller da Silva. Para Silva (2006), antes do PCB se envolver nos conflitos existia apenas um “conflito fundiário”, depois de sua chegada ganha contornos de “guerrilha rural” onde o Partido foi considerado o agente mais ativo dos acontecimentos.

teorias e metodologias. Relembrando Ginzburg, poderia aqui falar também de pistas, resíduos – uma caça pelas fontes.

Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pelos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas. Gerações e gerações de caçadores enriqueceram e transmitiram esse patrimônio cognoscitivo (...) O caçador teria sido o primeiro a “narrar uma história” porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos. (GINZBURG, 1989, p. 151, 152).

É possível observar ainda que a capacidade de remontar uma realidade a partir de dados aparentemente negligenciáveis é uma característica da micro-história que forma um conhecimento histórico indireto, indiciário e conjectural (GINZBURG, 1989, p. 157).

Aceitando como base essas reflexões, gostaria de dedicar uma parte desta introdução para descrever as fontes que compõem esta pesquisa. Tomei a liberdade de separá-las e organizá-las em oito categorias: periódicos, jornais eletrônicos, de caráter bibliográfico, documentos da Comissão Pastoral de Terra, relatórios, livros, manifestos e documentos oficiais. Todas estão disponíveis *online* por meio de bancos de dados diversos.

Na primeira categoria – periódicos – estão presentes 34 reportagens produzidas pela revista *O Cruzeiro* e pelos seguintes jornais: *O Dia*, *Voz Operária*, *Imprensa Popular* e *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Apresentam pontos de vista da imprensa comunista e da imprensa de referência. Entre elas estão detalhes da grilagem na propriedade de Francisco Bernardo dos Santos e seu posterior assassinato, informações sobre outros camponeses da Revolta de Porecatu e sobre os andamentos de sua resistência. Também há reportagens que versam sobre camponeses assassinados em outros anos e outras localidades.

Na segunda categoria – jornais eletrônicos – foram levantadas dez reportagens de diferentes *sites*. A maior parte delas traz informações a respeito de casos de assassinatos de camponeses posteriores à Revolta de Porecatu. Porém, também há uma reportagem que trata sobre a novela *O Rei do Gado* e sobre o personagem Geremia Berdinazzi, comparado largamente com o latifundiário Geremia Lunardelli. Lunardelli foi apontado pela imprensa comunista como mandante do assassinato de Francisco Bernardo dos Santos.

A denominação da terceira categoria – de caráter biográfico – foi inspirada pelo livro *O espaço biográfico: Dilemas da subjetividade contemporânea*, de Leonor Arfuch. Nele é possível compreender que:

A simples menção do “biográfico” remete, em primeira instância, a um universo de gêneros discursivos consagrados que tentam apreender a qualidade evanescente da vida opondo, à repetição cansativa dos dias, aos desfalecimentos da memória, o registro minucioso do acontecer, o relato das vicissitudes ou a nota fulgurante da vivência, capaz de iluminar o instante e a totalidade. Biografias, autobiografias, confissões, memórias, diários íntimos, correspondências dão conta, há pouco mais de dois séculos, dessa obsessão por deixar impressões, rastros, inscrições, dessa ênfase na singularidade, que é ao mesmo tempo busca de transcendência. Mas, na trama da cultura contemporânea, outras formas aparecem disputando o mesmo espaço: entrevistas, conversas, perfis, retratos, anedotários, testemunhos, histórias de vida. (ARFUCH, 2010, p. 15)

Nesta categoria se encontram três biografias, quatro depoimentos, um diário e três entrevistas. Esses documentos trazem informações sobre Francisco Bernardo dos Santos, Geremia Lunardelli, camponeses da região de Porecatu, camponeses de outras localidades e temporalidades, membros do PCB que conheceram e se envolveram na Revolta de Porecatu e do deputado Pedro Pomar, que apoiou a luta dos posseiros no norte do Paraná e conheceu Francisco pessoalmente.

A quarta categoria – documentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – é composta por algumas edições dos relatórios *Conflitos no Campo*, que tratam sobre diversas violências sofridas por camponeses e apoiadores da luta no campo. Também há uma tabela de assassinatos e processos relativos ao meio rural e um documento que expõe violências praticadas contra uma líder camponesa no Amazonas. A CPT é uma grande apoiadora da luta no campo no Brasil e mantém um vasto acervo que conta com fontes muito diversas que podem servir para as mais variadas pesquisas.

Na quinta categoria – relatórios – foram utilizados o Relatório da Comissão Camponesa da Verdade, o Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR e o Relatório da Comissão que apurou a chacina de Pau D’Arco no Pará. Dentre os três, o único que fala especificamente sobre Francisco é o Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR.

A sexta categoria – livros – contém as obras *Terras do sem-fim* e *Tocaia Grande*, de Jorge Amado, que auxiliaram no entendimento sobre a colonização na região de Porecatu nas décadas de 1930 e 1940 e sobre a prática de tocaias no meio rural brasileiro.

Também foi utilizado o livro *Retrato da Repressão política no campo*, de Ana Carneiro e Marta Cioccarri, que trabalha diversos casos de violências no meio rural.

A sétima categoria – manifestos – corresponde aos manifestos de 1948 e 1950 produzidos pelo PCB. Nesta pesquisa eles não foram analisados e utilizados de maneira minuciosa, serviram apenas para compreender algumas pequenas particularidades do Partido Comunista na época em que se envolvem na Revolta de Porecatu.

Na oitava e última categoria – documentos oficiais – se encontram o documento do anuário da chefatura de polícia do Paraná (1950), que foi valioso para saber se o caso do assassinato de Francisco foi visto com importância pela polícia do estado. E também um pequeno texto que conta a história de Porecatu, postado no *site* da prefeitura da cidade, utilizado aqui como fonte para analisar a importância dada a família Lunardelli na região.

A partir das fontes descritas acima escrevi o capítulo “Narrativas do campo: camponeses *versus* latifundiários”. Nele é possível encontrar três narrativas: a primeira é sobre a tortura e assassinato de Francisco Bernardo dos Santos, a segunda sobre o “pioneirismo” da família Lunardelli e a terceira sobre torturas e assassinatos sofridos por camponeses de temporalidades e localidades diferentes das observadas na Revolta de Porecatu.

Francisco é um ponto de partida para analisar as violências contra camponeses ocorridas no norte do Paraná entre 1944 e 1951. Foi o personagem que despertou minha curiosidade para o campo da história rural e fez com que eu deslocasse minha visão para o sertão paranaense. Talvez nas linhas que seguem esse trabalho fique claro meu apreço pela sua história. Não quero aqui pender para a neutralidade nem esconder meu ponto de vista em tempos tão tortuosos. Como Ginzburg é uma inspiração na minha escrita e modo de interpretar as fontes relembro-o novamente ao dizer que: “a tendência de apagar os traços individuais de um objeto é proporcional à distância emocional do observador” (1989, p. 163).

Depois de elucidar como Francisco teve sua vida interrompida não demorou muito para compreender que ele não foi o primeiro, e nem o último, trabalhador rural torturado e assassinado no Brasil. Por esse motivo iniciei um levantamento de dados que pudesse colocar em evidência outros casos de violência no campo para comprovar essa hipótese. Não foi possível mencionar aqui todos os casos que encontrei, talvez um dia faça uma compilação de dados e disponibilize para pesquisadores que também se interessam por essa área. Busquei exemplos que também perpassam tortura e assassinato e que abarcam

os anos de 1953 a 2019. Durante esse período de levantamento de fontes um poema não saiu da minha cabeça: *Morte e vida Severina*.

Morte e vida Severina, de João Cabral de Melo Neto, conta a história de um retirante, como muitos outros “iguais em tudo e na sina”. Que morrem de morte igual: mesma morte severina. De emboscada, assim como Francisco, e de fome um pouco por dia. Considerando os dados levantados sobre violências no campo entre 1953 e 2019 e inspirada pelo poema intitulei esse trabalho como *Somos muitos Francisco iguais em tudo e na sina*. As palavras que seguem “violência, resistência camponesa, Revolta de Porecatu e micro-história” foram adicionadas no título a fins de explicação. Gostaria de ser mais vaga e utilizar apenas o primeiro trecho, mas seria difícil classificar a pesquisa apenas por ele, então decidi ser melhor adicionar essas pequenas explicações.

Também dediquei atenção a história da família Lunardelli, em especial Geremia Lunardelli. Comparei os dados sobre os camponeses da resistência de Porecatu com pesquisas que versavam a respeito dos grandes feitos dos grandes latifundiários pioneiros no Paraná. Busquei também na telenovela *O Rei do Gado* uma comparação feita na época de sua exibição (1996-1997) entre o Rei do Café, interpretado por Raul Cortez, com o também chamado Rei do Café Geremia Lunardelli.

No capítulo seguinte, intitulado “Questões teóricas, metodológicas e conceituais” convido você, leitor, a “descobrir” a micro-história do modo como eu a conheci – folheando os textos de Ginzburg, Levi e Revel. Ao contrário de Prost (2014), não vejo a micro-história como uma metodologia que produz pequenas joias ou trata de assuntos insignificantes que podem servir apenas para curiosidade. Considerando que a história do Paraná nunca ganhou tanto destaque como a dos grandes centros urbanos brasileiros e que a história dos camponeses que residem nesse estado foi delegada tantas vezes ao esquecimento, encontrar uma metodologia que dê a oportunidade de rememorar essas vidas singulares não pode ser um exercício insignificante ao meu ver³.

É também nessa parte do texto que irei introduzir as reflexões propostas por Pierre Ansart a respeito do estudo das paixões políticas. Esse autor foi importante para preencher lacunas existentes na micro-história e para tentar compreender as subjetividades dos

³ Destaco aqui o fato de que, durante todo meu ensino básico, nunca tive contato com a história da Revolta de Porecatu. No tempo que lecionei para o Ensino Fundamental II tampouco pude trabalhar esse conteúdo com os alunos já que não estava programado no livro didático. No Ensino Médio do mesmo colégio o conteúdo também não foi trabalhado com os alunos.

camponeses durante os embates agrários ocorridos nas décadas de 1940 e 1950 no norte do Paraná.

Quando escrevi pela primeira vez sobre os embates agrários na região de Porecatu tinha menos conhecimento e mais ímpeto juvenil. Balibar (2008, p. 3,4) apontou que a violência é capaz de despertar fascínio, pois podemos enxergar nela uma expressão de nossa própria morte. Talvez tenha sido o fascínio pela história das disputas pela terra – e a violência que as acompanha – ou talvez tenha sido apenas ingenuidade, mas ao fim dessa pesquisa denominei os conflitos agrários como *guerrilha*, sem me questionar ou ter dúvidas sobre esse termo. A monografia que nasceu dessa pesquisa causou estranhamento meses após sua conclusão.

Ao apresentar meu projeto para seleção de mestrado em História na UFPR, ponderei sobre o termo *guerrilha* e decidi utilizar *revolta* para descrever os conflitos. Por alguns meses essa ideia me pareceu adequada e não passível de questionamentos. Até que minha bolha historiográfica/linguística se rompeu novamente. Durante as disciplinas cursadas na Pós-Graduação tive contato com textos, ideias e conversas que me fizeram questionar novamente: seria a experiência de Porecatu uma *revolta*?

A leitura do livro *A escória do mundo: Figuras do pária* (2014), de Eleni Varikas, levou-me a pensar sobre a busca pelo significado e construção de determinadas palavras e termos. Sendo assim, discutirei sobre os usos e significados dos termos *guerra*, *guerrilha*, *levante*, *revolta* e *resistência* a fim de extrair aquele ou aqueles que sejam mais adequados para descrever os conflitos agrários no norte do Paraná entre 1944 e 1951. Não pretendo aqui fazer uma genealogia tão grandiosa quanto a de Varikas, mas me inspiro em sua ideia para tentar preencher uma lacuna em meu trabalho de dissertação.

Ginzburg afirmou certa vez: “descobri com surpresa quanto haviam sido importantes, sem eu saber, livros que eu nunca tinha lido, acontecimentos e pessoas de que eu ignorava a existência” (GINZBURG, 2007, p. 277). Partindo dessa ideia adianto ao leitor que algumas impressões e interpretações que terei sobre os termos analisados podem ter razões que eu mesma desconheço. Porém, tentarei incorporar à narrativa meus procedimentos de pesquisa, minhas limitações documentais e minhas construções interpretativas.

A última parte deste capítulo se destina a discutir os termos camponês e campesinato. Nota-se, primeiramente, que a definição de camponês carrega vários significados e por isso é necessário explicar porque Francisco Bernardo dos Santos foi “classificado” como camponês. Antes de tudo é preciso compreender que o campesinato

não é homogêneo e possui muitos exemplos concretos diferentes que se enquadram na sua denominação.

Considerando que as palavras camponês e campesinato são recentes no vocabulário brasileiro, tendo chegado até aqui como uma importação política, é possível perceber que antes eram utilizadas outras palavras para descrever o trabalhador rural. A exemplo disso temos os termos caipira, caiçara, tabaréu e caboclo. Ambas traziam consigo o significado de que os homens do campo eram rústicos, ingênuos e preguiçosos. Essas palavras se apresentam como depreciativas e ofensivas e por esse modo foram excluídas desta dissertação.

Neste sentido, compreende-se aqui que o campesinato é uma forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares. Para defini-lo é necessário observar a alocação da mão de obra familiar e o reconhecimento político, seja ele por motivos negativos ou positivos, além de considerar a amnésia social que ronda a vida e memória dos camponeses, ocultando e minimizando sua presença.

É certo que existem razões para definir camponês e razões para deixar a palavra indefinida. Porém, nesse ponto da dissertação julguei ser necessário explicar os motivos que me levaram a escrever no título do trabalho “resistência camponesa” e não “resistência dos posseiros”.

O último capítulo foi dividido em três partes que visam produzir reflexões a partir da história de Francisco Bernardo dos Santos, narrada anteriormente. As discussões são divididas em três partes: discussão sobre a violência no campo, discussão sobre os discursos públicos e ocultos, e, por fim, uma discussão a respeito da imprensa comunista, responsável por produzir muitas das fontes utilizadas durante este trabalho.

A discussão sobre a violência tomou por base estudos produzidos pela história, geografia, sociologia, filosofia, psicologia e direito. A partir desse levantamento bibliográfico as questões elencadas foram comparadas com casos concretos tratados nas narrativas presentes nesta dissertação. Através desta discussão foi possível perceber que a violência é uma construção social ambígua e seu significado sempre está em processo de mudança. Por meio dela é possível autuar uma série de processos homogêneos, mas apenas a homogeneização acaba por simplificar as possíveis causas da violência.

Outro aspecto importante é que não é possível negar a violência e apenas repudiá-la como um fantasma. A violência se apresenta como um elemento vivo de qualquer projeto social e, no caso do desenvolvimento do campesinato, mostra as contradições discursivas presentes na história do latifúndio. Por fim, respeitando que a violência é

múltipla, observa-se a importância de trabalhar casos concretos. Quando o fazemos, a violência torna contornos específicos, que explicam a formação e as contradições da sociedade brasileira.

Na discussão a respeito dos discursos públicos e ocultos podemos observar que, durante a Revolta de Porecatu, a quebra com o discurso público, que exaltava os latifundiários, e a expressão de um discurso oculto, que apregoava as dificuldades enfrentadas pelos camponeses, fez com que os camponeses fossem perseguidos com mais crueldade.

Tratando agora sobre a imprensa comunista, é possível perceber que o Partido Comunista utilizava imagens e construções narrativas que visavam perpetuar suas ideologias e visões de mundo. As fontes que produziram sobre Francisco Bernardo dos Santos passaram por vários filtros que as deformaram. Mesmo assim, acredita-se que falar dos camponeses, mesmo que com essas fontes, seja mais importante do que delegar, mais uma vez, suas trajetórias ao esquecimento.

Por fim, conclui-se que a micro-história foi capaz de elucidar fatos antes não explorados a respeito da Revolta de Porecatu. A partir da análise de um caso concreto, o de Francisco Bernardo dos Santos, foi possível romper com a dicotomia entre esquerda e direita e mostrar os camponeses como agentes de suas próprias histórias.

2. NARRATIVAS DO CAMPO: CAMPONESES *VERSUS* LATIFUNDIÁRIOS

Durante toda a história brasileira os acontecimentos políticos no meio rural foram responsáveis por remodelar relações e construir novas visões de mundo. Observando os tempos iniciais da colonização vê-se que os deslocamentos dos conquistadores não visavam a incorporação do espaço a uma realidade econômica e político-institucional: tudo era temporário, efêmero, desde as casas até os objetos pessoais (MARTINS, 1998, p. 665).

Nos tempos atuais, a ocupação territorial do interior distante ganhou um sentido totalmente diverso. Para os pobres, é o movimento de fuga das áreas que os grandes proprietários e as empresas vêm ocupando progressivamente. Para os ricos, é um território de conquista. A ocupação territorial se faz em nome da propriedade privada da terra, da relevância econômica da propriedade fundiária como fonte de renda territorial e como instrumento para obtenção de incentivos fiscais e subsídios públicos (MARTINS 1998, p. 664).

Desde os anos de 1940 e 1950 o deslocamento da frente de expansão e o processo de ocupações de terras em novas fronteiras gerou um mapa geográfico da violência. A explosão de conflitos fundiários aparece onde quer que os camponeses tentem se acomodar. Temos, até os dias de hoje, uma versão moderna da Conquista sendo posta em prática. Com base na violência, a propriedade privada da terra se dissemina por todo o território brasileiro. Aqui, a propriedade da terra pode ser definida não por uma mentalidade que privilegia o *privado*, mas como um movimento de *privação* dos direitos (MARTINS, 1998, p. 669, 670).

Para os mais pobres – posseiros, seringueiros, trabalhadores rurais, etc. – existe uma concepção única sobre o direito à terra. Para eles, o direito se legitima pelo trabalho sobre a terra bruta e torna-se um costume entre as famílias menos privilegiadas. Esse costume não cria a propriedade privada, mas sim um direito de uso privado e familiar da terra onde vivem e produzem (MARTINS, 1998, p. 671 e 674).

Foi na década de 1940 que o norte novo paranaense passou a ser efetivamente ocupado. Antes, onde haviam apenas hectares de mata fechada, os camponeses edificaram um lugar de moradia e de construção de subjetividades. Entre os menos privilegiados o costume da terra ser de quem nela trabalha era respeitado. Porém, com a especulação dos grandes latifundiários, os conflitos agrários tornaram-se iminentes e explosivos.

Esses conflitos representaram não apenas uma disputa por propriedade, mas uma disputa por visões de mundo que interpretavam a terra de maneira diferente: de um lado

a busca pela terra afetiva, que propicia a subsistência da família, de outro a busca pela instalação e expansão do agronegócio.

Os conflitos agrários no norte paranaense, entre os anos de 1944 e 1951, foram denominados como Revolta de Porecatu. A respeito dos membros que compunham essa revolta pouco se sabe. Sendo assim, apresento nas páginas seguintes um esforço para expor, de modo detalhado, os acontecimentos que permearam a vida e morte de Francisco Bernardo dos Santos: camponês assassinado durante a Revolta de Porecatu. De forma mais simplificada, também objetivo trazer dados sobre outros camponeses que participaram da revolta a fim de dar voz, nomes e rostos para um acontecimento tão esquecido na história do Brasil.

Em seguida proponho contrastar essas narrativas com aquelas produzidas a respeito dos latifundiários. Destaca-se aqui a trajetória da família Lunardelli, em especial Geremia Lunardelli, apontado como mandante do assassinato de Francisco Bernardo dos Santos. Por fim, esforcei-me para realizar um levantamento de dados que possa esclarecer se as violências ocorridas durante a Revolta de Porecatu são ou não episódios isolados na história brasileira.

Para a construção de ambas as narrativas que serão apresentadas, utiliza-se o método da micro-história, respeitando também a importância de não produzir dicotomias entre acontecimentos políticos racionais e irracionais. Considerando que, muitas vezes, o espaço urbano é privilegiado em relação ao espaço rural, as narrativas também buscam colocar na cena política sujeitos que foram excluídos desse ambiente ao longo de muitos anos.

2.1 A tortura e assassinato de Francisco Bernardo dos Santos

O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer, e esse inimigo não tem cessado de vencer (BENJAMIN, 1987, p. 224, 225).

Chamava-se Francisco Bernardo dos Santos. Não se sabe quando nasceu, muito menos onde nasceu. Mas sabe-se que morava no estado da Paraíba antes de iniciar sua jornada no território paranaense⁴. Era camponês, casado pela segunda vez, vivia com os filhos de ambos os casamentos, o que pode indicar que era também viúvo⁵.

⁴ VILARINHO, Carlos Ferreira. Quem derrubou João Saldanha. São Paulo: Editora Mauad. 2010.

⁵ “Foi a polícia que matou meu pai!”. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 31 mai. 1951.

Na Zona da Mata Paraibana a colonização havia sido estruturada com base no monopólio fundiário, monocultura canavieira e exploração do trabalho. Com a abolição da escravidão não houve uma distribuição de terras e a antiga mão de obra escrava teve que permanecer como moradores nas propriedades dos senhores de engenho. Os moradores/trabalhadores mantinham uma forte dependência econômica, social e política em relação aos latifundiários. A extrema exploração da força de trabalho resultou em um quadro de pobreza extrema entre essa população (MENEZES; MOREIRA; TARGINO, 2011, p. 87).

Nas fazendas de cana de açúcar os camponeses iniciavam sua jornada de trabalho com oito ou dez anos de idade. Trabalhavam desde o momento em que o sol nascia até escurecer, debaixo de sol escaldante ou chuva. O direito a escolaridade era um horizonte distante para essas famílias que, além da grande exploração do trabalho, eram obrigados a pagar diárias aos proprietários dos engenhos. O dinheiro recebido pelo fruto do trabalho árduo não era suficiente para comprar comida e também não tinham o direito de plantar nenhum tipo de alimento. Caso fizessem, os roçados eram arrancados pelos vigias das fazendas. As frutas, que brotavam abundantes pelo engenho, também eram proibidas aos camponeses, se um deles se atrevesse a experimentar uma delas era expulso de sua casa com toda a família. O mel e a cachaça também não eram compartilhados com os trabalhadores. O único modo de comprar comida e outros produtos era no barracão dos engenhos, fazendo com que adquirissem dívidas que geravam uma espécie de servidão para com os latifundiários. Além disso, moravam em casas de palha com porta de vara, nos tempos de crise o gado dos latifundiários comia a palha da casa dos trabalhadores que, sem cobertura contra a chuva, não possuíam sequer cobertores⁶.

Nas usinas, o trabalhador que cometesse um erro era colocado em um tanque de água. A água o cobria até o pescoço, e então era condenado a passar alguns dias trancado nesse tanque. Se o camponês morresse seu corpo era retirado do tanque e enterrado sem nenhuma averiguação⁷. As filhas dos camponeses eram estupradas pelos latifundiários

⁶ Depoimento de José Arnóbio. In: MENEZES, Marilda; MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória de seus protagonistas. In: *Revista RURIS*, Campinas, v. 5, n° 1, 2011. p. 87-88.

⁷ Depoimento de Assis Lemos. In: MENEZES, Marilda; MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória de seus protagonistas. In: *Revista RURIS*, Campinas, v. 5, n° 1, 2011. p. 89.

que se orgulhavam dos “casos de honra” – como era chamado quando tiravam a virgindade de jovens das fazendas a força⁸.

Nesse contexto de violências e explorações, em 1955, surgiram as Ligas Camponesas no Nordeste com a fundação da Sociedade de Agricultura e de Criação dos Plantadores de Pernambuco, situado no município de Vitória de Santo Antão. As ligas lutavam pela reforma agrária, a favor de salários mais dignos e contra a exploração dos trabalhadores rurais.

Na Paraíba, terra por onde passou ou nasceu Francisco, a primeira liga foi fundada em 1958, chamada de Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, sob liderança de João Pedro Teixeira. Mas Francisco não viu esse movimento aflorar nas terras paraibanas, ele viria a fazer parte de outra resistência camponesa no estado do Paraná, que foi responsável por formar a primeira Associação de Lavradores do Brasil – a Revolta de Porecatu.

Em 1938 o governo de Getúlio Vargas lançou a *Marcha para o Oeste*, no intuito de ocupar o território nacional e conseguir uma produção de alimentos que suprisse as demandas do período. Os trabalhadores e camponeses que estivessem dispostos a ocupar áreas inabitadas poderiam adquirir até 200 hectares de terras devolutas e iriam ter um prazo de seis anos para pagar as parcelas de seus terrenos. Ao final das parcelas conseguiriam o título de posse definitivo de suas propriedades.

O sertão paranaense, de clima tropical e subtropical, era muito diferente do sertão paraibano, de clima semi-árido. Mas, considerando as condições dos camponeses na Paraíba e a esperança de que no Paraná era possível conseguir ser dono de sua própria terra, Francisco migrou com sua família em busca de uma nova vida.

Chegou no Paraná em 1942 e fixou moradia entre as cidades de Florestópolis e Jaguapitã, na região de Porecatu⁹. Acompanhado de sua família e de outros camponeses, entrou nas matas paranaenses abrindo caminhos, derrubando árvores e estabelecendo pequenas estradas. A figura do camponês que adentra as matas para estabelecer novos núcleos habitacionais é recorrente na história do Brasil e se expressa também em nossa literatura. Jorge Amado, em *Terras do sem-fim*, descreveu de modo belíssimo o encontro

⁸ Depoimento de Maria do Carmo de Aquino. Depoimento de José Arnóbio. In: MENEZES, Marilda; MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória de seus protagonistas. In: *Revista RURIS*, Campinas, v. 5, n° 1, 2011. p. 90.

⁹ O camponês Francisco Bernardo dos Santos. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 13 de mai. 1950

desses homens com as matas virgens da Bahia. Acredito ter sido semelhante o encontro dos posseiros com as matas virgens paranaenses.

A mata dormia o seu sono jamais interrompido. Sobre ela passavam os dias e as noites, brilhava o sol do verão, caíam as chuvas do inverno. Os troncos eram centenários, um eterno verde se sucedia pelo monte afora, invadindo a planície, se perdendo no infinito. Era como um mar nunca explorado, cerrado no seu mistério (...). Da mata vinham trinados de pássaros nas madrugadas de sol. Voavam sobre as árvores as andorinhas de verão. E os bandos de macacos corriam numa doida corrida de galho em galho, morro abaixo, morro acima. Piavam os corujões para a lua amarelada nas noites calmas. E seus gritos não eram ainda anunciadores de desgraças já que os homens ainda não haviam chegado na mata. Cobras de inúmeras espécies deslizavam entre as folhas secas, sem fazer ruído, onças miavam seu espantoso miado nas noites de cio. A mata dormia. As grandes árvores seculares, os cipós que se emaranhavam, a lama e os espinhos defendiam o seu sono. Da mata, do seu mistério, vinha o medo para o coração dos homens. Quando eles chegaram, numa tarde, através dos atoleiros e os rios, abrindo picadas, e se defrontaram com a floresta virgem, ficaram paralisados pelo medo (...). Os homens se encolheram com medo, a mata lhes infundia um respeito religioso. Não havia nenhuma picada, ali habitavam somente os animais e as assombrações (...). Ali tudo lembrava o princípio do mundo. Impenetrável e misteriosa, antiga como o tempo e jovem como a primavera, a mata aparecia diante dos homens como a mais temível das assombrações. Lar e refúgio dos lobisomens e das caaporas. Imensa diante dos homens. Ficavam pequenos aos pés da mata, pequenos animais amedrontados. Do fundo da selva vinham as vozes estranhas. E mais terrível era o espetáculo, já que a tempestade irrompia com fúria, do céu negro, onde nem a luz de uma estrela brilhava para os homens recém-chegados. Vinham de outras terras, de outros mares, de próximo de outras matas. Mas de matas já conquistadas, rasgadas por estradas, diminuídas pelas queimadas. Matas de onde já haviam desaparecido as onças e onde começavam a rarear as cobras. E agora se defrontavam com a mata virgem, jamais pisada por pés de homens, sem caminhos no chão, sem estrelas no céu de tempestade.¹⁰

Nas terras devolutas do estado, prometidas para os camponeses dispostos a desbravar o sertão paranaense, Francisco plantou suas primeiras roças, cercou o lote de terras da família e abriu estradas para outras pequenas propriedades. Participavam do plantio até mesmo seus filhos com menos de dez anos de idade. Sua família, juntamente com a de mais camponeses, criou ali um pequeno núcleo habitacional onde se produzia arroz, milho e feijão, e onde se criavam aves e porcos para suprir sua necessidade de alimentos e também a dos homens das cidades¹¹.

Pelo depoimento de Antônia Billar – outra camponesa que residiu na região de Porecatu – que afirmou estar contando a história de sua família, que é também a história de todos os camponeses daquela região, é possível inferir que a vida de Francisco e de

¹⁰ AMADO, Jorge. Terras do sem-fim. São Paulo: Círculo do livro, 1943. p. 42, 43.

¹¹ “Grilo” e banditismo no norte do Paraná. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1950.

sua família era uma vida feliz, tranquila e próspera. Dos oito anos que morou no norte do Paraná, pelo menos nos primeiros precisou ir até Presidente Prudente, no lombo de burros, buscar mantimentos. Mas ali naquela terra, assim como cresciam as plantações e criações de animais, também crescia a família¹².

Com a grande depressão de 1929 o estado de São Paulo limitou sua produção cafeeira. Os latifundiários paulistas passaram a procurar as terras paranaenses para livre cultivo do café. Vendo que haviam trabalhadores, cidades, estradas e terrenos valorizados – devido aos esforços dos camponeses que chegaram na região por meio da *Marcha para o Oeste* – atravessaram o rio Paranapanema e começaram a comprar terras no norte do Paraná, muitas delas de posse de camponeses que não haviam terminado de pagar suas parcelas anuais. Em 1941 o cafeicultor Ricardo Lunardelli chegou nas terras de Porecatu. Mais tarde viria também seu irmão, Geremia Lunardelli, que iria mudar a história de Francisco Bernardo dos Santos.

Em 1944, passados apenas dois anos do estabelecimento de Francisco no Paraná, centenas de famílias camponesas fundaram duas Associações de Lavradores com o intuito de conseguir o título definitivo da posse das terras. Os latifundiários, por meio da compra ou da grilagem, estavam conseguindo títulos definitivos de áreas pertencentes aos camponeses, mesmo que tivesse sido prometido aos últimos a posse da terra na *Marcha para o Oeste*. A fundação das Associações de Lavradores foi o marco inicial da Revolta de Porecatu e expressou também a primeira organização de camponeses em modelos semelhantes aos que podemos ver, anos depois, nas Ligas Camponesas do Nordeste, como a de Sapé na Paraíba. A fundação das Associações de Lavradores também mostrou a capacidade de organização dos camponeses no norte do Paraná de forma autônoma.

¹² Entrevista com Antônia Billar. In: A guerra de Porecatu. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 15 jul. 1951.



Figura 01 – Concentração da Liga Camponesa de Cornélio Procópio, no norte do Paraná, em 1949. In: OIKAWA, Marcelo. Porecatu: A guerrilha que os comunistas esqueceram. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Em 1945, com o final da Segunda Guerra Mundial, o Brasil saiu da ditadura varguista e realizou eleições democráticas. O general Eurico Gaspar Dutra venceu as eleições presidenciais e abandonou a ideia de colonização inspirada na *Marcha para o Oeste*. Em 1947 o PCB é cassado e decide abandonar a via reformista/eleitoral. Em 1948 o partido, agora numa postura mais revolucionária, chega ao norte do Paraná para dar suporte aos posseiros de Porecatu que lutavam contra o latifúndio.

Com armamentos insuficientes, os camponeses e membros do Partido Comunista começaram a se organizar em uma guerrilha rural a fim de combater os latifundiários, jagunços e policiais que estavam assassinando e expulsando camponeses de suas terras. Devido ao contexto de Guerra Fria, instaurado após a Segunda Guerra Mundial, os jornais da imprensa de referência passaram a chamar os posseiros de comunistas e empreender uma campanha contra sua luta e reivindicações.

Pelas fontes disponíveis, não é possível saber se Francisco concordava com os anseios do Partido Comunista. Apenas que ele esteve envolvido na resistência armada¹³. Mas é fato que quando esteve em São Paulo se encontrou com o deputado comunista Pedro Pomar¹⁴. Na região de Porecatu conheceu o repórter comunista João Saldanha, mais

¹³ VILARINHO, Carlos Ferreira. Quem derrubou João Saldanha. São Paulo: Editora Mauad, 2010.

¹⁴ BERTOLINO, Oswaldo. Pedro Pomar: ideias e batalhas. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2013.

tarde técnico da seleção brasileira de futebol¹⁵. Esses encontros dizem pouco sobre os ideais de Francisco se observarmos que os camponeses da região diziam não serem comunistas. José Ribeiro, conhecido como Zé-sem-medo, afirmou: “nunca fui comunista, não estudei o comunismo, como é que eu posso ser? Sei tratar da terra”¹⁶. Antônia Billar, ao falar sobre seu marido José Billar disse: “O José nunca foi comunista, graças a Deus!”¹⁷.

Em 1950, devido à valorização das terras, chega na propriedade de Francisco Bernardo o latifundiário paulista Geremia Lunardelli. Ele afirmava ser o verdadeiro proprietário das glebas de alguns camponeses, incluindo as terras de Francisco. Juntamente com seus advogados, tentou fazer com que os posseiros assinassem documentos de desistência da posse das terras em troca do pagamento de benfeitorias realizadas.

Essa era uma prática comum de grilagem na região de Porecatu. Em 1947 o latifundiário Jerônimo Inácio de Sousa – conhecido como Jerominho – com a ajuda de forças policiais, ameaçou a família Billar para que assinassem a renúncia de suas terras. Doze homens da polícia invadiram a propriedade de José Billar, bateram em seus filhos e os levaram presos para a cidade de Porecatu. Chegando lá José foi ameaçado com fuzis para que renunciasse suas terras mediante a quantia de 18.000 mil cruzeiros, sendo que apenas oito mil seriam pagos. Com medo de represálias a família fugiu para São Paulo, pelo meio das matas, e teve a perda de um bebê recém-nascido que não aguentou as condições climáticas enfrentadas na fuga¹⁸.

Francisco Bernardo dos Santos, sabendo das condições impostas aos camponeses para a renúncia das terras, decidiu manter sua posse. Às 01:00h, no dia 31 de janeiro de 1950, Francisco provavelmente dormia tranquilamente depois de um dia de trabalho em suas plantações. Era uma terça-feira, lua crescente, quando o Tenente João Paredes, delegado especial de terras, invadiu a propriedade do camponês com 50 praças e jagunços a fim de assassiná-lo.

Como já sabia notícias de invasões e assassinatos em outras famílias de posseiros, a exemplo da família Billar, Francisco fugiu pelo sertão paranaense. Esteve em Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro, buscando apoio das autoridades para os camponeses da região

¹⁵ VILARINHO, Carlos Ferreira. Quem derrubou João Saldanha. São Paulo: Editora Mauad. 2010.

¹⁶ Depoimento de José Ribeiro. In: Baleado em Porecatu escapou a pé para o Rio. Imprensa Popular, 13 ago. 1951.

¹⁷ Entrevista com Antônia Billar. In: A guerra de Porecatu. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 15 jul. 1951.

¹⁸ Entrevista com Antonia Bilar. In: A guerra de Porecatu. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 15 jul. 1951.

de Porecatu¹⁹. No diário de Itagiba podemos perceber como a prática de invasões à propriedades dos camponeses era comum durante a Revolta de Porecatu: “Na manhã do dia 10 de outubro (1950), o Tenente Paredes com 28 policiais cercarão (sic.) duas partes da lavoura de Francisco Lourenço Figueiredo”²⁰.

Talvez pela proximidade com os militantes do Partido Comunista que estavam na região, Francisco conseguiu falar com o deputado Pedro Pomar no Rio de Janeiro. Parece que, entre os camponeses de Porecatu, era comum, caso precisassem de ajuda, procurarem o deputado Pedro Pomar.



Figura 02 - Os camponeses Antonio Gonçalves Padilha, José Billar e Hilário Gonçalves Padilha indo para o Rio de Janeiro procurar por Pedro Pomar. In: OIKAWA, Marcelo. Porecatu: A guerrilha que os comunistas esqueceram. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Francisco escreveu também um memorial dirigido ao presidente Dutra que dizia: “Desejoso de levar até o fim a defesa das nossas terras, vim a esta Capital e daqui recorro a V. Excia. solicitando urgentes providências a respeito, garantia de vida e manutenção na posse das terras que desbravamos em Florestópolis”²¹.

Esse memorial, de poucas palavras, traz uma informação muito importante sobre Francisco: sabia ler e escrever. Os camponeses, com pouco acesso à educação e vindos de condições como as dos engenhos da Paraíba, normalmente eram iletrados. Por esse motivo é possível que a perseguição contra Francisco, de tão grandes proporções, se deu porque ele tinha algum tipo de formação e não se apresentava apenas como um simples

¹⁹ “Grilo” e banditismo no norte do Paraná. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1950.

²⁰ Diário de Itagiba.

²¹ O Camponês Francisco Bernardo. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 13 mai. 1950.

camponês, mesmo que nunca tenha figurado em nenhuma das listas disponíveis de líderes da Revolta de Porecatu.

Após tentar falar com as autoridades, sem sucesso, Francisco decide regressar ao Paraná. Na cidade de Regente Feijó²² foi capturado em uma emboscada pela polícia. A prática de emboscadas era comum no contexto da Revolta de Porecatu: como os policiais não conheciam o terreno tanto quanto os camponeses, armavam tocaias para pegá-los nas estradas. Jorge Amado, em seu livro *Tocaia Grande*, descreveu os momentos de espera pela pessoa que precisa ser capturada:

Ouvidos a escuta, tentando distinguir rumor de passos em meio a comoção da borrasca – o zunido do vento, o estrondo do trovão, o barulho medonho da queda de um pé de pau atingido pelo raio – encharcados, cobertos de lama, distribuídos por detrás das árvores, no alto da colina, os cabras esperam, tensos. Habitados ao tempo longo das tocaias, temperados no perigo e na luta, íntimos da morte, ainda assim não conseguem impedir incomoda sensação de agonia diante da fúria da natureza, o fim do mundo²³.

Mas como Francisco foi capturado justamente em Regente Feijó? E como a polícia sabia o dia que ele iria regressar para suas terras? O jornal *Voz Operária* aponta que o deputado estadual do Paraná Anísio Luz, do PSD (Partido Social Democrático), o delatou para a polícia²⁴.

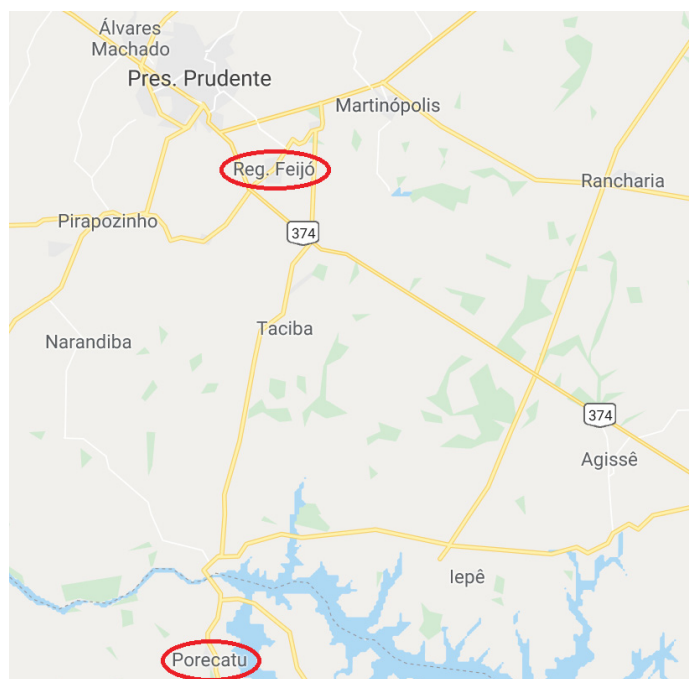


Figura 03 - Mapa que mostra a proximidade de Regente Feijó e Porecatu. In: *Google Maps*.

²² Regente Feijó é uma cidade localizada no interior de São Paulo. Em 1935 foi emancipada da cidade de Presidente Prudente e elevada à categoria de município.

²³ AMADO, Jorge. *Tocaia Grande*. São Paulo: Companhia das letras, 2008. p. 26.

²⁴ De armas na mão defendem suas terras e suas vidas. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 28 out. 1950.



Figura 04 - Mapa que mostra a proximidade de Porecatu e Jaguapitã. In: *Google Maps*.

Depois da captura Francisco passou por uma série de violências que culminaram em sua morte. A primeira delas foi o suplício de ter sido amarrado no fundo de um jipe por vinte dias²⁵. Vinte dias em que, se houvesse cometido algum crime para ser capturado pela polícia, deveria ter sido encaminhado à delegacia, mas passou amarrado em condições sub-humanas. No anuário da Chefatura de Polícia, de 1950, referente a Porecatu – documento que trata das prisões e motivos das condenações penais – não há nenhum caso registrado que possa remeter à Francisco Bernardo dos Santos. Ele nunca foi fichado²⁶.

Passados esses vinte dias, Francisco foi levado para Jaguapitã. Para que servisse de exemplo a outros camponeses que tentassem denunciar a violência dos latifundiários para deputados e para o próprio presidente, foi amarrado em uma árvore em praça pública por 18 horas, do mesmo modo que amarravam os escravos ao pelourinho²⁷.

²⁵ “Grilo” e banditismo no norte do Paraná. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 25 de mar. 1950

²⁶ Anuário da chefatura de polícia do Paraná. 1950.

²⁷ Os camponeses viugarão o sangue de Francisco Bernardo dos Santos. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 06 mai, 1950.

A única imagem feita sobre Francisco rememora esse episódio. Trata-se de uma gravura impressa no jornal *Imprensa Popular*, em 1951.



Figura 05 - Francisco amarrado em uma árvore momentos antes de seu fuzilamento: ilustração. In: *Imprensa Popular*, 1951.

Os atos de torturas contra camponeses algumas vezes remetiam às torturas sofridas pelos escravos no Brasil colonial. Isso pode ser visto como uma tentativa dos latifundiários, antes senhores de engenho, reestabelecerem sua posição de dominadores sobre as classes subordinadas que tentam confrontá-los.

Após os vinte dias no fundo de um jipe e as 18 horas amarrado em uma árvore, Francisco teve suas duas pernas quebradas. A justificativa da polícia: impedir sua fuga²⁸. Humilhado, cansado, ferido e dilacerado Francisco foi morto por fuzilamento²⁹. Seu assassinato ocorreu no dia 17 de abril de 1950, às 17:00h, com a presença de policiais e jagunços de latifundiários.

Em 1951 o filho de Francisco Bernardo dos Santos, Carvalho dos Santos, conversou com o advogado de Lunardelli perante a Comissão de Terras. O diálogo foi transcrito no jornal *Imprensa Popular*.

²⁸ Resistência armada ao banditismo dos latifundiários e da polícia. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 11 nov. 1950.

²⁹ O camponês Francisco Bernardo dos Santos. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 13 de mai. 1950.

CARVALHO – Para começo de conversa apresento a vocês o nosso programa de sete pontos.

ADVOGADO – (toma atitude arrogante e furiosa depois de ler o programa). Quem foi que escreveu?

CARVALHO – Não interessa vocês saberem. O que interessa é se vocês estão dispostos a resolver nossos problemas.

ADVOGADO – Foi o Flávio?

CARVALHO – Não interessa, velhinho. Vocês estão de acordo com os sete pontos?

ADVOGADO – Foi o Câmara? Diga quem escreveu.

CARVALHO – Foi um advogado ou o diabo. Não interessa quem escreveu, queremos saber se vocês querem indenizar a morte de meu pai e cumprir os sete pontos.

ADVOGADO – (Vira-se para a madrasta de Carvalho, começa a fazer perguntas e é atacado por Carvalho).

CARVALHO – Minha madrasta não tem nada a declarar. Eu sou responsável pela minha madrasta e meus irmãos desde que meu pai foi assassinado pela polícia.

ADVOGADO – Você prova que foi a polícia que matou seu pai?

CARVALHO – (virando-se para a massa presente). Companheiro, são ou não são testemunhas de que foi a polícia quem matou meu pai?

MASSA – Somos. Foi a polícia, sim.

ADVOGADO – Os senhores estão exigindo aquilo que o governo não pode cumprir. O sr. Ponha um advogado.

CARVALHO – Se eu tivesse dinheiro para por advogado não estava conversando aqui, de certo, estaria bem de vida. E se vocês não resolverem os problemas, a massa não aceitará as propostas de vocês.

ADVOGADO – (insiste no sentido de que o governo lhe daria advogado gratuito).

CARVALHO – A minha situação tem que ser resolvida com a massa e como vocês nada resolvem, eu me retiro com a massa. (No desenrolar da conversa houve ameaças de empregar a violência).

ADVOGADO – Não se esqueça que a violência gera violência.

CARVALHO – Exatamente velhinho, a violência gera violência.

ADVOGADO – Vejam que nós não estamos com as costas quentes, não tem nenhum polícia aqui.

CARVALHO – Eu já sabia. Observamos antes de chegar se havia policiais e se houvesse, nós entraríamos de outra maneira³⁰.

Nesse trecho da conversa é interessante notar dois pontos principais: que o assassinato de Francisco Bernardo dos Santos foi realmente assistido pela população camponesa, e que ela afirma ser obra da polícia o que ocorreu com o posseiro. Francisco não foi o primeiro, muito menos o último camponês torturado e assassinado na região de Porecatu por conflitos de terra. No dia 02 de janeiro de 1947, o camponês Francisco Lourenço Figueiredo, foi levado até o curral de uma fazenda, onde foi torturado durante todo o dia³¹.

O lavrador Alcides de Sordi, de 22 anos, que havia sido eleito vereador em Jaguapitã, procurou por meios legais defender os camponeses. Redigiu um documento ao governo pedindo que os posseiros pudessem eleger a direção das terras pertencentes ao

³⁰ “Foi a polícia que matou meu pai!”. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 31 mai, 1951.

³¹ Relatório da Comissão Estadual da Verdade PR – Teresa Urban.

estado. Em 1949 foi chamado à delegacia e saiu de lá morto, alvejado por vários tiros nas costas³².

Outro caso ocorrido em 1949 foi o de Clementino Borges Gomes. Tendo lutado na Itália durante a Segunda Guerra Mundial, esse camponês regressou ao Paraná a fim de adquirir terras devolutas do estado. Pagou as terras com as economias do tempo de soldado, mas logo foram revendidas para o latifundiário Jango Moraes. Tentou ir para o Rio de Janeiro procurar autoridades, mas foi despachado para o Paraná com uma “providência burocrática”. No entanto, no período que esteve fora, sua propriedade já havia sido invadida e todos os seus documentos queimados. Quando regressou para casa a polícia o esperava e, no dia 05 de outubro de 1949, a mulher grávida e o filho de Clementino foram mortos por tiros vindos da força policial. Ele conseguiu fugir, mas foi capturado por cangaceiros que o levaram para a delegacia de Paranavaí. Foi privado de água e comida, tendo sofrido sessões de espancamento diárias por parte do “capitão” João Domitz. Sua esposa e filho foram enterrados no meio da mata³³.

O curioso nos casos de Francisco Bernardo, Alcides e Clementino é que todos eram letrados e procuraram as autoridades governamentais para resolver os conflitos agrários na região de Porecatu. Todos foram perseguidos e mortos de maneiras semelhantes.

Em 1950 o posseiro João Japão foi morto pela polícia. Os camponeses reagiram e mataram seis policiais³⁴. No laudo do IML constava que “teve a cabeça perfurada por bala de fuzil, de orelha a orelha”³⁵. No mesmo ano também foram mortos Pedro Vieira de Moraes, Benedito dos Santos (ambos com 14 anos), Benedito Barbudo e Cassiano Coelho.

Em 1951, Osny Amaral, funcionário de Ricardo Lunardelli, foi morto pelo capanga José Tavares dos Santos. Preso em flagrante, José confessou que tinha ordens do juiz Carlos Otávio Bezerra Valente para matar quem se aproximasse da propriedade de Lunardelli. O soldado de polícia Valdomiro Ferreira também admitiu ter disparado tiros contra Osny³⁶. Também em 1951 Patrício Severo foi morto, no mês de maio, durante uma troca de tiros entre camponeses e jagunços³⁷.

³² Terror e Banditismo no Norte do Paraná. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 29 out. 1949.

³³ Terror e Banditismo no Norte do Paraná. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 29 out. 1949.

³⁴ De armas na mão defendem suas terras e suas vidas. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 28 out. 1950.

³⁵ Relatório da Comissão Estadual da Verdade PR – Teresa Urban.

³⁶ Mais um crime de morte em Porecatu. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 03 mar. 1951.

³⁷ Relatório da Comissão Estadual da Verdade PR – Teresa Urban.

Em junho de 1951 a resistência armada dos camponeses de Porecatu, enquanto grupo coeso e organizado, já havia sido fortemente reprimida pelo DOPS. Porém, em 1952, a polícia fuzilou o camponês Ortis³⁸.



Figura 06 - Camponeses da Revolta de Porecatu conversando: ilustração. In: *anovademocracia.com.br*. Acesso em setembro de 2019.

Ao observar a Revolta de Porecatu em uma escala micro é possível estabelecer mais do que uma cronologia dos fatos. Podemos saber como eram as famílias dos camponeses, o que plantavam, como viviam. Podemos observar a longa saga para se construir um novo núcleo populacional. E também é possível compreender quais violências permearam a vida dessas pessoas.

Comparando a trajetória de Francisco com a de outros camponeses da região de Porecatu percebo que suas histórias são semelhantes. A prática de invadir propriedades, fazer emboscadas e assassinar posseiros não foi uma exceção durante a Revolta de Porecatu. Pensando nesse aspecto recordei-me do poema *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Mello Netto, publicado em 1954-1955. Finalizo este subcapítulo com a transcrição de um trecho do poema, acreditando que há uma *sina* comum aos camponeses brasileiros:

Como então dizer quem falo
ora a Vossas Senhorias? Vejamos: é o Severino

³⁸ Govêmo de terror e assassinios. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 01 ago. 1952.

da Maria do Zacarias,
 lá da serra da Costela,
 limites da Paraíba.
 Mas isso ainda diz pouco:
 se ao menos mais cinco havia
 com nome de Severino
 filhos de tantas Marias
 mulheres de outros tantos,
 já finados, Zacarias,
 vivendo na mesma serra
 magra e ossuda em que eu vivia.
 Somos muitos Severinos
 iguais em tudo na vida:
 na mesma cabeça grande
 que a custo é que se equilibra,
 no mesmo ventre crescido
 sobre as mesmas pernas finas
 e iguais também porque o sangue,
 que usamos tem pouca tinta.
 E se somos Severinos
 iguais em tudo na vida,
**morremos de morte igual,
 mesma morte Severina:
 que é a morte de que se morre
 de velhice antes dos trinta,
 de emboscada antes dos vinte
 de fome um pouco por dia**
 (de fraqueza e de doença
 é que a morte Severina
 ataca em qualquer idade,
 e até gente não nascida).
 Somos muitos Severinos
iguais em tudo e na sina:
 a de abrandar estas pedras
 suando-se muito em cima,
 a de tentar despertar
 terra sempre mais extinta,
 a de querer arrancar
 alguns roçado da cinza.
 Mas, para que me conheçam
 melhor Vossas Senhorias
 e melhor possam seguir
 a história de minha vida,
 passo a ser o Severino
 que em vossa presença emigra.

2.2 O latifúndio como pioneiro

Observando a construção da história brasileira podemos avistar uma disputa entre duas narrativas principais: a dos vencedores e a dos vencidos. Com a Nova História foi possível ampliar as fontes e ter acesso à trajetória daqueles que foram esquecidos ou alijados dos documentos oficiais. Francisco Bernardo dos Santos representa a categoria dos vencidos. Por esse motivo, dedicarei as seguintes páginas para apresentar a história dos vencedores na Revolta de Porecatu – os latifundiários, em especial Geremia

Lunardelli. Sempre que necessário, apontarei contradições e/ou reflexões sobre essa narrativa.

A cidade de Porecatu, que também dá nome a resistência dos camponeses na região, surgiu como um distrito de Sertanópolis. Está localizada nas margens do rio Paranapanema, palco de conflitos entre grileiros e posseiros durante a Revolta de Porecatu (1944-1951).



Figura 07 - Porto Capim, nas margens do rio Paranapanema. In: OIKAWA, Marcelo. Porecatu: A guerrilha que os comunistas esqueceram. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Segundo a Prefeitura Municipal de Porecatu, essa localidade foi criada em 1941 pelo Senhor Ricardo Lunardelli e seus filhos Urbano e João. No dia 08 de dezembro é comemorada a fundação da cidade: essa data corresponde a chegada dos “fundadores”. “Ricardo Lunardelli, proprietário de uma vasta gleba de terras, dividiu-as em lotes e os vendeu a longo prazo, facilitando assim, a sua aquisição por parte de grande número de colonos”³⁹.

Nesse pequeno trecho é possível perceber o grande apreço que a administração da cidade de Porecatu delega à família Lunardelli. As narrativas que os colocam como pioneiros não são exclusividade dos porecatuenses: na dissertação produzida por Moreno também há várias menções sobre a grandiosidade dos homens Lunardelli. Meu objetivo aqui é totalmente o contrário: quero reafirmar a história dos camponeses e expor as violências a que foram submetidos. Por esse motivo rememoro, mais uma vez, Jorge Amado em *Tocaia Grande* que afirmou:

Quero descobrir e revelar a face obscura, aquela que foi varrida dos compêndios de História por infame e degradante; quero descer ao

³⁹ Porecatu: história. Disponível em: <www.porecatu.pr.gov.br>. Acesso em julho de 2019.

renegado começo, sentir a consistência do barro amassado com lama e sangue, capaz de enfrentar e superar a violência, a ambição, a mesquinhez, as leis do homem civilizado. Quero contar do amor impuro, quando ainda não se erguera um altar para a virtude. Digo não quando dizem sim, não tenho outro compromisso⁴⁰.

Retomando a narrativa, conta-se que em abril de 1941 Urbano Lunardelli chegou na região de Porecatu com um empreiteiro, engenheiro, trabalhadores braçais e técnicos. Nesse período foi iniciada a construção de uma estrada para que se pudesse chegar ao local da fundação da vila. No dia 10 de outubro de 1947 Porecatu foi elevado à categoria de município. O responsável pelo nome do novo núcleo populacional: Ricardo Lunardelli.

O nome da cidade, segundo o próprio Ricardo, foi dado em homenagem ao Reino Vegetal. Em 1942 havia decidido pelo nome Brasília, mas o registro já existia em Minas Gerais impossibilitando a nomeação. Ricardo, defensor e estudioso da natureza, “quando falar em ecologia e meio ambiente não era modismo”, inspirou-se na paisagem, nos rios e nas corredeiras e buscou na língua indígena os termos *pore* – salto, corredeira e *catu* – saudável, digno, bonito, aprazível, que formaram a palavra *porecatu*.

Em Porecatu, em homenagem à natureza, foram dados nomes do Reino Vegetal, técnicos invisíveis, sempre imitados, mas nunca iguais pelo homem. Os fundadores de Porecatu, em lugar de seus nomes à cidade ou à qualquer rua ou praça, preferiram homenagear a natureza que nos legou a Canaã⁴¹.



Figura 08 - Cidade de Porecatu na década de 1940. In: <http://www.porecatu.pr.gov.br/historia/>. Acesso em setembro de 2019.

⁴⁰ AMADO, Jorge. Tocaia Grande. São Paulo: Companhia das letras, 2008. p. 26.

⁴¹ Porecatu: história. Disponível em: <www.porecatu.pr.gov.br>. Acesso em julho de 2019.

Segundo a Prefeitura de Porecatu, Ricardo Lunardelli promoveu o povoamento da região fundando a Usina Central Paraná - Agricultura, Indústria e Comércio que foi responsável por criar milhares de empregos e consolidar o “desenvolvimento e progresso na região norte do Paraná”. Os moradores da nova cidade vieram de diversos pontos devido à afluência ao local pela construção da UCP e, posteriormente, a Usina Capivara. Por esse motivo ocorreu uma miscigenação que deixou marcado o aspecto hospitaleiro e simpático de seus habitantes⁴².

Mas a “saga” da família Lunardelli não começou em Porecatu. Vieram da região do Vêneto, na Itália. Devido às propagandas de emigração feitas pelo Brasil, com promessa de contrato de trabalhos e viagem gratuita, famílias italianas resolveram se aventurar no novo continente. A família Lunardelli foi uma delas (MORENO, 2012, p. 62). Em 1887, com menos de dois anos, Geremia Lunardelli⁴³ (irmão de Ricardo) desembarcou em Santos com a família que se dirigiu, posteriormente, ao interior de São Paulo para trabalhar em uma fazenda de café⁴⁴.

Na fazenda Boa Vista, em Rio Claro, o patriarca da família Lunardelli faleceu. Mudaram-se para Jundiáí onde se dedicaram ao plantio de cebolas. O plantio de cebolas fracassou e a família se mudou para São Bernardo a fim de realizar outra atividade econômica – a produção de carvão vegetal – que também fracassou. Mudaram-se então para a Fazenda Dumont, em Sertãozinho, próxima de Ribeirão Preto. Nesse novo local Geremia ampliou seus conhecimentos e sonhou com projetos que o levariam à independência financeira (MORENO, 2012, p. 63-64).

Na adolescência foi colono, carroceiro e sitiante. Se alfabetizou sozinho e tinha um grande tino para o comércio⁴⁵. Um dos primeiros negócios que fez foi a compra de leitões que, depois de criados, foram revendidos. Também comprou uma novilha que o possibilitou juntar oito contos de réis. Esse dinheiro foi usado na compra da sociedade em um sítio com cinquenta mil pés de café e um engenho de cana. Nesse momento começou a trajetória daquele que seria um dos cinco reis do café do Brasil (MORENO, 2012, p. 64).

Uma novilha é uma vaca nova que nunca ficou prenha. Hoje em dia uma novilha custa em média R\$ 1000,00⁴⁶. Numa conversão hipotética de réis para reais, com o

⁴² Idem.

⁴³ Geremia nasceu no dia 20 de agosto de 1885 em Mansuè – Itália, região do Vêneto.

⁴⁴ Geremia Lunardelli: Biografia. Disponível em <www.memoriall.com.br>. Acesso em junho de 2019.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Dados retirados do site ruralcentro.uol.com.br. Acesso em março de 2020.

dinheiro da novilha Geremia teria conseguido o equivalente a R\$ 984.000,00. Poderíamos então considerar a dificuldade de possuir novilhas no período, que poderia acarretar na alta de seu preço. Mas logo teríamos que admitir que os posseiros também possuíam suas novilhas e leitões e que por isso não deveria ser tão custoso adquirir esses animais. Poderíamos considerar que a novilha foi utilizada para gerar novas novilhas e formar um rebanho maior. Mas nada é mencionado sobre Geremia ter comprado também um boi ou vitelo. Arriscaria então dizer que essa é a novilha mais cara e superfaturada da história do Brasil.

Deixando a questão “novilhesca” de lado, Moreno conta que no novo sítio, Geremia chamou Ricardo Lunardelli para ser sócio da parte que lhe cabia. Os irmãos dividiram as responsabilidades no novo empreendimento: enquanto Ricardo cuidava do cultivo do café, Geremia cuidava do cumprimento de acordos com a casa comissária Bezerra Paz. Nesse sítio os Lunardelli conseguiram juntar novas economias, suficientes para que Geremia adquirisse uma pequena fazenda em Chavantes. A casa Bezerra Paz acabou falindo, o que gerou um prejuízo de 150 contos de réis à Geremia. Não tendo outra alternativa ele vendeu a fazenda em Chavantes e passou a comercializar em Santos a produção de pequenos cafeicultores da região de Sertãozinho (MORENO, 2012, p. 64-65).

Segundo Giovannetti, Geremia era muito importante para a grande massa de pequenos produtores:

Não havia advogados então em Sertãozinho e Geremia Lunardelli foi de fato o consultor técnico e administrativo e, em certos casos, quase o protetor legal da grande massa de pequenos produtores, que não habituados a tratar com as grandes firmas de Santos, se sentiam como que desnorteados mesmo diante de pequenas dificuldades burocráticas ou financeiras (GIOVANNETTI, 1951, p. 53).

Antes dos trinta anos Geremia já havia conseguido emancipação econômica, destacando-se como agricultor e comerciante de café na região de Ribeirão Preto – SP. Em 1915 passou a residir em Olímpia onde comprou um sítio com 35 mil pés de café. Decidido a se estabelecer na localidade comprou também a Fazenda Pau d’Alho onde construiu uma residência (MORENO, 2012, p. 65). Nessa cidade Geremia foi prefeito e presidente da Câmara municipal. Em 1918, com a intensa geadada na região, precisou liquidar suas posições vendidas de café na praça de Santos e buscou empréstimos com comissárias exportadoras para atravessar a crise⁴⁷.

⁴⁷ Geremia Lunardelli: Biografia. Disponível em <www.memoriall.com.br>. Acesso em junho de 2019.

No ano de 1922 mudou-se para a capital São Paulo. Na época cultivava cerca de 15 milhões de pés de café. Com a queda da bolsa de Nova York o preço do café e de suas propriedades diminuíram. Geremia, acreditando no potencial dos cafezais, teve apoio de tradicionais casas exportadoras de Santos e dos bancos de São Paulo, o que o ajudou a atravessar mais uma crise. Nesse período aproveitou as oportunidades de terras baratas e crédito pessoal para ampliar seus negócios⁴⁸. Geremia poderia ser considerado a pessoa mais sortuda do Brasil, em tempos de crise conseguiu ampliar seus pés de café em mais de 90%.

Segundo Ariane Moreno foi em 1938 que Geremias Lunardelli adentrou no norte paranaense. Sua primeira fazenda estava localizada em Bela Vista do Paraíso onde, já no ano de 1939, havia plantado 30.000 pés de café. A Fazenda Cascata, no ano de 1949, detinha o título de maior fazenda de café no Paraná, possuindo 1.070.000 pés do fruto. Geremia sonhava com mais e continuou expandindo seus negócios. No ano de 1941 fundou a Fazenda Cachoeira onde plantou, inicialmente, 1.200.000 pés de café (MORENO, 2012, p. 66).

Na década de 1940 Ricardo Lunardelli, como já mencionado, chegou à região de Porecatu. As terras pertencentes a Dona Escolástica Melchert da Fonseca, situadas entre os Ribeirões Vermelho e Capim, estavam à venda. Como não haviam estradas, Ricardo precisou cavalgar aproximadamente 25 km partindo de Alvorada do Sul até Ribeirão Capim. Percebendo que a vegetação nativa era abundante decidiu comprar as terras em abril de 1941. Ele, seu filho Urbano Lunardelli, o empreiteiro João Francisco Sobrinho e mais trabalhadores deram início ao processo de colonização na região de Porecatu (MORENO, 2012, p. 72).

Segundo Angela Duarte Damasceno Ferreira a posse de Dona Escolástica nunca foi comprovada:

Note-se que a alegada posse que propiciou a constituição da Fazenda Floresta nunca foi comprovada de fato e nem o poderia porque as terras permaneceram na sua quase absoluta totalidade incultas até 1940. A despeito disso, a legislação permitiu a constituição de uma imensa gleba de 146.475 há sem que houvesse qualquer retorno para o poder público ou exigência concreta de colonização, já que se dava como suposta e verificada a efetiva posse dos beneficiados (FERREIRA, 1984, p. 60).

Ferreira aponta ainda que os herdeiros de Escolástica Melchert da Fonseca, proprietários da Fazenda Floresta na época da venda das terras aos Lunardelli, “eram

⁴⁸ Idem.

personalidades empresariais e políticas de São Paulo. Entre eles estava o Embaixador Macedo Soares, genro de uma filha de Dona Escolástica e principal intermediário nas transações imobiliárias em Porecatu” (1984, p. 110).

Para ser possível fundar a cidade de Porecatu os trabalhadores precisaram abrir picadas na mata a golpes de facão. O local escolhido para a nova cidade já havia sido um patrimônio chamado Antenorburgo que tinha objetivo de colonizar a região antes da chegada dos Lunardelli. O nome Antenorburgo foi dado pelos encarregados da Dona Escolástica, mas a iniciativa de colonização não foi possível na época. Com Ricardo Lunardelli no comando os trabalhadores chegaram ao espigão onde seria formada a Vila Brasília, mais tarde Porecatu (MORENO, 2012, p. 75). Sobre esse episódio Urbano Lunardelli relata:

Em 1941, mais precisamente no mês de abril, eu, vindo de catanduva e juntamente com um grupo de trabalhadores chefiados pelo empreiteiro João Francisco Sobrinho iniciamos então a estrada para que pudesse se chegar ao local aonde se pretendia fundar uma cidade. Aliás, local esse já indicado pelas plantas topográficas da antiga colonização. Já existia um patrimônio localizado no mapa que se chamava Altenorburgo, é evidente que originário do nome de um dos prepostos de Dona Escolástica que colonizava a região toda que era a da chamada Fazenda Floresta e que se chamava Altenorburgo. Muito bem, nós abrimos a estrada, cruzamos o Ribeirão Vermelho construindo uma ponte e viemos aqui no espigão entre o Ribeirão Vermelho e o Capim. Estrada essa evidentemente aberta e sujeita a muitos sacrifícios para poder terminá-la. E, além do mais, depois para percorrê-la, porque era um trajeto muito difícil. Ela passava entre a que hoje é a Fazenda Jacutinga e Fazenda Variante. E evidentemente que tinha uma famosa serrinha pra ser transporte e essa serrinha quando se chovia era impossível transpô-la. Então o que se fazia na ocasião era deixar o veículo, que em 1941 era o famoso “pé de bode”, deixar na margem do Vermelho e subir a pé para chegar até o patrimônio que logo a seguir chegamos. Em maio já se iniciou a derrubada de mata para estabelecer base neste patrimônio construindo-se a primeira casa de madeira de tábuas trazidas de longe com muito sacrifício, isso inclusive porque era um período de guerra de 1940 até 1944. Nós vivemos em plena guerra e evidentemente com um problema de combustível naquela ocasião se usava gasogênio. Mas conseguiu-se chegar ao patrimônio e iniciar a abertura com a derrubada da mata ao mesmo tempo que construindo estrada para se ir além e para a abertura de fazenda e plantio de café⁴⁹.

Os Lunardelli prosperaram no plantio e comercialização do café no Paraná e decidiram também entrar no mercado de cana-de-açúcar. Em 1945 criaram a Usina Central. A cana utilizada para seu funcionamento era produzida na Fazenda Jaborandi, dos Lunardelli. O cultivo de cana e a venda de lotes fez com que o patrimônio da família

⁴⁹ Entrevista com Urbano Lunardelli: 22/09/1985. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=kOYaKFKyJRc&t=94s>. Acesso em maio de 2019.

aumentasse. Um dos motivos para o sucesso da usina foi os regulamentos criados para a origem da cana-de-açúcar que seria moída nas usinas, o que prejudicou pequenos produtores rurais, mas facilitou o crescimento de grandes usinas (MORENO, 2012, p. 76, 78).

Aqui chama Capim, não tinha nome, o rio Capim. Cheguei com uma mudança aqui. Março de 1944. Essa Usina veio da Bahia, a primeira usina essa, depois trocaram ela. A caldeira pra vir aqui, pra vir de Rolândia, acho que de Cambé aqui, arrumaram uns caminhões grandes aí. E quando ela chegou aqui até buzina, tiro. Grande, para a época era grande. Agora depois fizeram a usina nova. essa usina foi fabricada a maior usina de açúcar do mundo.⁵⁰

O sobrinho neto de Geremia Lunardelli - Ricardo Lunardelli Netto - foi o responsável pela construção da Nova Usina Central Paraná, que se tornou a maior usina de açúcar do Brasil no período⁵¹.

Em 1946 foi criada a Organização Ricardo Lunardelli S/A Agricultura, Indústria e Comércio. Seu objetivo era explorar ainda mais a produção de açúcar e álcool, além de se ocupar também com a produção cafeeira que foi responsável por impulsionar a carreira dos Lunardelli como grandes latifundiários. A diretoria da organização era constituída da seguinte maneira: Diretor Presidente - Ricardo Lunardelli, Diretor Vice Presidente - Geremia Lunardelli, Diretor Superintendente - João Lunardelli, Diretor Agrícola - Urbano Lunardelli, Diretor Industrial - Sérgio Lunardelli, Diretor Secretário - Paulo Mibieli de Carvalho. No ano de 1956 a Organização registrou um capital de 60 milhões de cruzeiros, além de patrimônio territorial em produção e uma reserva de 121 mil hectares (MORENO, 2012, p. 81-82).

Segundo Ariane Moreno, devido à preocupação com o bem-estar dos funcionários a organização criou um setor de assistência geral. Sua finalidade não era arrecadar dinheiro, mas sim ajudar os empregados a terem mais assistência e conforto. Foi criado então um armazém de abastecimento com diversas secções que se preocupavam em vender produtos a preços reduzidos. Ainda assim, milagrosamente o armazém gerava lucro e esse lucro foi revertido em um novo prédio – feito de alvenaria – onde havia açougue, quitanda, secos e molhados, louças, ferragens, tecidos, armarinho, roupas e farmácia para maior comodidade dos funcionários que podiam comprar diretamente no armazém e a preços mais baratos (MORENO, 2012, p. 89).

⁵⁰ Depoimento de Geremias Furnaleta. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=MynT48UqxZE>. Acesso em junho de 2019.

⁵¹ Geremia Lunardelli: Biografia. Disponível em <www.memoriall.com.br>. Acesso em junho de 2019.

Acredito ser importante salientar nesse trecho o quanto a prática de compra nos mercados dos latifundiários era, e continua sendo, nociva para os trabalhadores rurais. Condiicionados a comprar comidas e outros bens pessoais no barracão das fazendas, os camponeses adquiriam dívidas que geravam uma espécie de servidão. Poderíamos falar também em um regime análogo à escravidão. Em 2018 quinze trabalhadores rurais foram resgatados pelo Ministério do Trabalho na fazenda de café Córrego da Prata, no sul de Minas Gerais. O jornal *Brasil de Fato* considera que a condição desses camponeses era de trabalho escravo visto que eram obrigados a adquirir materiais na fazenda, que mais tarde eram descontados de seus salários⁵².

No ano de 1953 Geremia possuía seis grandes fazendas no norte do Paraná com cerca de sete milhões de pés de café. As fazendas eram: Cachoeira (Assaí), Cascata (Bela Vista do Paraíso), Cascatinha (Porecatu), Igarazu (Apucarana), Chapadão (Arapongas) e Barbacena (Jandaia) (MORENO, 2012, p. 66-67).



Figura 09 - Geremia Lunardelli em 1955. Disponível em : <<https://www.flickr.com>>.

⁵² Trabalho escravo no sul de Minas: 15 foram resgatados em fazenda de café. Disponível em: <www.brasildefato.com.br>. Acesso em fevereiro de 2019.

Devido aos conflitos entre posseiros e latifundiários na região de Porecatu, no ano de 1956, chega na região o advogado Paulo Pimentel. Formado em direito na USP, Pimentel era casado com a neta de Ricardo Lunardelli, Yvone Lunardelli. A pedido do “tio” Geremia desembarca em Porecatu para resolver litígios na Usina Central. Em 1960 Paulo Pimentel assumiu a Secretaria de Agricultura na gestão do governador Ney Braga. Em 1965 foi eleito governador do Paraná.

Cheguei a Porecatu e comecei a trabalhar. Eles tinham um avião, o avião me levava por lá, comecei a trabalhar, uma bagunça enorme. Na contabilidade tinha problemas trabalhistas sérios, eu entrei. Depois tinha o Sindicato de Londrina que criava problemas, aí tinha o problema de terras e eu resolvi quase tudo, tudo na base de chamar o posseiro, pagar para ele, arrumar emprego. Grande parte dos posseiros da área deles passaram a trabalhar na empresa, a maioria! Dava emprego, estabilidade, acertava, ainda pagava a terra, resolvi tudo, dois anos. Como advogado indo e voltando de São Paulo, aí me destacaram para ser diretor da empresa, aí virei diretor superintendente⁵³.

Segundo Moreno (2012, p. 68), Geremia Lunardelli se preocupava com o conforto e comodidade dos funcionários de suas fazendas. Disponibilizava aos empregados uma serraria e também uma grande área de mata de onde se podia retirar madeira para a construção de casas.

Foi chamado de Rei do café por possuir 18 milhões de pés de café espalhados em São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás e Paraguai. Foi o quinto e último cafeicultor que recebeu esse título⁵⁴.

Segunda consta em sua biografia, com exceção da etnia italiana, do nome e do apelido “rei do café”, Geremia Lunardelli não possuía nenhuma relação com o personagem Geremia Berdinazzi, interpretado por Raul Cortez na telenovela O Rei do Gado⁵⁵.

⁵³ Entrevista de Paulo Pimentel concedida a Vanessa Moreiro Cordeiro. Disponível em: <doclondrina.blogspot>. Acesso em agosto de 2019.

⁵⁴ Os outros reis do café foram Joaquim José de Sousa Breves, Henrique Dumont, Francisco Schmidt e Carlo Leôncio de Magalhães.

⁵⁵ O Rei do Gado foi uma telenovela da Rede Globo que estreou dia 17 de junho de 1996. Com autoria de Benedito Ruy Barbosa e direção geral de Luiz Fernando Carvalho a novela abordou a questão dos sem-terra e dos latifundiários. Geremia Berdinazzi, o “rei do café”, era um fazendeiro que aplicou golpes na própria família para enriquecer, mas vive com remorso e lamenta a falta de herdeiros. Disponível em: <observatoriodatelevisao.bol.uol.com.br>. Acesso em agosto de 2019.

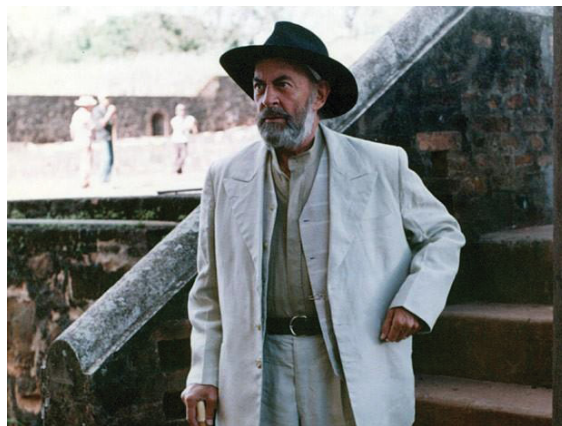


Figura 10 - Geremia Berdinazzi, personagem da telenovela *O Rei do Gado*. Disponível em: <gshow.globo.com>. Acesso em setembro de 2019.

Zulmira Lunardelli, nora de Geremia Lunardelli, afirma que é uma grande injustiça a comparação de Berdinazzi com seu sogro, mas acredita também que essa comparação não tenha sido uma coincidência. Segundo ela:

O mais interessante em toda sua trajetória é que, apesar de não saber ler nem escrever, sempre mostrou honestidade e seu aguçado tino para negócios. Foi pelo menos de muito mau gosto, além de capcioso, colocar o nome de Geremias no personagem bandido da novela. Um não tem nada a ver com o outro⁵⁶.

Talvez para os jornais *Voz Operária e Imprensa Popular*, que apontam como mandante do assassinato de Francisco Bernardo dos Santos o rei do café Geremia Lunardelli, a comparação do mesmo com um antagonista do horário nobre da Globo não seja tanta injustiça.

Zulmira conta também que a questão da reforma agrária, discutida na novela *O Rei do Gado*, era uma preocupação de Geremia Lunardelli. "Ao comprar uma propriedade, ele assentava famílias para cuidar de pequenas glebas". Segundo Francisco Martins da Costa, Zulmira vive em uma das fazendas Lunardelli em Itapura - SP e "para quem não se lembra, no Plano Cruzado, foi em uma dessas fazendas que o governo confiscou os bois que estariam sendo escondidos pelos proprietários"⁵⁷.

Gostaria de levantar dois questionamentos interessantes sobre a preocupação de Lunardelli com a reforma agrária. Se era tão importante para o rei do café que os trabalhadores possuíssem terras, considerando que a reforma agrária visa uma reorganização das terras rurais que estão na mão de poucos proprietários, por qual motivo Francisco foi assassinado? Não seria mais verossímil dizer que Geremia queria

⁵⁶ COSTA, Francisco Martins da. Lunardellis não querem ser Berdinazi. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br>. Acesso em julho de 2019.

⁵⁷ Idem.

trabalhadores para plantar e colher em suas lavouras do que afirmar que existia uma busca pela reforma agrária por parte deste latifundiário?

Outros parentes de Lunardelli também se sentiram incomodados com o personagem Geremia Berdinazzi. É o caso do neto de Geremia Lunardelli, Eduardo Longo. Eduardo afirma que: "Como orgulhoso neto de Geremia, sinto-me também incomodado pela coincidência nominal de mau gosto e inadequada"⁵⁸.

O autor da novela, Benedito Ruy Barbosa, afirmou que tudo não passa de uma grande coincidência. Além dos Lunardelli, Barbosa também recebeu reclamações de outras pessoas que se diziam parentes de “reis do gado”. O autor mantém a afirmação de que sua obra é “pura ficção”⁵⁹. Considerando o incômodo gerado entre os Lunardelli talvez a ficção possa estar muito próxima da realidade.

Geremia recebeu ainda a medalha Ordem do Cruzeiro do Sul em retribuição aos serviços prestados à nação. Também foi doador de obras que fazem parte do acervo original do Museu de Arte de São Paulo (MASP). Os pedidos de doação vieram de seu amigo Assis Chateaubriand. Geremia faleceu no ano de 1962. Tinha nove filhos e 36 netos⁶⁰.



Figura 11 - Geremia Lunardelli e Assis Chateaubriand. Disponível em : <<http://cimitan.blogspot.com/2011/10/foto-historica-assis-chateaubriand-e.html>>.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Geremia Lunardelli: Biografia. Disponível em <www.memoriall.com.br>. Acesso em junho de 2019.

Em 1963 Nicolau Lunardelli, filho de Geremia, foi conhecer o sul do estado do Pará. O corretor Carlos Ribeiro tentou convencê-lo das vantagens em expandir seus negócios no estado, mas Nicolau não aceitou a ideia de pronto. Após alguns dias, o filho de Geremia comprou os primeiros 180 mil alqueires na região, localizada no atual município de Santa Maria das Barreiras. Um ano depois Nicolau comprou uma fazenda de gado nominada após a compra de CODESPAR - Companhia de Desenvolvimento do Sul do Pará S/A (MORENO, 2012, p. 96-97).

Para conseguir fundar essa fazenda Nicolau precisou construir uma estrada que ligasse a CODESPAR a outras localidades. Por esse motivo, no período de três anos, 290 km de estradas foram construídos. O primeiro trecho correspondia à ligação de Paraíso do Norte – GO até a vila Barra do Coco, na margem direita do rio Araguaia. Essa estrada, mais tarde, tornou-se uma rodovia estadual e ao longo dela surgiram várias cidades (MORENO, 2012, p. 97). Dessa forma o filho de Geremia seguiu a tradição da família e foi considerado um pioneiro na Amazônia assim como seu pai e tio foram no norte do Paraná.

Por fim, acredito ser importante salientar que o estado do Pará possui muitos casos de violência contra camponeses e defensores dos trabalhadores rurais. Na tabela que se encontra nos anexos deste trabalho é possível perceber que na década de 1970 essas violências aumentam. Também foi nesse estado que aconteceu, em abril de 1996, a chacina de Eldorado dos Carajás, que vitimou muitos trabalhadores sem-terra. Curioso também o fato de que, no mesmo período, estava sendo exibida a novela O Rei do Gado: responsável por fomentar o debate a respeito do latifúndio e da condição dos camponeses no Brasil.

Ao comparar os dados levantados sobre Francisco Bernardo dos Santos e os dados apresentados por Moreno sobre a família Lunardelli vê-se uma grande discrepância. De um lado temos uma história formada por violências e derramamento de sangue, alijada da justiça e do bem-estar social. De outro, encontramos um Paraná formado através da iniciativa e boa vontade de grandes homens. Essas narrativas se conectam no universo macro-histórico, porém, distanciam-se em uma visão micro.

Sendo assim, defendo que para se reconstruir a história rural paranaense é necessário dar atenção a narrativas pessoais. A partir delas conseguimos ter dimensão das contradições que permeiam nossa própria história e formam nossas interpretações e subjetividades frente ao mundo.

2.3 Iguais em tudo e na sina

Ao refletir sobre a “morte severina” passei a questionar se havia mais “Franciscos” fora da Revolta de Porecatu. Por esse motivo, escrevo a seguir o subcapítulo “Iguais em tudo e na sina”. O objetivo desse ponto do trabalho foi levantar casos de camponeses, ou apoiadores da luta no campo, que foram torturados e/ou assassinados no Brasil após a morte de Francisco, para que depois seja possível refletir se a violência na região de Porecatu foi excepcional ou se representa uma regra do meio rural brasileiro.

Algumas observações antes de adentrar nesse ponto do trabalho: a) nem todos os casos de violência no campo que foram encontrados por meio de fontes estão transcritos neste trabalho; b) em alguns anos há escassez de documentos e por isso não foi possível escolher um caso por ano (entre 1953 e 2019), porém, são raros os anos que não aparecem no trabalho e também há alguns em que foram escolhidos mais de um caso de violência no campo; c) meu objetivo aqui não é especificar o contexto histórico de cada tortura e/ou assassinato, estão descritos a título de comparação e para demonstrar que a hipótese da violência contra camponeses ser algo que perdura é plausível; d) não há muita lógica entre os casos escolhidos para serem narrados aqui e os casos que foram deixados de lado, talvez seja preciso admitir um gosto pessoal ou intuição; e) todos os camponeses ou apoiadores de sua luta que serão mencionados neste subcapítulo encontram-se também em uma tabela como anexo desta dissertação. Dito isso, a seguir você, leitor, encontrará várias pequenas narrativas, espero que ao lê-las possa recordar de *Morte e Vida Severina* e encontrar nelas, assim como eu, similaridades com a história de Francisco Bernardo dos Santos.

Três anos após a resistência dos camponeses em Porecatu ter chegado ao fim, em 1953, o líder camponês José Honorato de Lemos foi assassinado pela polícia na calada da noite. O caso ocorreu no município de Almelíópolis, São Paulo⁶¹.

Em 1954, Josino da Cunha Barbosa e sua família tiveram sua casa invadida e queimada pelo latifundiário Mário Jardim, em Marialva – PR. Após sessão de espancamento a esposa de Josino foi coagida a comprar uma passagem para a Bahia sem saber que o corpo do marido estava jogado num capinzal, sem vida e chamuscado pelo fogo. Seu filho pequeno morreu em decorrência dos espancamentos⁶².

Em março de 1957 Pedro José da Silva, vereador representante do distrito de Verê, em Pato Branco, foi incumbido de levar entrevistas, fotografias e um abaixo-assinado

⁶¹ Assassinado um líder camponês. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 06 mar. 1953.

⁶² Despejadas nove famílias e assassinado um camponês. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 27 fev. 1954.

contra a ação das companhias colonizadoras no sudoeste do Paraná até Juscelino Kubitschek. Antes de sair de casa foi fuzilado pelo jagunço Pé de Chumbo⁶³. Também em 1957, na cidade de Francisco Beltrão, o camponês João Saldanha foi pressionado por jagunços para assinar um contrato de compra de sua posse. Na discussão João matou um deles. A Companhia Comercial, decidida a se vingar, mandou jagunços para a propriedade de João, que fugiu com um dos filhos pequenos. Ficaram na casa sua esposa e duas crianças. A mulher foi abusada e teve um seio cortado – que foi jogado para o cachorro. O menino, de cerca de 8 anos, foi executado e a menina mais nova foi jogada ao ar e espetada com uma adaga, caindo morta no chão. Por fim, a casa da família foi pilhada e incendiada⁶⁴.

No mês de março de 1961 Alfredo Nascimento, líder da Liga Camponesa de Sapé, foi fuzilado pelo administrador do Engenho Miriri, também sargento da polícia. Alfredo tinha ido à residência do então governador da Paraíba, Pedro Gondin, pedir garantias de vida, quando retornou à fazenda foi atingido por um tiro⁶⁵.

Em abril de 1962 João Pedro Teixeira foi a João Pessoa para uma reunião com advogados a respeito da posse de sua terra. Fundador e vice-presidente da Liga Camponesa de Sapé, João Pedro foi pego em uma emboscada quando voltava a pé para casa na estrada entre Café do Vento e Sapé. O camponês carregava cadernos e livros escolares que havia comprado para os filhos. Foi assassinado com balas de fuzil por três homens: dois soldados da PM e um vaqueiro. Encontrado agonizando na estrada, não resistiu aos ferimentos⁶⁶.

Em 1963 João Machado dos Santos, conhecido como João Sem Terra, foi sequestrado e torturado por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). João foi colocado na cadeira elétrica, teve fios elétricos colocados nos olhos, nos órgãos genitais, na garganta, nos ouvidos, nas unhas das mãos e dos pés. Sua tortura foi assistida por um médico. O camponês foi um dos fundadores do Movimento de Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul e, por esse motivo, era considerado subversivo. Após sua soltura João Machado se exilou no interior de Goiás e viveu 25 anos clandestinamente. “Somente ao tomar conhecimento da publicação do livro de Carlos Wagner, *A saga de João Sem Terra*, no qual o jornalista pergunta-se sobre seu paradeiro, compartilhando as

⁶³ Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR: Teresa Urban.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. Retrato da Repressão política no Campo. p. 97. Disponível em: <www.marxists.org>. Acesso em fevereiro de 2019.

⁶⁶ Ibidem. p. 77-81.

dúvidas da família se estaria vivo ou morto, é que João reapareceu e reassumiu sua verdadeira identidade”⁶⁷.

No mesmo ano cinco trabalhadores rurais foram fuzilados pelos capangas de José Lopes na Usina Estreliana em Pernambuco. São eles: Zacarias Batista do Nascimento, Israel Batista do Nascimento, João Batista, Ernesto Batista e Antônio Farias. A usina pertencia a José Lopes de Siqueira Santos, deputado federal pelo PTB. Os camponeses assassinados se dirigiam ao escritório da usina solicitar o pagamento do 13º salário atrasado⁶⁸.

Em 1964 Manoel da Conceição foi atingido por cinco tiros, dois disparados de fuzil contra seu pé direito, na localidade de Pindaré-Mirim, no Maranhão. Permaneceu preso por seis dias onde não recebeu assistência médica, apenas uma enfermeira lavava sua perna e colocava mertiolate. Em prisão posterior, no ano de 1972, Manoel foi levado para o Rio de Janeiro onde sofreu a tortura conhecida como “geladeira”⁶⁹.

Em 1965 Pedro Gomes da Silva, lavrador, morador do município de Moju – PA, foi morto a tiros. Pedro ocupava uma área de terra há dezoito anos, mas um grileiro tentou se apropriar da mesma. O camponês havia requerido na justiça uma parte da terra para continuar trabalhando. No dia 24 de julho Pedro, com os documentos de posse das terras requeridas, dirigiu-se ao local onde o agrimensor Hoyos Bentes, a polícia e o grileiro demarcavam a área. Quando mostrou os documentos foi atingido nas costas por um tiro. Ferido, procurou ajuda do delegado de Moju e foi fuzilado pelo soldado Antônio Francisco de Oliveira⁷⁰.

No ano de 1965 José Ribeiro, natural de Araguari, e Dirce Machado da Silva foram presos e levados para Formoso, Goiânia e Brasília. Sofreram torturas e espancamentos. Ambos eram camponeses e militantes do PCB. O irmão de Dirce, César Machado da Silveira, foi espancado e teve o corpo marcado por facas e cigarros⁷¹.

Em 1966 José Sabino dos Santos, lavrador do município de São Bento do Una, foi morto a tiros pelo fazendeiro José Honório no Sítio Colônia⁷². Em maio do mesmo ano Antônio Soares de Moraes, trabalhador rural do município de Custódia, foi pego em uma tocaia e morto a tiros. Estava envolvido em uma disputa de terras com Luís Alves do

⁶⁷ Relatório da Comissão Camponesa da Verdade. p. 87, 380 e 381.

⁶⁸ Ibidem. p. 154.

⁶⁹ Ibidem. p. 134, 135.

⁷⁰ Ibidem. p. 196.

⁷¹ Ibidem. p. 101, 102.

⁷² CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. Retrato da Repressão política no Campo. p. 71. Disponível em: <www.marxists.org>. Acesso em fevereiro de 2019.

Amaral, apontado como executor⁷³. José Raimundo Félix, residente do município de Jupi foi assassinado em junho de 1966 pelo fazendeiro José Isidoro Filho⁷⁴. Em outubro 1966 Valdomiro Manoel de Lima, do município de São Caetano, foi assassinado a tiros pelo fazendeiro Valfredo Florentino de Andrade⁷⁵. José Roque da Silva, agricultor, morador do Engenho Batinga, foi morto a tiros e golpes de faca de peixeira. Teve os pés e mãos decepados em novembro de 1966. Apolônio Teodósio e seu filho são considerados os responsáveis por esse assassinato⁷⁶. O secretário do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura Canavieira de Marial, Mário Batista da Silva, foi morto por pistoleiros com oito tiros em dezembro de 1966⁷⁷.

José Benedito da Silva, trabalhador rural do Engenho Fanal da Luz, em Palmares-PE, foi morto em 1970 a mando de Leão Diniz de Souza Leão Neto, proprietário do Engenho. José e sua esposa, Elídia Maria da Conceição, moravam com dois filhos no engenho e reivindicaram o pagamento de diárias trabalhadas. No dia 05 de junho Leão simulou o furto de uma rede cometido por José para o amarrar a uma carroceria de caminhão e o espancar. O camponês foi retalhando por golpes de pau de goiabeira com a ajuda de José Martins (administrador do Engenho), Amaro Barbosa, Manoel Couquinho e Chié (funcionários do Engenho). Elídia, assistindo a tortura do marido e pedindo que fosse solto, também foi amarrada e espancada. Após os espancamentos, José Benedito foi obrigado a confessar que havia roubado a rede, versão desmentida por Edvaldo José da Silva, comerciante a quem Leão quis atribuir a compra do objeto. Ao final da noite José foi obrigado a subir nu numa palmeira de dendê, com o tronco cheio de espinhos. Também foi obrigado a ingerir uma mistura de gasolina, cachaça e sal. Teve parte das costas escalpeladas e o restante do líquido jogado sobre a ferida exposta. Na madrugada do dia 06 de junho José e Elídia foram levados a casa de Amaro Ricardo de Souza, funcionário do Engenho, onde foram vigiados por capangas para que não recebessem atendimento médico. Permaneceram nessa casa até dia 09 de junho quando José Benedito faleceu devido as torturas. Elídia conseguiu fugir, com o pretexto de buscar uma flor para o caixão do marido, foi socorrida e levada ao hospital.

Enquanto recebia os primeiros socorros, o então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares, Sebastião Santiago, foi avisado do massacre e dirigiu-se para a Delegacia de Polícia a fim de denunciá-lo. Logo em seguida, Elídia alertou a polícia de que Leão estava

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Idem.

agilizando um enterro clandestino para o corpo de Benedito, na tentativa de ocultar o crime. Às pressas, o dono do engenho confeccionou um caixão e junto com seus capangas dirigiu-se ao cemitério, onde pretendia enterrar o corpo de José Benedito com uma certidão de óbito falsa⁷⁸.

Ainda em 1970 o lavrador Cassimiro Luiz de Freitas, natural de Catalão – GO, foi preso em Pontalina junto com o filho Cornélio e mais dois trabalhadores rurais. Morreu dia 19 de março em sua casa, três dias depois de ter sido deixado por um jipe do Exército na praça Pontalina, apresentando marcas de tortura⁷⁹.

O padre Roberto de Valicourt e a irmã Maria das Graças, de Goianêsia – PA, foram presos e torturados por soldados do exército em junho de 1972, no município São Domingos do Araguaia. Ambos apoiavam a luta dos camponeses na região⁸⁰.

Em 1972 os irmãos Luís Inocêncio Barreto, João Inocêncio Barreto e José Inocêncio Barreto foram atacados quando trabalhavam no canavial do Engenho Matapiruma. Os responsáveis pelo ataque foram o vigia do engenho e dois pistoleiros que, depois se descobriu, eram policiais da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. José Inocêncio Barreto faleceu no local, baleado pelo vigia e pelos agentes policiais. João Inocêncio Barreto levou oito tiros e foi transferido para o hospital em Recife. Luís Inocêncio Barreto conseguiu escapar correndo no meio do canavial. Os irmãos lideravam um grupo de quase setenta pessoas que iniciaram uma ação trabalhista na Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ), da cidade de Escada. Exigiam o pagamento do 13º salário e férias atrasadas, relativas ao ano de 1969, pelo arrendatário do Engenho José Metódio⁸¹.

Joaquim Inácio da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Machado, foi pego em uma emboscada e assassinado a tiros em 1972. Joaquim tentou intervir em uma discussão entre o administrador do Engenho Mascuaba (João Augusto) e um trabalhador que havia apostado sua enxada mas não ia conseguir continuar trabalhando sem a mesma. O administrador, descontente com a intervenção em favor do camponês, assassinou Joaquim Inácio⁸².

No ano de 1973 na Fazenda Campos Novos, em Cabo Frio, o posseiro Manoel Mangueira foi ameaçado pelos ditos proprietários da fazenda. Manoel havia resistido à

⁷⁸ Relatório da Comissão Camponesa da Verdade. p. 86, 157, 158, 159.

⁷⁹ Ibidem. p. 99.

⁸⁰ Ibidem. p. 84.

⁸¹ Ibidem. p. 154.

⁸² CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. Retrato da Repressão política no Campo. p. 72. Disponível em: <www.marxists.org>. Acesso em fevereiro de 2019.

entrada de um trator em sua roça e num dia, quando saiu de casa para ver um barulho no galinheiro, teve a cabeça partida a foice⁸³.

O camponês Clóvis Ribeiro dos Santos foi preso e torturado por militares em 1974. Liberado em novembro do mesmo ano, tinha como obrigação se apresentar de oito em oito dias ao acampamento de Bacaba, no Pará. Numa dessas ocasiões nunca mais retornou para a sua residência nem foi localizado. É dado como desaparecido⁸⁴.

Vicente Pompeu da Silva era presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Ceará (Fetraece) e militante do PCB. Em abril de 1964 foi preso e mantido incomunicável durante 30 dias numa cela no subsolo de um prédio da Polícia Federal. Em 1974 foi preso novamente sob a acusação de “comunista”. Foi colocado em um avião da Base Aérea, algemado e com um capuz na cabeça. Levado ao quartel do Exército, em Pernambuco, Vicente foi colocado numa pequena cela. No mesmo quartel foi torturado com fios elétricos nas orelhas e testículos, pendurado no pau-de-arara, dependurado por dez dias em um pé de manga e sofreu também torturas psicológicas e ameaças constantes de morte⁸⁵.

Em 1975 Nestor Vera foi preso em frente a uma farmácia após uma reunião política, tendo na época 60 anos de idade. Nestor foi um dos fundadores e presidente da Liga Camponesa de Santo Anastácio, fez parte do PCB e, em 1963, fez parte da fundação da CONTAG. Preso, foi levado para a seção da Polícia Civil do departamento de Furtos e Roubos, onde sofreu diversas torturas. “O ex-delegado de polícia, Cláudio Guerra, assumiu em suas *Memórias de uma guerra suja*, publicado em 2012, a autoria de mais de 100 assassinatos em nome da ditadura civil-militar brasileira, dentre os quais consta o líder camponês Nestor Vera”. Cláudio Guerra afirma que encontrou Nestor com fraturas expostas e quase inconsciente e que deu um tiro no camponês para “ajuda-lo” a escapar de sua agonia⁸⁶.

Em outubro de 1976 o Padre João Bosco foi assassinado pelo soldado Ezy Ramalho Feitosa, em Ribeirão Bonito – MT. O padre Florentino Maboni foi preso e torturado em São Geraldo do Araguaia – PA, no mesmo ano, por policiais e militares. Ambos defendiam a luta dos camponeses pela posse de suas terras⁸⁷.

⁸³ Relatório da Comissão Camponesa da Verdade. p. 288.

⁸⁴ Ibidem. p. 260.

⁸⁵ Ibidem. p. 131, 132.

⁸⁶ Ibidem. p. 273, 274.

⁸⁷ Ibidem. p. 84.

No dia 22 de setembro de 1977 o advogado do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Vitória, na Bahia, deveria depor na CPI da grilagem instaurada na Assembleia Legislativa do estado. Porém, dias antes, Eugênio Lyra foi assassinado em plena via pública da pequena cidade baiana⁸⁸.

Em 1978 na Fazenda Maguary, em Santa Luzia, o camponês Hermínio Alves da Luz foi morto. Hermínio morava há quatro anos nas terras da fazenda reivindicada pelo então senador José Sarney. Quando Antônio Rodrigues de Souza começou a cercar os povoados e intimidar Hermínio para que vendesse sua terra o camponês se recusou. Um vaqueiro de Antônio de Souza procurou alguém para matar o camponês e ele nunca mais foi visto⁸⁹.

Adauto Freire da Cruz, braço direito de Francisco Julião, morreu no dia 13 de maio de 1979 em decorrência de um infarto sofrido após ser espancado por policiais no interior de um ônibus que seguia do Rio de Janeiro para Teresópolis. Ele e sua companheira, Delzuite da Costa Silva, participavam de uma manifestação em defesa da Anistia. Quando voltavam para casa de ônibus os policiais tomaram os panfletos que o casal carregava e os espancaram. Adauto foi para o hospital, mas não resistiu⁹⁰.

No dia 21 de julho 1980 Wilson de Souza Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, no Acre, assistia a uma novela nas dependências do STR. Três homens chegaram ao local atirando contra os membros da diretoria. Wilson foi atingido por quatro tiros e veio a óbito. Antes desse episódio Wilson havia recebido ameaças de morte de Nilo Sérgio de Oliveira, capataz da fazenda Nova Promissão⁹¹.

Em 1981 Sebastião Souza Oliveira, conhecido como Sebastião Mearim, morador de Vila do Alegre – PA foi morto dentro de sua casa enquanto dormia. Os pistoleiros encarregados de sua morte foram contratados pela empresa Cidapar, que visava tomar posse das terras dos camponeses nessa região⁹². No mesmo ano, em Jacundá – PA, José Manoel de Souza foi assassinado em sua casa com 7 tiros. Sua companheira e 5 filhos pequenos testemunharam a morte. José fazia parte da Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá, fato que despertava ódio no grileiro Ozanir da Silva⁹³.

⁸⁸ Ibidem. p. 170.

⁸⁹ CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. Retrato da Repressão política no Campo. p. 127, 128. Disponível em: <www.marxists.org>. Acesso em fevereiro de 2019.

⁹⁰ Ibidem. p. 58-60.

⁹¹ Relatório da Comissão Camponesa da Verdade. p. 180, 181.

⁹² Ibidem. p. 188.

⁹³ Ibidem. p. 206-207.

Em 1982, Leão Diniz de Souza Leão Neto (responsável pela morte de José Benedito da Silva em 1970) e um grupo de 20 pistoleiros com 2 tratores cercaram Boa Vista do Procópio. O camponês Manoel Dias, que tinha 77 anos, foi morto no dia 8 de setembro após Leão e seus homens terem derrubado casas, quebrado roças e matado criações⁹⁴.

Em 1982 foi assassinado o advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá – PA e sócio fundador da Associação Nacional dos Advogados dos Trabalhadores da Agricultura, Gabriel Sales Pimenta. Quando o advogado conseguiu uma liminar de posse em favor de 128 ocupantes da Fazenda Pau-Seco foi morto pelo pistoleiro Crescêncio Oliveira de Souza. Alvejado com três tiros pelas costas, morreu instantaneamente⁹⁵.

O posseiro Belchior Martins da Costa teve os olhos furados com faca, o pescoço quebrado e o corpo alvejado por 140 tiros em 1982. O assassinato ocorreu na Gleba Cabeceira do Rio Maria, no município de Rio Maria – PA⁹⁶. No mesmo ano, no Maranhão, o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santa Luzia, Elias Zi Costa Lima, conhecido como Zizi, foi assassinado no mercado da cidade. Zizi tinha 42 anos, era casado e pai de nove filhos. O crime, assistido por várias testemunhas, foi praticado por filhos do latifundiário José Gomes Novaes – Delmi, Delmar e Leônidas. Elias apoiava famílias que lutavam contra a expulsão de uma área na região da Lagoa do Capim, considerada devoluta⁹⁷.

No ano de 1983 a presidenta do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande – PB Margarida Maria Alves, de 50 anos, foi assassinada em sua casa com um tiro à queima-roupa. Margarida havia sofrido ameaças para deixar de atuar no STR vindas do Grupo da Várzea (grupo político formado por donos de fábricas, usinas, deputados estaduais e federais, prefeitos, entre outros, era liderado por Aguinaldo Veloso Borges)⁹⁸.

Benedito Alves Bandeira, conhecido como Benezinho, foi morto no dia 4 de julho de 1984 por três pistoleiros em Tomé-Açu, no Pará. Benezinho tinha sido catequista e agente de pastoral na igreja católica. Também foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açu⁹⁹. Em 28 de agosto do mesmo ano o Presidente do

⁹⁴ Ibidem. p. 161.

⁹⁵ Ibidem. p. 215-217.

⁹⁶ Ibidem. p. 228.

⁹⁷ CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. Retrato da Repressão política no Campo. p. 124. Disponível em: <www.marxists.org>. Acesso em fevereiro de 2019.

⁹⁸ Relatório da Comissão Camponesa da Verdade. p. 81 e 148.

⁹⁹ Ibidem. p. 232-233.

STR de Uruaçu, em Goiás, Sebastião Rosa da Paz, foi assassinado com 3 tiros dentro de sua residência. A esposa de Sebastião e a filha de 13 anos testemunharam sua morte¹⁰⁰.

Em 1985, no dia 04 de janeiro, o posseiro Armando Oliveira da Silva (conhecido como Quintino) foi morto por uma equipe da PM no Pará, comandada pelo então capitão Cordovil. As forças das milícias sustentadas pela CIDAPAR uniram-se às forças do estado e expulsaram famílias de suas terras na região Porto da Silva Matos. Os camponeses pegaram em armas para defender suas propriedades. Quintino, nascido em Santa Lúcia do Pará, denunciou as ações dos empresários e grileiros para a polícia, impetrou uma ação na justiça e remeteu uma carta ao Presidente da República, sem sucesso. Foi alvejado por uma bala que o atingiu na altura do pescoço e outra perto do coração. Nessa mesma ocasião morreram também os amigos de Quintino conhecidos como Bodão e Mão de Sola¹⁰¹.

No mesmo ano, no dia 23 de outubro, o Presidente do STR do município de Carmo do Rio Verde – GO Nativo da Natividade de Oliveira foi morto com cinco tiros por pistoleiros na frente do sindicato. Associados ao STR acusaram Roberto Pascoal Liégio (prefeito de Carmo do Rio Verde), Geraldo Reis (advogado da Usina Agro-Álcool) e Anestor Clemente da Silva (presidente da Destilaria) pelo assassinato. Segundo consta, essas três pessoas haviam feito ameaças contra Nativo anteriormente. “O pistoleiro que cometeu o crime foi preso e confirmou em depoimento que o prefeito e o advogado eram os mandantes. O fazendeiro Genésio Pereira da Silva havia sido o intermediário na ação”¹⁰².

Ainda em 1985, no dia 18 de dezembro, João Canuto de Oliveira foi assassinado em frente ao cemitério de Rio Maria. 12 tiros atingiram o peito e a cabeça do camponês. João Canuto nasceu em Trindade, Goiás. Em 1973 migrou para Rio Maria – PA onde passou a trabalhar na fazenda Três Irmãos: propriedade em vias de “regularização” pertencente a Mizael, ex-prefeito da cidade. Em 1978, por desavenças com os proprietários da fazenda, João Canuto foi despejado e teve seus pertences e casa queimados, sua mãe morreu decorrente do ato de despejo. Em 1982 Canuto se candidatou a prefeito de Rio Maria, pelo PMDB, perdeu por poucos votos devido a possíveis fraudes na apuração. Em 1983 foi criada a delegacia sindical dos Trabalhadores Rurais de Rio

¹⁰⁰ Ibidem. p. 106.

¹⁰¹ Ibidem. p. 191-193.

¹⁰² Ibidem. p. 81.

Maria, João Canuto foi eleito como presidente. O camponês ajudou a consolidar a organização e oficializar a criação do STR, do qual se tornou o primeiro presidente¹⁰³.

Em 03 de janeiro de 1986 Yoshio Muritani foi encontrado morto. Foi vítima de facadas nas costas e na jugular, além de ter tido sua barriga aberta. Em 11 de março de 1985 Yoshio e seu amigo Sadão já haviam sofrido um atentado onde Sadão recebeu 4 tiros e ficou surdo. Na ocasião Yoshio foi atingido por dois tiros. Otoniel de Almeida era o principal suspeito de ser o mandante do atentado. Yoshio e Sadão produziam bananas em Iguape, suas terras eram alvo de disputas e o principal interessado era Otoniel de Almeida. Os amigos estimulavam os posseiros da região a trabalharem coletivamente, o que desagradava os grileiros¹⁰⁴.

No dia 10 de maio de 1986 foi morto com dois tiros nas costas o Padre Josimo. Nascido em Marabá, Pará, Josimo coordenou a Comissão Pastoral da Terra (CPT) na região do Araguaia Tocantins. Defendia os trabalhadores rurais e causava medo e ódio nos fazendeiros da região, inclusive pelo fato de ser negro. No dia 15 de abril de 1986 Josimo sofreu um atentado – as balas que o deveriam matar ficaram alojadas na porta da Toyota que dirigia. Os bispos do Centro-Oeste pediram ao presidente José Sarney pela segurança e vida do padre, sem sucesso. No dia 10 de maio foi morto enquanto subia as escadas do prédio onde ficava o escritório da CPT em Imperatriz, no Maranhão¹⁰⁵.

O advogado Paulo Fonteles foi assassinado por pistoleiros no dia 11 de junho de 1987. Fonteles atuava como advogado junto aos camponeses do Sul do Pará. Havia sido sindicalista e deputado estadual. Devido a sua atuação em defesa dos posseiros era conhecido como “advogado-do-mato”. Antes de seu assassinato sofreu várias ameaças de morte que comunicou às autoridades¹⁰⁶. No mesmo ano aconteceu a Chacina de Goianésia na Gleba Ararandeuá, município de Rondon – PA. Entre os dias 23 e 24 de outubro os irmãos Hermínio Lopes (proprietário de uma Serraria), Joaquim José Ferreira Branco (proprietário de uma loja de armas) e João Manoel assassinaram João Barbosa da Conceição, Sebastião Pereira de Souza e seu filho, Clécio Silvino da Silva, de apenas 3 anos¹⁰⁷.

¹⁰³ Ibidem. p. 197-200.

¹⁰⁴ Ibidem. p. 226, 337.

¹⁰⁵ Ibidem. p. 268.

¹⁰⁶ Ibidem. p. 208, 209.

¹⁰⁷ Ibidem. p. 242.

Em 1988 foi assassinado o delegado sindical do STR de Bujaru, Genésio Alves de Oliveira¹⁰⁸. Em 1989 foi assassinado Pedro Paraná, braço direito do líder camponês de Trombas e Formoso, José Porfírio¹⁰⁹. Em 1990 foram assassinados em Rio Maria Braz Antônio de Oliveira, diretor do STR, e Ronan Rafael Ventura. Quem executou os assassinatos foi Ubiratan Ubirajara a mando de Geraldo Oliveira Braga¹¹⁰. Em 1991 foi assassinado em Tailândia o dirigente sindical Sebastião Ribeiro da Silva. Os acusados pela morte – João Ribeiro e Cícero – chegaram a serem presos¹¹¹.

No dia 04 de janeiro de 1992 foram assassinados, em São João do Araguaia, os posseiros Domingos Menezes Cardoso e João de Tal, conhecido também como João Doido. Paulo Mariano Colais, Zelito Pereira de Jesus, Francisco de Assis Mendes da Silva, Paulo Domingos de Paulo e Orlando Nunes dos Santos foram acusados como culpados pelo crime. Paulo Mariano teve sua prisão decretada¹¹². Os camponeses Alcebíades Anjos Santos, Inácio Batista da Silva, João Maria da Costa e Aparício Vites Farrapos foram mortos no dia 17 de junho de 1993 em Tailândia, Pará. Os pistoleiros Edson Oliveira da Silva, José Arlindo da Silva e Gilberto Barata foram acusados pelo crime, Gilberto teve a prisão preventiva decretada¹¹³.

No dia 02 de outubro de 1994 foram assassinados Antônio Teles Saraiva (presidente do STR) e Alcina Gomes Barbosa (sua esposa), em Eldorado dos Carajás. Os acusados pela morte foram os pistoleiros Ismael S. Oliveira, Antônio Baltazar Brito e José Aparecido Santos¹¹⁴. Em agosto de 1995 foram mortos os posseiros João Menezes, Waldemir Brito e Bigode na localidade de São João do Araguaia. Foram acusados como executores do crime Antônio Paulo R. Oliveira, Genésio Sousa Terrão, Expedito A. Santos e Reginaldo Gomes Cardoso¹¹⁵.

Em 1996, no dia 17 de abril, aconteceu o Massacre de Eldorado dos Carajás. Foram mortos os camponeses Altamiro Ricardo da Silva, Antônio Costa Dias, Raimundo Lopes Pereira, Leonardo Batista Almeida, Graciano Olímpio Souza (Badé), José Ribamar Alves Souza, Oziel Alves Pereira, Manoel Gomes Souza, Lourival Costa Santana, Antônio Alves da Cruz, Abílio Alves Rabelo, João Carneiro da Silva, Antônio (Irmão),

¹⁰⁸ Conflitos no Campo – Brasil 1988. Comissão Pastoral da Terra. p. 23.

¹⁰⁹ Relatório da Comissão Camponesa da Verdade. p. 103.

¹¹⁰ Assassinatos e Processos, Pará 1985-2011. Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <www.cptnacional.org.br>. Acesso em fevereiro de 2019.

¹¹¹ Idem.

¹¹² Idem.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Idem.

José Alves da Silva, Robson Vitor Sobrinho, Amâncio Santos Silva, Valdemir Ferreira da Silva (Bem Te Vi), Joaquim Pereira Veras e João Rodrigues Araújo. Foram condenados pelas mortes dois policiais militares: o Coronel Mário Colares Pantoja, condenado a 228 anos de prisão, e o Capitão José Maria Pereira de Oliveira, condenado a 158 anos de prisão¹¹⁶.

No dia 13 de janeiro de 1997 foram mortos os camponeses sem terra José Júlio Rodrigues da Silva, João Batista dos Santos e Antônio Ferreira Filho, em Ourilândia Norte. Edvair Vilela Queiroz foi apontado como mandante dos assassinatos¹¹⁷.

No dia 26 de março de 1998 foram assassinados os camponeses Onalício Araújo Barros, conhecido como Fusquinha, e Valentim da Silva Serra, conhecido como Doutor. O crime ocorreu em Parauapebas. Segundo consta na documentação o executor do crime foi José Marques Ferreira e o mandante foi Carlos Antônio da Costa¹¹⁸. Também em 1998 foi morto Sebastião Camargo Filho durante um despejo ilegal na fazenda Boa Sorte, na cidade de Marilena – PR. Augusto Barbosa da Costa, integrante de uma milícia privada da União Democrática Ruralista (UDR) foi acusado de participação no homicídio. Absolvido pela justiça, em 2013 o Tribunal de Justiça do Paraná anulou o julgamento e determinou que um novo seja feito pelo tribunal do júri de Curitiba¹¹⁹.

Em 1999 foi assassinado Euclides Francisco de Paulo, presidente do STR em Parauapebas. Foram acusados pela morte Raimundo N. Mendes Serra, Wilson Vaz Freire, Beckior C. de Souza e Antônio Silva Santos¹²⁰. No dia 21 de novembro de 2000 o diretor do STR de Rondon – PA, José Dutra da Costa, então com 43 anos, foi assassinado. Foram acusados pela sua morte Wellington de Jesus Silva e outro pistoleiro, contratados por Igor Ismar Mariano. Os fazendeiros Décio José Barroso Nunes e Lourival de Sousa Costa são acusados de serem os mandantes do crime¹²¹.

Em 09 de julho de 2001 foram mortos José Pinheiro de Lima, sindicalista, sua esposa Cleonice Campos Lima, trabalhadora rural, e seu filho Samuel Lima, de apenas 15 anos. O caso ocorreu em Marabá. Ademir Ramos foi apontado como executor do crime, com intermediação de Domingos Bibiano e ordem de João David de Melo¹²². No

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Conflitos no Campo – Brasil 2013. Comissão Pastoral da Terra. p. 113.

¹²⁰ Assassinatos e Processos, Pará 1985-2011. Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <www.cptnacional.org.br>. Acesso em fevereiro de 2019.

¹²¹ Idem.

¹²² Idem.

dia 27 de junho de 2002 Ivo Laurindo do Carmo, camponês de 34 anos, foi assassinado em Irituia – PA. O acusado do crime foi Seunizio de Brito Lemos¹²³.

No dia 12 de setembro de 2003 foram assassinados os trabalhadores rurais Justino Pereira da Silva, Pedro Formiga, Penteado Antônio, Antônio da Conceição, Eliseu, Maurício, Baixinho Moreno e o comerciante Antônio Vieira da Silva, em São Félix do Xingu. Antônio José M. Silva, Sebastião Ferreira Lacerda, Daniel P. Silva, Genivaldo P. Moura e João Paulo da Silva foram acusados pelo crime¹²⁴.

Em fevereiro de 2004 foi assassinado Ribamar Francisco dos Santos, de 47 anos, presidente do STR em Rondon¹²⁵. Em fevereiro de 2005 o presidente do STR de Parauapebas, Soares da Costa Filho, foi assassinado. O mandante teria sido Valdemar Rodrigues do Vale¹²⁶.

Os camponeses Almir Pedro de Paula e Cícero Jacinto de Jesus foram mortos no dia 04 de setembro de 2006, em Cumaru do Norte. O mandante do crime teria sido Cássio Carvalho do Val¹²⁷. No dia 28 de janeiro de 2006 o trabalhador rural Antônio Bezerra da Silva foi assassinado com três tiros em São Félix do Xingu¹²⁸. Em 26 de abril de 2007 foi assassinado Antônio Raimundo dos Santos, conhecido como Carequinha, em Novo Repartimento. Abdias Alves do Nascimento foi acusado pelo crime¹²⁹. No ano de 2008 foram assassinados os camponeses Gilberto Ribeiro Lima e Vanderlei Ferreira de Meireles em Açailândia, no Maranhão. Ambos estavam a três meses sem receber seus salários e o latifundiário Adelson Veras se recusava a pagar a dívida¹³⁰.

No dia 09 de dezembro de 2009 dois coordenadores da Liga dos Camponeses pobres de Rondônia (LCP/RO) – Elcio Machado (Sabiá) e Gilson Gonçalves – foram sequestrados por pistoleiros na estrada que liga o acampamento Rio Alto a cidade de Buritis. Ambos foram torturados, tendo unhas e pedaços de pele arrancados. Em seguida foram assassinados. “O acampamento Rio Alto está localizado em terras que foram destinadas ao Projeto de Assentamento Rio Alto, mas por conivência dos funcionários do INCRA foi grilada pelo latifundiário Dilson Caldato”. Mais de 45 famílias estavam

¹²³ Idem.

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ Conflitos no Campo – Brasil 2006. Comissão Pastoral da Terra. p. 123.

¹²⁹ Assassinatos e Processos, Pará 1985-2011. Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <www.cptnacional.org.br>. Acesso em fevereiro de 2019.

¹³⁰ Fazendeiro é preso por homicídio. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, Rio de Janeiro, fev/mar. 2011.

acampadas no local e em 2008 outros camponeses já haviam sido sequestrados e espancados. Os posseiros reconhecem que os policiais estavam trabalhando junto com os pistoleiros¹³¹.

Nilcilene Miguel de Lima, agricultora familiar e assentada pelo INCRA, também presidente da Associação Deus Proverá (ADP) em Lábrea – AM, foi espancada no dia 04 de junho 2010. Em agosto sua casa, lavoura e a de um vizinho foram destruídas por fogo ateadado por jagunços. Nilcilene foi acusada pelos madeireiros da região de ter feito uma denúncia anônima ao Ibama que levou a apreensão de três motosserras e vários mognos que haviam sido derrubados perto da propriedade da camponesa. Ela entrou com processos na justiça estadual e recorreu à Comissão Pastoral da Terra em busca de proteção à sua vida. Na mesma localidade também estão ameaçados Raimundo Alexandrino de Oliveira (esposo de Nilcilene), Carlos Roberto Rufato (membro da Diretoria da Associação Deus Proverá) e Felicidade Araujo da Silva (seringueira, expulsa a bala de suas terras por pistoleiros do fazendeiro Celso Ribeiro)¹³².

No dia 24 de maio de 2011 foram assassinados José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo Silva em Nova Ipixuna. O mandante do crime foi José Rodrigues Moreira¹³³. No mesmo ano também foi assassinado a tiros o camponês Negro Flaviano, na localidade de São Vicente de Ferrer, no Maranhão¹³⁴.

Dois trabalhadores rurais foram assassinados em 2012 no estado de Pernambuco. Pedro Bruno, que vivia no assentamento Dona Margarida Alves, foi morto a tiros próximo ao engenho Pereira Grande, no dia 02 de abril. Antônio Tiningo, coordenador do MST, foi assassinado em uma emboscada quando se dirigia a um assentamento na Fazenda Açucena em Jataúba, no dia 23 de março¹³⁵.

Em janeiro de 2013 Cícero Guedes dos Santos, líder de um assentamento do MST em Campos, cidade do norte fluminense, foi assassinado com tiros na cabeça e nas costas. O corpo de Cícero foi encontrado próximo a uma usina desativada¹³⁶. Em outubro de 2014 Martinho Souza Aires foi encontrado morto em um matagal em São Luís, no

¹³¹ Denúncia, violência no campo, tortura e assassinato dos camponeses. Disponível em: <revistaforum.com.br>. Acesso em fevereiro de 2019.

¹³² Ameaças tentam impedir líder camponesa no Amazonas de retornar à sua terra. Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <www.cptnacional.org.br>. Acesso em janeiro de 2019.

¹³³ Assassinatos e Processos, Pará 1985-2011. Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <www.cptnacional.org.br>. Acesso em fevereiro de 2019.

¹³⁴ Relatório da Comissão Camponesa da Verdade. p. 146.

¹³⁵ Dois trabalhadores rurais são assassinados em Pernambuco. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, Rio de Janeiro, mar/abr/mai. 2012.

¹³⁶ Líder do MST é assassinado a tiros em Campos (RJ). Disponível em: <noticias.uol.com.br>. Acesso em fevereiro de 2019.

Maranhão. Filho de uma liderança quilombola e quebradeira de coco babaçu, Martinho foi esquartejado¹³⁷.

No dia 01 de novembro de 2014 Marinalva Kaiowá foi assassinada com 35 facadas. Marinalva morava em um acampamento de lona nas margens de uma terra que sua comunidade tenta reaver há mais de 40 anos. Seu assassinato ocorreu duas semanas após ter ido protestar diante do Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, contra a decisão que anulou o processo de demarcação da terra indígena Guyraroká¹³⁸.

Em agosto de 2015 Maria das Dores dos Santos S. Priante, de 52 anos, foi sequestrada em sua casa, torturada e assassinada a tiros. Maria denunciava a venda ilegal de lotes destinados a reforma agrária na comunidade Portelinha/ Ramal Serra Baixa no município de Iranduba – AM¹³⁹. No mesmo ano Adenilson da Silva Nascimento, conhecido como Pinduca, foi assassinado por pistoleiros na região da Serra das Trempes, na Bahia. Pinduca era uma liderança indígena Tupinambá numa área disputada entre indígenas e fazendeiros. Ele foi alvejado por tantos tiros que a equipe do Departamento de Polícia Técnica (DPT) não conseguiu levantar o número de balas disparadas no local¹⁴⁰.

Em 07 de abril de 2016, no Acampamento Dom Tomás Balduino localizado numa parte da empresa Araupel, em Quedas do Iguaçu – PR foram assassinados os militantes do MST Vilmar Bordin e Leomar Bhorback. Ambos foram pegos numa emboscada feita pela polícia militar e jagunços da madeireira Araupel. A polícia alegou que os camponeses tentavam fazer uma emboscada contra eles e a polícia apenas se defendeu¹⁴¹.

No dia 24 de maio de 2017 na Fazenda Santa Lúcia, no Pará, houve um massacre que vitimou dez camponeses e feriu mais quatro. Os responsáveis pelas mortes: policiais militares e civis. A fazenda era palco de disputas de terra desde 2010 quando um grupo de trabalhadores rurais tentou construir um assentamento para reforma agrária. Com o pedido de reintegração de posse aceito pela justiça brasileira os trabalhadores tentaram ainda permanecer na terra. Em 20 de abril de 2017 quatro pessoas foram presas em flagrante por desobedecerem a ordem judicial e os demais ocupantes se refugiaram em um acampamento provisório. Após a chacina os policiais retiraram os corpos do local e descaracterizaram a cena do crime. O Ministério Público colheu o depoimento de uma

¹³⁷ Relatório da Comissão Camponesa da Verdade. p. 146.

¹³⁸ Conflitos no Campo – Brasil 2014. Comissão Pastoral da Terra. p. 131.

¹³⁹ Conflitos no Campo – Brasil 2015. Comissão Pastoral da Terra. p. 145.

¹⁴⁰ Ibidem. p. 145.

¹⁴¹ Conflitos no Campo – Brasil 2016. Comissão Pastoral da Terra. p. 116.

testemunha que alega terem ocorrido crimes de tortura e violação dos direitos humanos por parte dos policiais e que estes estavam associados aos fazendeiros da região. Testemunhas afirmam que não houve troca de tiros entre camponeses e policiais visto que nenhuma caminhonete da polícia foi atingida e nenhum policial saiu ferido. A polícia apreendeu as armas dos trabalhadores: 9 espingardas, algumas em condições precárias, e pelo menos duas com munição para caça¹⁴².

A sensação entre os sobreviventes e familiares das vítimas é de abandono. Não receberam indenizações do estado pelos parentes assassinados, não conseguiram ser assentados e os advogados que participam do caso recebem ameaças constantes. Na última quinta-feira, a chacina executada por policiais militares e civis completou um ano sem que se conheça os mandantes do crime. O inquérito aponta para execução sumária das vítimas. Embora os policiais tenham alegado que teriam reagido a tiros, essa versão inicial foi contestada por dois policiais civis, por sobreviventes e pela perícia técnica. Os onze policiais militares que participaram da ação foram indiciados pela Corregedoria da Polícia Militar e estão presos. O inquérito foi encaminhado para a Justiça Militar e o parecer do Ministério Público foi para o Tribunal do Júri, da Justiça Comum. Após o massacre — considerado o maior desde 1996, quando foram assassinados 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás — o clima de tensão continua. Quarenta dias após a chacina, o líder do acampamento Santa Lúcia, Rosenildo Pereira, foi morto com três tiros na cabeça. “A nossa segurança é vulnerável, mas está indo. A segurança nossa é Deus”, afirma Manoel Gomes Pereira, atual liderança do acampamento. Três pessoas ligadas ao caso foram incluídas no Programa de Proteção de Vítimas e Testemunhas Ameaçadas de Morte, de acordo com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Um dos sobreviventes do massacre, Bento Francisco de Oliveira, conseguiu escapar da chacina junto com a esposa, mesmo baleado na coxa esquerda. “A minha situação financeira está complicada. Minha perna sempre sangra e não tenho o controle dela”, diz. Ele lamenta não receber apoio do estado e afirma que as cenas do massacre ainda o perseguem nos sonhos. “Eu só queria minha saúde de volta e um pedaço de terra para poder trabalhar”.¹⁴³

Na chacina foram assassinados os camponeses Antônio Pereira Milhomem, Bruno Henrique Pereira Homes, Hércules Santos de Oliveira, Jane Julia de Oliveira, Nelson Souza Milhomem, Ozeir Rodrigues da Silva, Regivaldo Pereira da Silva, Ronaldo Pereira de Souza, Weldson Pereida da Silva e Weclberson Pereira Milhomem¹⁴⁴.

¹⁴² Dados colhidos nos jornais G1 e El País. Disponíveis em: <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/chacina-que-resultou-na-morte-de-10-pessoas-no-para-completa-uma-semana-entenda.ghtml>> e <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/25/politica/1495737149_649329.html>. Acesso em julho de 2017.

¹⁴³ ‘Quem a polícia vai matar agora?’, pergunta filho de sem-terra morto em chacina de Pau D’Arco. Disponível em: <reporterbrasil.org.br>. Acesso em fevereiro de 2019.

¹⁴⁴ Relatório final: COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A APURAR A CHACINA QUE VITIMOU DEZ TRABALHADORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE PAU D’ARCO, NO ESTADO DO PARÁ. Câmara dos Deputados. Brasília, dezembro de 2017.

Em setembro de 2018 a cacique Maria Madalena, de 56 anos, foi baleada de raspão na cabeça dentro da aldeia onde morava em Maracanaú, no Ceará. Cacique Madalena era uma militante pela causa Pitaguary que luta pela demarcação de terras¹⁴⁵.

No dia 18 de julho de 2019 Luis Ferreira da Costa foi assassinado em Valinhos, na Estrada Jequitibá. Seu Luis, como era conhecido, ajudou a organizar o acampamento Marielle Vive do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criado em abril de 2018. Seu Luis participava de uma manifestação na Estrada Jequitibá pelo fornecimento de água para o acampamento quando Leo Luiz Ribeiro, utilizando sua picape L200 da Mitsubishi, atropelou Luis Ferreira da Costa que veio a óbito no local¹⁴⁶.

¹⁴⁵ Líder indígena é baleada dentro de aldeia em Maracanaú. Disponível em: <diarionordeste.verdesmares.com.br>. Acesso em fevereiro de 2019.

¹⁴⁶ “Apesar da idade, queria vencer”: antes de ser assassinado, Luis foi à escola do MST. Disponível em: <www.brasildefato.com.br>. Acesso em julho de 2019.

3. QUESTÕES TEÓRICAS, METODOLÓGICAS E CONCEITUAIS

José D'Assunção Barros apontou que iniciar uma pesquisa no campo das humanidades é partir para uma viagem instigante e desafiadora. Para ele:

Se qualquer viagem traz consigo uma sensação de novidade e de confronto com o desconhecido, a viagem do conhecimento depara-se adicionalmente com a inédita realidade de que o caminho da Pesquisa deve ser construído a cada momento pelo próprio pesquisador. Até mesmo a escolha do lugar a ser alcançado ou visitado não é mera questão de apontar o dedo para um ponto do mapa, pois este lugar deve ser também ele construído a partir da imaginação e da criatividade do investigador (BARROS, 2009, p. 9).

Depois que o tema, o problema a ser investigado ou os objetivos forem delimitados é necessário produzir ou construir materiais para que a pesquisa seja possível. Esses materiais não podem ser encontrados em agências de viagens ou em lojas de artigos e se configuram como instrumentos necessários à empreitada de produzir história. (BARROS, 2009, p. 9).

O título deste capítulo foi inspirado pelas definições de Barros (2009, p. 79, 80) a respeito da teoria e da metodologia. Para ele, teoria remete a uma maneira de ver o mundo, aos conceitos e categorias que serão empregados para encaminhar uma leitura da realidade. Também está relacionada com uma rede de elaborações mentais fixadas por outros autores, onde o pesquisador propõe um diálogo a fim de elaborar seu próprio quadro teórico.

Para Barros a metodologia remete a uma maneira de trabalhar algo, de constituir materiais e extrair informações deles. Está diretamente ligada a ações concretas que visam solucionar problemas. Enquanto a teoria estaria mais próxima do pensamento, a metodologia estaria mais próxima da ação, referindo-se a um “modo de fazer”, que na filosofia pode ser denominado como *práxis*.

Considerando essas assertivas inicio este subcapítulo tratando sobre a micro-história: a metodologia que foi necessária para produzir as três narrativas apresentadas no capítulo precedente. Durante o capítulo anterior não pretendi explicar a todo o momento meus instrumentos de pesquisa, considereirei que eles permearam a escrita como um todo. Mesmo assim, para ser possível ao leitor compreender quais passos me fizeram chegar até aqui, dedico um subcapítulo para debater a micro-história.

Em seguida proponho uma discussão sobre os termos guerra, guerrilha, levante, revolta e resistência para justificar minhas escolhas em classificar os conflitos agrários no norte paranaense entre 1944 e 1951. Por fim, apresento uma discussão sobre os termos

camponês e campesinato a fim de compreender se estas são “categorias” corretas em que Francisco Bernardo dos Santos pode ser inserido.

3.1 A micro-história como “metodologia”

Carlo Ginzburg escreveu certa vez que é necessário ter uma “aguda consciência de que todas as fases que marcam a pesquisa são construídas, e não dadas” (2007, p. 275). Giovanni Levi também nos trouxe uma ideia muito semelhante ao escrever *Sobre a micro-história*:

Incorporar ao corpo [sic] principal da narrativa os procedimentos da pesquisa em si, as limitações documentais, as técnicas de persuasão e as construções interpretativas. Esse método rompe claramente com a assertiva tradicional, a forma autoritária de discurso adotada pelos historiadores que apresentam a realidade como objetiva. Na micro-história, ao contrário, o ponto de vista do pesquisador torna-se uma parte intrínseca do relato. O processo de pesquisa é explicitamente descrito e as limitações da evidência documental, a formulação de hipóteses e as linhas de pensamento seguidas não estão mais escondidas dos olhos do não iniciado. O leitor é envolvido em uma espécie de diálogo e participa de todo o processo de construção do argumento histórico (LEVI, 1992, p. 153).

Munida dos argumentos destacados acima, escrevo esse subcapítulo para descrever e partilhar minhas descobertas sobre a micro-história, que foi o principal instrumento utilizado na elaboração dessa pesquisa. Deixarei expresso aqui minhas hipóteses, dúvidas e incertezas de alguém que emprega a micro-história problematizando em que medida ela é operacional. Acredito, assim como Ginzburg, que as ideias que irei reconstruir são em parte verdadeira, em parte fictícia, em parte consciente e em parte inconsciente (GINZBURG, 2007, p. 270). Convido você, leitor, a percorrer esse caminho comigo.

Meu primeiro contato com a micro-história foi em uma aula de Teoria da História durante o curso de graduação. Ouvi falar de um livro chamado *O queijo e os vermes*, de autoria de Carlo Ginzburg. Segundo o próprio autor “este livro conta a história de um moleiro friulano Domenico Scandella, conhecido por Menocchio - queimado por ordem do Santo Ofício, depois de uma vida transcorrida em total anonimato” (GINZBURG, 2006, p. 11). Vários elogios foram tecidos sobre o livro e por isso tentei realizar uma leitura, sem sucesso. Minhas limitações linguísticas, somadas a pouco conhecimento, fizeram com que eu desistisse logo no prefácio. Ainda assim fiquei me perguntando o que aquele livro tinha de tão especial para que fosse elogiado com tanto fervor.

Anos mais tarde, folheando páginas de jornais, encontrei o personagem Francisco Bernardo dos Santos, que havia sido torturado e assassinado em 1950, no Paraná, após uma vida transcorrida em total anonimato. *O queijo e os vermes* voltou a ocupar meus pensamentos e, finalmente, realizei sua leitura. No primeiro momento me questioneei se estava diante de um texto histórico. Ao folhear as páginas de modo tão rápido parecia estar lendo um livro de literatura. Menocchio, "filósofo, astrólogo e profeta", despertou-me simpatia e identificação com suas ideias de “tudo o que se vê é Deus e nós somos deuses” e suas reflexões sobre o queijo, o leite, os vermes-anjos e o Deus-anjo criado do caos (GINZBURG, 2006, p. 35, 38 e 178).

Ginzburg comentou sobre essa obra em *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Para ele foi a redução de escala que transformou uma nota de rodapé em uma monografia sobre a reforma protestante (GINZBURG, 2007, p. 264). Sempre tive uma profunda curiosidade sobre essas “notas de rodapé” por vezes obscuras, fantásticas e que revelavam mais do que transpareciam.

Ao propor uma investigação capilar sobre um personagem – Menocchio – Ginzburg, segundo ele mesmo, correu o risco de parecer paradoxal ou absurdo, “quase como o retorno ao tear mecânico numa era de teares automáticos” (GINZBURG, 2006, p. 20). Para mim pareceu mais como uma reinvenção da roda.

Começarei então minha investigação sobre a micro-história onde ela realmente se concebeu em minha cabeça: pela análise de *O queijo e os vermes*. No decorrer do texto, tentarei expressar relações entre Menocchio e Francisco Bernardo dos Santos, que é o personagem de onde partiu essa dissertação.

No prefácio a edição inglesa Ginzburg deixa claro que sua pesquisa surgiu por acaso. No meio de processos inquisitoriais encontrou dois referentes à Menocchio. As fontes, apesar de não utilizadas no primeiro momento, ressaltavam de seus papéis e se faziam presentes na sua memória (GINZBURG, 2006, p. 9). As fontes sobre Francisco também foram descobertas por acaso. Assim como Ginzburg não as utilizei em um primeiro momento, mas elas ressoavam em minha memória de tempos em tempos.

Ainda sobre Menocchio, Ginzburg escreve:

Temos condições de saber quais eram suas leituras e discussões, pensamentos e sentimentos: temores, esperanças, ironias, raivas, desesperos. De vez em quando as fontes, tão diretas, o trazem muito perto de nós: é um homem como nós, é um de nós. Mas é também um homem muito diferente de nós (GINZBURG, 2006, p. 9).

A documentação dos dois processos abertos contra o moleiro Domenico Scandella ofereceu um quadro rico à Ginzburg, que pôde saber sobre suas atividades econômicas, a vida de seus filhos, escritos do próprio personagem e uma lista de leituras que havia feito no decorrer da vida (GINZBURG, 2006, p. 11). Não houve a mesma sorte sobre Francisco Bernardo dos Santos: não há fontes que descrevam sua vida, pensamentos, se lia ou não lia, com quem conversava ou deixava de conversar. E é por esse motivo que a presente dissertação tem como um dos focos o seu assassinato, respeitando o limite das fontes.

Porém, mesmo Ginzburg, que tanto sabia sobre Menocchio confessou que gostaria de saber mais. Talvez seja essa a decepção dos historiadores que utilizam a micro-história: conseguir apenas tangenciar os personagens que compõe suas narrativas por meio de fontes escritas e indiretas, ligadas a cultura dominante, que passam por filtros que as deformam.

Os historiadores não podem se pôr a conversar com os camponeses do século XVI (além disso, não se sabe se os compreenderiam). Precisam então servir-se sobretudo de fontes escritas (e eventualmente arqueológicas) que são duplamente indiretas: por serem escritas e, em geral, de autoria de indivíduos, uns mais outros menos, abertamente ligados a cultura dominante. Isso significa que os pensamentos, crenças, esperanças dos camponeses e artesãos do passado chegam até nós através de filtros e intermediários que os deformam. É o que basta para desencorajar, antecipadamente, as tentativas de pesquisa nessa direção (GINZBURG, 2006, p. 13).

Ainda assim, por mais lacunas que uma documentação possua, ela nos dá oportunidade de reconstruir massas indistintas ou personalidades individuais. Considerando isso, não é um objetivo de pouca importância estender às classes mais baixas o conceito histórico de indivíduo. Um indivíduo pode ser pesquisado como um microcosmo de um estrato social inteiro no seu devido período histórico (GINZBURG, 2006, p. 20).

Ginzburg também nos fala que, no passado, podiam acusar os historiadores de querer conhecer somente as “gestas dos reis”, mas cada vez mais passam a se interessar pelo que estava oculto, deixado de lado ou ignorado (GINZBURG, 2006, p. 11). Em meio a tantas pesquisas sobre a Revolta de Porecatu e o envolvimento do Partido Comunista na mesma – fatos históricos que permearam a vida de Francisco – acredito que os camponeses foram, de certa forma, “deixados de lado”. Esse trabalho buscou construir uma narrativa para que esses agentes sociais não permaneçam no anonimato. Francisco poderia ser apenas uma nota de rodapé, mas é a partir de seu assassinato que podemos

compreender como era a vida dos camponeses durante a Revolta de Porecatu e as violências que perpassavam suas vivências.

Apesar das fontes escassas, é possível parafrasear Ginzburg dizendo que sabemos muita coisa sobre Francisco, da região de Porecatu – e de tantos outros como ele, que viveram e morreram sem deixar rastros – nada sabemos (GINZBURG, 2006, p. 192).

Como *O queijo e os vermes* não preencheu todas as lacunas e dúvidas que tinha a respeito da micro-história passei a me debruçar sobre os livros que descrevem essa metodologia, sua criação e suas premissas. Descreverei a seguir breves reflexões sobre os mais importantes.

Em *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* Ginzburg nos fala sobre o italiano Giovanni Morelli, criador do “método morelliano”, que buscava distinguir pinturas originais de suas cópias pelo exame de pormenores negligenciáveis como o lóbulo das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés. Seguido a isso encontramos a comparação, feita por Castelnuevo, do método de Morelli ao método de Sherlock Holmes, personagem criado por Arthur Conan Doyle. Vemos então a assertiva de Ginzburg que “o conhecedor da arte é comparável ao detetive que descobre o autor do crime (do quadro) baseado em indícios imperceptíveis para a maioria. Os exemplos da perspicácia de Holmes ao interpretar pegadas na lama, cinzas de cigarro etc. são, como se sabe, incontáveis” (GINZBURG, 1989, p. 144-145).

A “psicologia moderna”, entendida sob o nome de Freud, também se aproximou ao método de Morelli. Para Ginzburg, esse método está ligado a técnica da psicanálise médica que busca penetrar em coisas ocultas por meio de elementos que passam despercebidos. Mas o que isso teria a ver com a micro-história? A resposta seria que os três casos apontam para “um método interpretativo centrado sobre resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (GINZBURG, 1989, p. 146, 147 e 149).

Nos três casos citados as “pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível. Pistas: mais precisamente sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli)”. Para Ginzburg esses casos se aproximam no campo da medicina: Freud era médico, Morelli era formado em medicina e Conan Doyle havia sido médico antes de ser escritor. A medicina era a ciência que permitia diagnosticar doenças por meio de sintomas superficiais, as vezes irrelevantes (GINZBURG, 1989, p. 150-151).

Foi nas décadas de 1870-80 que começou, entre as ciências humanas, um paradigma indiciário baseado na semiótica. Para Ginzburg essas raízes eram muito mais

antigas e remontavam ao homem “primitivo”. Explico: o homem foi um caçador por muitos milênios, nessa atividade aprendeu a reconstruir os movimentos de sua caça por meio de pegadas na lama, esterco, pelos, odores. Aprendeu a farejar, interpretar e classificar pistas tão simples como fios de barba, resultando em operações complexas e rápidas. Gerações de caçadores transmitiram seu conhecimento e outras gerações fizeram com que ele se ampliasse (GINZBURG, 1989, p. 151). Esse saber construído, de tipo venatório, é caracterizado pela:

Capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente. Pode-se acrescentar que esses dados são sempre dispostos pelo observador de modo tal a dar lugar a uma sequência narrativa (...). Talvez a própria ideia de narração (distinta do sortilégio, do esconjuro ou da invocação) tenha nascido pela primeira vez numa sociedade de caçadores, a partir da experiência da decifração das pistas (...). O caçador teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos (GINZBURG, 1989, p. 152).

Desse modo é possível perceber que, por trás do paradigma indiciário do caçador que escuta as pistas da presa, encontra-se o gesto mais antigo da história intelectual humana. Para Ginzburg isso explicaria o surgimento de disciplinas centradas na decifração de signos e sintomas, que mais tarde constituíram disciplinas como a historiografia, a filologia e a medicina (GINZBURG, 1989, p. 154-155).

Relativo ao surgimento da micro-história, especificamente, podemos perceber em *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* que “o historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, assim como o do médico, o conhecimento histórico é “indireto, indiciário, conjectural”. Na produção desse conhecimento é necessário refletir ainda que “a tendência a apagar os traços individuais de um objeto é diretamente proporcional à distância emocional do observador” (GINZBURG, 1989, p. 157, 163).

Saindo do paradigma indiciário que se remete ao homem caçador chegamos agora no momento de perceber que há diferenças entre analisar fezes, pegadas e cinzas de cigarro da análise de escritas ou discursos. Isso porque “cada sociedade observa a necessidade de distinguir seus componentes; mas os modos de enfrentar essa necessidade variam conforme os tempos e lugares” (GINZBURG, 1989, p. 163). Sendo assim:

A existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é

opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la (GINZBURG, 1989, p. 177).

Tratando agora sobre questões mais diretas da micro-história e de seu contexto de origem é necessário destacar um fato: nos anos 1970 e 1980 havia uma certa “crise na crença otimista de que o mundo seria transformado por linhas revolucionárias”. Os novos acontecimentos políticos, de certo modo imprevisíveis, pediam uma revisão da historiografia marxista ou funcionalista e colocavam em dúvida a ideia de progressão regular. Apesar disso o historiador Giovanni Levi admite haver estágios uniformes e previsíveis onde os agentes sociais se alinhavam conforme suas solidariedades diante de conflitos naturais e inevitáveis (LEVI, 1992, p. 134).

Uma das reações a crise citada acima foi a micro-história que buscava uma “redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes”. Por esse motivo, talvez, vários historiadores que aderiram a micro-história tinham suas raízes no marxismo e pouca inclinação para a metafísica (LEVI, 1992, p. 135).

Sendo assim, a micro-história é um projeto que nasceu recentemente, por meio de questões formuladas por historiadores italianos que possuíam empreendimentos comuns. Entre eles a revista *Quaderni Storici* e uma coleção dirigida por Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e Edoardo Grendi na Editora Einaudi – intitulada *Microstorie*.

Apesar dos empreendimentos comuns os micro-historiadores produziam pesquisas pessoais diferentes entre si. Por esse motivo percebe-se que, como “metodologia” de análise das fontes históricas, a micro-história é recente e ainda está em construção. Sua interpretação e problemática não foram concebidas em termos homólogos (REVEL, 1998, p. 15-16).

A micro-história é uma prática historiográfica com referências teóricas variadas e ecléticas. Pensando nesse sentido nos é cabível que Giovanni Levi (1992, p. 61), ao escrever sobre a micro-história, tenha dito que seu trabalho é muito mais um auto-retrato do que um retrato em grupo e que Jacques Revel (1998, p. 16) tenha afirmado que as páginas de “Jogos de escalas: a experiência da microanálise” apresentam apenas uma das versões do debate atualmente em curso sobre a micro-história.

Em resumo, a micro-história é, antes de mais nada, “uma experiência de trabalho, feita por historiadores que se aproximaram em função de sua sensibilidade e trajetória, mas cujos projetos, áreas e referências teóricas podiam ser muito diferentes” (REVEL, 1998, p. 9). Sendo assim, como todo trabalho experimental, não possui um corpo de

ortodoxia para dele se servir, o que pode ser observado na ampla diversidade de material produzido pelos historiadores da micro-história (LEVI, 1992, p. 133-134).

Os historiadores que utilizam a micro-história têm buscado uma descrição mais realista do comportamento humano reconhecendo uma relativa-liberdade do homem no mundo mesmo que ainda limitados pelos sistemas normativos e opressivos. As ações sociais são vistas como resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do próprio indivíduo investigado. Dessa forma é possível descobrir possibilidades de interpretações e liberdades pessoais (LEVI, 1992, p. 135).

Como seria então possível definir as margens estreitas da liberdade de um indivíduo que está situado no meio de sistemas normativos que os governam? Essa não é uma resposta fácil de ser encontrada. Porém, é possível perceber que nas investigações da micro-história o historiador não está preocupado com a interpretação dos significados, mas sim em definir ambiguidades do mundo simbólico, a pluralidade das interpretações desse mundo e a luta em torno de recursos simbólicos e materiais (LEVI, 1992, p. 135-136).

A micro-história tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e os acontecimentos individuais. Mas, ao mesmo tempo, tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral (LEVI, 1992, p. 158).

A principal premissa da micro-história é a distância crítica em relação à abordagem macrossocial (REVEL, 1998, p. 10). Para Giovanni Levi a essência da micro-história, juntamente com um estudo intensivo do material documental, é a redução de escala (LEVI, 1992, p. 136). Para Jacques Revel a mudança da escala é essencial para a definição da micro-história. Segundo ele “a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos” se considerarmos que a microanálise não significa apenas diminuir o tamanho do objeto no visor, mas sim modificar sua forma e sua trama (REVEL, 1998, p. 19-20).

Juntamente a isso podemos colocar também o problema da comunicação com o leitor, que é o problema da narrativa. Para Levi “não é simplesmente um problema de retórica, pois o significado do trabalho histórico não pode ser reduzido a retórica, mas especificamente um problema de comunicação com o leitor, que nunca é uma *tabula rasa*, e por isso sempre coloca um problema de recepção” (LEVI, 1992, p. 152).

A abordagem micro-histórica dedica-se ao problema de como obtemos acesso ao conhecimento do passado, através de vários indícios, sinais e sintomas. Esse é um procedimento que toma o particular como seu ponto de partida (um particular que com frequência é altamente específico e individual, e seria impossível descrever como um caso típico) e prossegue, identificando seu significado à luz de seu próprio contexto específico (LEVI, 1992, p. 154).

Ginzburg, em *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício* (2007, p. 264) também apontou a importância da questão narrativa: a micro-história “não se limita a reconstruir uma história individual: conta-a”.

Mas então, considerando todos os trabalhos diferentes produzidos pelos micro-historiadores, o que caracteriza essa metodologia? Giovanni Levi nos deixou uma resposta simplificada em sete pontos comuns:

A redução da escala, o debate sobre a racionalidade, a pequena indicação como um paradigma científico, o papel do particular (não, entretanto, em oposição ao social), a atenção a capacidade receptiva e à narrativa, uma definição específica do contexto e a rejeição do relativismo (LEVI, 1992, p. 159).

Desse modo, na micro-história, obtemos acesso ao conhecimento do passado por meio de indícios, sinais e sintomas, tomando o particular como ponto de partida e identificando seu significado à luz de seu próprio contexto específico. Nessa metodologia é possível interpretar o contexto social de duas formas: como um local que imputa significado a particulares ou como um ponto de descoberta em que fatos anômalos ou insignificantes assumem significado quando as incoerências de um sistema são reveladas (LEVI, 1992, p. 154-155).

Para Levi, há, na micro-história, uma tentativa em não se utilizar dos elementos individuais como uma ampla generalização. Porém, ao mesmo tempo, não rejeita as mais variadas formas de abstração, pois os fatos insignificantes podem servir para revelar fenômenos gerais (LEVI, 1992, p. 158) considerando que as vidas minúsculas também participam da “grande” história e dão a ela uma versão diferente, distinta e complexa. Podemos observar que “na produção das formas e das relações sociais, o ‘micro’ engendra o ‘macro’” (REVEL, 1998, p. 12, 14), mas a micro-história não pode se limitar a verificar, em escala micro, as regras macro-históricas (GINZBURG, 1991, p. 178).

Sendo assim, a micro-história propõe-se a enriquecer a análise social tornando-a mais complexa e com variáveis mais móveis e numerosas já que no nível local a defasagem entre categorias exógenas e endógenas é mais marcada (REVEL, 1998, p. 23-24). Desse modo a micro-história se apresenta de maneira bifronte, pois permite uma

reconstituição do vivido impensável em outros tipos de historiografia e se propõe indagar sobre estruturas invisíveis das quais aquele vivido faz parte (GINZBURG, 1991, p. 177-178).

Concluída essa pequena investigação sobre a micro-história, gostaria de fazer alguns apontamentos sobre o porquê dessa metodologia ter sido escolhida para estudar o assassinato de Francisco Bernardo dos Santos. As fontes sobre esse camponês se encontram dispersas em jornais, relatórios e biografias. Para reconstruir seu assassinato é necessário seguir “pegadas”, indícios, resíduos. Mas são esses dados marginais que tornam possível conhecer novas realidades, construir uma descrição mais realista do comportamento humano considerando a relativa-liberdade do homem no mundo. Ao reduzir a escala sobre a Revolta de Porecatu, e focalizar a “lupa” micro-histórica em Francisco, creio ser possível produzir novos efeitos e estratégias de conhecimento sobre esse contexto histórico tão importante para a história do Paraná e do Brasil.

Considerando o que foi dito sobre a micro-história estar em construção – com interpretações e problemáticas que não foram concebidas em termos homólogos – e sobre possuir referências teóricas variadas e ecléticas, gostaria de expor outro autor importante para análise, organização e interpretação das fontes que compõem esta dissertação: Pierre Ansart.

Por muito tempo as Ciências Sociais se desviaram das análises da subjetividade por três motivos principais: “imperativo da cientificidade esteve associado ao behaviorismo e métodos quantitativos; para um certo positivismo a afetividade era relacionada ao irracional e fragmentação das Ciências Sociais que deixou a afetividade a cargo da psicologia” (ANSART, 2000, p. 151). O estudo das paixões políticas, de Pierre Ansart, busca uma compreensão das subjetividades sem cair na dicotomia entre racional e irracional.

Para adentrar no estudo das paixões políticas é necessário compreender que a análise dessas paixões não é fornecedora de uma explicação exaustiva sobre os assuntos que se investiga (ANSART, 2000, p. 152). Segundo Marion Brepohl:

No que se refere especificamente a Ansart, ele propõe um método para historiadores, para que estudem o papel das paixões e dos sentimentos na história. Mas, diferentemente de Mannhein, de Marx, de Weber, da Escola de Frankfurt e de Raoul Girardet, para quem os sentimentos, as paixões (como o ódio, a cólera, e outros) eclodem em momentos de intensa crise e de desnorreamento coletivo, como sintoma de anomia social, Ansart afirma, e aí o caráter inovador de seu trabalho, que a dicotomia razão e emoções é impossível (BREPOHL, s/d, p. 4).

Ansart esclarece que as paixões estão presentes nos fatos políticos e fazem parte das tomadas de decisões cotidianas, e que esses afetos têm consequências, provocadas pelos ódios interécticos, que podem ser dramáticas (ANSART, 2000, p. 146). Pois “em nenhuma cultura, em nenhuma ação, em nenhum momento da experiência humana, os sujeitos falaram ou se aquietaram por uma deliberação que nada tivesse a ver com seus desejos, medos, ódios, amores, tudo isto, as paixões” (BREPOHL, s/d, p. 14).

Ao escrever sobre Francisco Bernardo dos Santos considerei as intuições teóricas apontadas acima. Francisco buscava defender uma terra que pouco tinha a ver com seu valor econômico. Antes disso, defendia suas paixões, agia de acordo com seus medos, ódios e amores.

Se considerarmos que a participação política foi negada aos camponeses por muitos anos, compreender suas ações como estando no campo das paixões políticas – onde não há dicotomia entre racional e irracional – coloca-os como agentes do debate político ao mesmo tempo que reconhece um modo particular de interpretar o mundo. A imposição de bons sentimentos confronta-se, sem cessar, a reticências difusas, correndo o permanente risco da indiferença e da apatia, mas pode, igualmente, chocar-se com um contrassistema, uma estrutura socioafetiva outra, com a qual compete. Os conflitos e tensões sociais podem corresponder a essa concorrência entre duas sensibilidades opostas, que entrarão em conflito radical ou em relação dinâmica de complementaridade, produzindo linguagens e dispositivos expressivos antagônicos (ANSART, 2019, p. 85).

Vemos ainda que “o analista das paixões políticas é confrontado inevitavelmente com o problema do caráter coletivo dos afetos”, visto que a tradição admite que os membros de uma mesma classe, casta ou etnia compartilham os amores e ódios, porém, “uma tal simplificação oculta problemas essenciais (...) eventualmente, deve-se analisar o papel excepcional de um ator individual”. Também nos questiona se “existe uma circulação dos afetos? Por que, como e em quais circunstâncias?” (ANSART, 2000, p. 154-155).

Esses questionamentos me levaram a buscar todos os casos de tortura e assassinato no campo descritos nesta dissertação. A micro-história me permitiu diminuir a escala de observação enquanto o estudo das paixões políticas me fez compreender que existe uma certa circularidade de afetos entre os camponeses, mesmo que estejam em períodos geográficos e temporais diferentes.

Observa-se também que nos períodos de conflito as paixões se acentuam e também que há relações entre os afetos e as ações (ANSART, 2000, p. 156). Em *Ideologias, conflitos e poder*, Ansart aponta que a denúncia das injustiças mostra os

descontentamentos e a existência dos que nutrem tal descontentamento (ANSART, 1978, p. 103). Em períodos de conflito as palavras podem se tornar uma arma:

Se o verbo tem então tanta importância é porque não se trata de uma potencialidade. Em face dos numerosos obstáculos sociais, econômicos, políticos e culturais erguidos pela ordem estabelecida, as classes dominadas constituem apenas forças esparsas, divididas objetiva e subjetivamente. O verbo é então ‘a arma’ privilegiada, o grande meio para as classes espoliadas se desembaraçarem simbolicamente da passividade e amenizarem a privação dos outros meios de afirmação (ANSART, 1978, p. 104).

A perseguição dos camponeses letrados durante a Revolta de Porecatu expressa o quanto a tomada do verbo era vista como uma ameaça para o latifúndio. Para Ansart “a classe revolucionária se autoproduz designando-se, apontando os inimigos e dando a si mesma um projeto político coerente”. O autor afirma que na revolta se constrói uma imagem catastrófica do presente, oposto a um futuro de libertação. Criam-se então mitos negativos e positivos, onde o negativo representa o tirano, a concorrência, o dinheiro, sendo o mal onipresente. Enquanto o mito positivo corresponde a associação, concórdia, socialismo, intensidade afetiva e violência passional (ANSART, 1978, p. 104, 106, 107).

A revolta não é apenas um momento negativo, conforme poderia sugerir um modelo dialético hegeliano não é nem o tempo do negativo, nem mesmo o trabalho do negativo; não é apenas oposição aos valores positivos, e sim instauradora de uma nova plenitude ao próprio nível do indivíduo revoltado, ele se designa também como aquele que tem razão, como o perseguido que encarna a justiça e dita a verdadeira ordem dos valores. O sentido do discurso revoltoso é realizar no mesmo movimento a negação das formas estabelecidas e a promessa de libertação (ANSART, 1978, p. 113).

Na revolta “os membros das classes dominadas depreendem-se das divisões e identidades fragmentadas que lhes impunha o regime imposto”, negando sua particularidade, e se forma em contraposição ao inimigo. São essas relações que produzem a linguagem social da revolta, ligada ao clima combativo, mas também emocional do movimento (ANSART, 1978, p. 109).

O assassinato de um membro da revolta, como o de Francisco, revela a intensidade dos recalques precedentes. As figuras históricas assassinadas elucidam sistemas sociais opostos onde os sentimentos políticos são objeto de um forte controle, visando conter qualquer perigo para o poder (ANSART, 2019, p. 87).

Considerando que a micro-história é um trabalho documental que produz materiais diversos entre si, tendo referências teóricas variadas e que “a análise das afetividades políticas não tem por vocação somente suscitar pesquisas limitadas

diretamente às afetividades, (...) também contribui para a complementação de trabalhos sobre objetos distintos” (ANSART, 2000, p. 160), acredito que a junção entre a micro-história e o estudo das paixões políticas pode contribuir para uma nova abordagem historiográfica e para elucidar novos fatos sobre a Revolta de Porecatu. Foi a partir dessa junção que o presente trabalho saiu da dicotomia entre esquerda e direita, que privilegia a história do Partido Comunista, e também fugiu das narrativas que versam apenas sobre grandes feitos de grandes homens.

3.2 Guerra, guerrilha, levante, revolta ou resistência de Porecatu?

Primeiramente pretendo descrever de modo sucinto os conflitos agrários na região de Porecatu (1944-1951) por dois motivos principais: situar historicamente o leitor no contexto macro da pesquisa e observar meu processo de constituição da narrativa historiográfica a fim de tentar extrair algum termo que mais se aplique aos acontecimentos trabalhados.

Pode-se dizer que os embates agrários no extremo norte do estado do Paraná, no vale do rio Paranapanema, iniciaram-se em 1944. Os grupos em disputa foram os posseiros e grileiros, os últimos apoiados pela polícia, instâncias estatais e forças paraestatais¹⁴⁷.

Várias pequenas cidades e vilas abarcaram o conflito, entre elas Porecatu, Jaguapitã, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Miraselva, Lupianópolis, Cafeara, Alvorada do Sul e Bela Vista do Paraíso.

¹⁴⁷ Considero como instâncias estatais as companhias colonizadoras e figuras políticas que apoiaram os latifundiários. Como forças paraestatais considero os jagunços e demais pessoas que trabalhavam para latifundiários no intuito de expulsar camponeses de suas terras, preparar emboscas e, por vezes, assassiná-los.

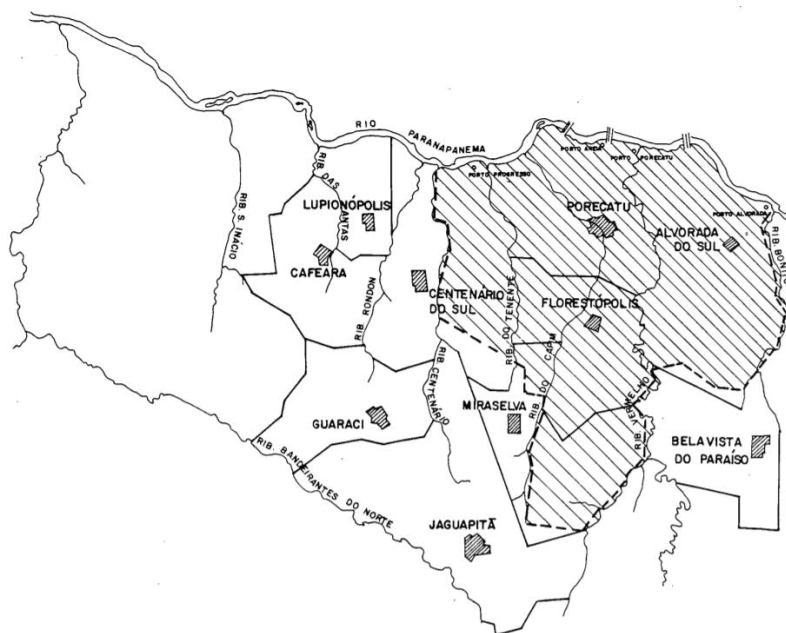


Figura 12 - Mapa das cidades que abarcaram os conflitos agrários na região de Porecatu entre 1944 e 1951. In: FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Agricultura capitalista e camponato no norte do Paraná: Região de Porecatu 1940-1952. Dissertação de mestrado em História: UFPR, 1984.

Apesar do marco temporal delimitar o início do conflito em 1944 – considerando a organização dos camponeses – as disputas pela terra na região começaram ainda no Estado Novo (1937-1945) quando Getúlio Vargas lançou, no final dos anos 1930 e início dos anos 1940, a *Marcha para o Oeste*. Esse projeto do governo tinha como objetivo ocupar o território nacional e fazer com que regiões inabitadas, como o sertão paranaense, fossem desenvolvidas. Houve então uma forte campanha de apelo nos meios de comunicação onde se buscava a exaltação do sentimento de brasilidade e o resgate do valor do sertão (PRIORI *et al*, 2012, p. 78). Segundo Angelo Priori a *Marcha para o Oeste* era uma política voltada para a construção de uma organização agrária que priorizava a pequena e média propriedade, visando uma produção de alimentos que atendesse as demandas do período (PRIORI, 2018, p. 124).

Manoel Ribas, então interventor do Paraná, convidou os trabalhadores rurais a se deslocarem para a região de Porecatu no intuito de adquirir até 200 hectares de terras devolutas que seriam pagas em seis parcelas anuais, ao final das parcelas o trabalhador receberia o título definitivo da posse da terra. Nesse contexto, vários posseiros, colonos e trabalhadores se radicaram na região em busca de melhores condições de vida e posse de terras. A ocupação da terra na região de Porecatu “iniciou-se em 1940, antes dessa data, a região era praticamente inabitada” (FERREIRA, 1984, p. 75).

Apesar das promessas feitas pelo governo é possível observar que desde o começo a *Marcha para o Oeste* encontrou empecilhos no norte do Paraná: a expansão cafeeira,

grilos de terras e concessões em situações irregulares (FERREIRA, 1984, p. 66). Devido a grande depressão de 1929 o estado de São Paulo havia limitado sua produção cafeeira enquanto o Paraná a estimulava. A política econômica governamental paranaense, a facilidade para aquisição de terras, o clima favorável e as ferrovias necessárias para o escoamento do café foram importantes para incentivar a expansão cafeeira (PRIORI *et al*, 2012, p. 95-96 e 100-101). Por esse motivo, e somado ao fato de que a *Marcha para o Oeste*, por meio dos pequenos produtores rurais, havia proporcionado a abertura de estradas e construção de cidades, grandes cafeicultores paulistas foram atraídos para a região de Porecatu. Com a chegada dos latifundiários as terras dos camponeses passaram a ser vendidas e revendidas (OIKAWA, 2011, p. 16).

No ano de 1944 centenas de famílias, que não conseguiram o título definitivo de posse das terras, fundaram duas Associações de Lavradores. Esse foi o primeiro passo de organização dos camponeses que desembocaria, mais tarde, em um conflito armado¹⁴⁸. Manoel Marques da Cunha, representante escolhido pelos posseiros para defender suas reivindicações, viajou até o Rio de Janeiro a fim de solicitar que o presidente Getúlio Vargas intercedesse em favor dos camponeses (PRIORI, 2018, p. 126).

Ao findar a Segunda Guerra Mundial o mercado cafeeiro começou a se estabilizar e sua produção foi impulsionada, fazendo com que novos latifundiários procurassem as terras paranaenses (PRIORI *et al*, 2012, p. 102).

Durante o período da Guerra Fria as disputas entre esquerda e direita se acirraram ao redor do globo. No Brasil, o general Eurico Gaspar Dutra vence as eleições presidenciais e o país passa a se alinhar ainda mais com os Estados Unidos. Desde o governo Vargas Dutra já demonstrava descontentamento com os comunistas. Segundo Marcos Gonçalves:

Em junho de 1942, o alvo de seu desconforto era uma possível agitação e renascimento da propaganda comunista (...). Dutra pensava que os comunistas, se servindo do pretexto da guerra e reinfiltros nos órgãos de imprensa, dado certo relaxamento do regime, acionariam os mesmos instrumentos da “insídia” levantada em 1935 (GONÇALVES, 2018, p. 121).

Em 1947 o Partido Comunista é novamente cassado, completando menos de três anos na legalidade¹⁴⁹. O PCB decide então adotar uma retórica revolucionária e abandonar

¹⁴⁸ É importante pontuar que essas associações, chamadas mais tarde de Ligas Camponesas, foram organizações autônomas feitas pelos posseiros sem interferência do Partido Comunista.

¹⁴⁹ Segundo Marcos Gonçalves a cassação do PCB “foi enquadrada em quatro casos possíveis de cancelamento de registro de partidos políticos, conforme dispositivos constitucionais e legislação ordinária: 1) recebimento de contribuição pecuniária ou qualquer outro auxílio do estrangeiro; 2) recebimento de

a via reformista/eleitoral¹⁵⁰. Em 1946, Moisés Lupion assume o governo do estado do Paraná. Sua gestão, aliada aos interesses de expansão capitalista do presidente Dutra, abandonou a ideia de colonização da *Marcha para o Oeste*.

A grande procura dos grileiros por terras cultiváveis, somado ao abandono da *Marcha para o Oeste* acaba por estimular, ainda mais, a vinda de latifundiários para o norte do Paraná. O maior impulso nas plantações de café no Paraná ocorreu entre 1949 e 1953 (PRIORI *et al*, 2012, p. 102), período que corresponde a uma parte das disputas pela terra ocorridas na região de Porecatu. A revista *O Cruzeiro*, baseada em entrevistas com posseiros, afirma que Lupion entregou as terras dos camponeses para amigos, chefes de subdiretórios e fazendeiros¹⁵¹.

Em 1948, por meio de Miguel Gajardoni, morador de Jaguapitã, o PCB é convidado a conhecer a luta dos camponeses e decide se envolver nos conflitos, levando armas e militantes para a região. A situação dos posseiros não era favorável. Seus armamentos se mostravam insuficientes – a maior parte dos que aderiram à revolta estava armada com carabinas de 12 tiros, utilizadas para caça – com o passar do tempo foi possível acessar armamentos mais sofisticados enviados pelo Partido Comunista ou recuperadas de jagunços e policiais (PRIORI, 2018, p. 129-130).

Em junho de 1951 o Estado já havia enviado um grande contingente de homens para conter os camponeses. A polícia e os agentes do DOPS localizaram uma reunião do PCB em Londrina e conseguiram prender os dirigentes do partido e membros do conflito. Em julho de 1951 não havia mais posseiros de armas na mão e o fim desses camponeses foi variado: muitos foram presos, outros fizeram acordos com grileiros, outros passaram a se dedicar a militância clandestina no PCB (PRIORI, 2018, p. 132-133), alguns fugiram da região e muitos foram mortos¹⁵².

Apesar de existir um consenso entre os autores que se debruçaram sobre o estudo do conflito na região de Porecatu dos fatos que o compuseram, a forma como foram mencionados diferem-se. Sendo assim, irei observar uma produção jornalística e treze

orientação político-partidária de procedência estrangeira; 3) manifestação, por atos inequívocos dos órgãos partidários autorizados e contra seu programa, de objetivos colidentes com os princípios democráticos; 4) atos inequívocos dos órgãos autorizados do PCB manifestando objetivos diversos do seu programa, colidentes com os direitos fundamentais do homem, definidos na Constituição”. In: GONÇALVES, Marcos. Os arautos da dissolução: O imaginário anticomunista na imprensa regional. Paraná, década de 1940. Curitiba: SAMP, 2018. p. 190.

¹⁵⁰ Podemos perceber a radicalização do Partido Comunista se compararmos sua postura durante a disputa eleitoral em 1945 com os manifestos produzidos pelo partido em 1948 e 1950.

¹⁵¹ **O cruzeiro**, Rio de Janeiro, 15 de jul. 1951.

¹⁵² Segundo Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR: Teresa Urban.

produções acadêmicas sobre Porecatu a fim de compreender melhor os usos de terminologias feitos por cada estudioso.

O jornalista Marcelo Oikawa qualificou esses conflitos como *guerrilha*¹⁵³. Ao descrever o início da guerrilha Oikawa destaca o papel do Partido Comunista:

O Comitê Nacional desloca membros experientes em estratégia e tática militar para a região. José Ortiz, membro do Partido e especialista em armas, é um deles e chega a Porecatu com o único objetivo de organizar o sistema de defesa, definir e montar os acampamentos e treinar os combatentes(...). A missão estará completa com o reconhecimento de toda a área em litígio (OIKAWA, 2011, p. 109).

O autor, em *Porecatu: A guerrilha que os comunistas esqueceram*, dedica um capítulo de seu livro para explicar a escolha por essa terminologia. Nele, é possível observar apontamentos de pessoas envolvidas nos conflitos. Para Manoel Jacinto Correia, membro do Partido Comunista, a luta em Porecatu não foi uma *guerrilha*. Já Albino Silva, chefe de polícia do Paraná, acreditava haver uma “luta de guerrilha” (OIKAWA, 2011, p. 317).

Marcelo Oikawa recorre também a estudiosos para tratar sobre a conceitualização de *guerrilha*. Para o autor, há uma diferença entre historiadores e sociólogos em definir os conflitos de Porecatu: para os historiadores (aqui ele relembra Angelo Priori, Angela Duarte Damasceno Ferreira e Cecília Maria Westphalen) se atribui o termo *revolta* ou “não se preocupam em formar uma definição”, já os sociólogos (Osvaldo Heller da Silva, Clodomir dos Santos Morais e José de Souza Martins) concordam com a terminologia *guerrilha* (OIKAWA, 2011, p. 319).

Oikawa utiliza ainda o *Dicionário Houaiss da Língua portuguesa*, o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* e o *Mini Dicionário Aurélio* para concluir que:

O termo, guerrilha, deriva do espanhol ‘guerrilla’, ou seja, pequena guerra. É um tipo de guerra não convencional em que o principal estrategema é a ocultação e a extrema mobilidade dos combatentes, chamados guerrilheiros. Acredita-se que a palavra ‘guerrilha’ foi utilizada pela primeira vez na Guerra Peninsular contra a invasão napoleônica a Portugal e Espanha, entre 1808 e 1812, apesar de que as técnicas guerrilheiras remontem à antiguidade. A ideia é a de que, em situação de grande inferioridade de meios, procura-se sobreviver

¹⁵³ No livro “Porecatu: A guerrilha que os comunistas esqueceram” Oikawa faz uma reconstrução de vários episódios que permearam os conflitos entre posseiros e grileiros na região de Porecatu, porém, as fontes que foram consultadas não são expostas de maneira clara, ficando difícil saber com exatidão de onde as informações presentes no livro foram retiradas.

recusando combate direto e empregando uma tática de fustigamento para manter aceso o conflito (OIKAWA, 2011, p. 320).

Adriano Codato e Marcio Kieller, em seu livro *Velhos Vermelhos: História e memória dos dirigentes comunistas no Paraná*, destacaram os termos *revolta* e *levante* para classificar os conflitos (2008, p. 56-57). A historiadora Claudia Monteiro, em sua tese de doutorado, utilizou os termos *guerra* e *levante* (2013, p. 152). Nenhum deles explicou sua escolha.

Angela Duarte Damasceno Ferreira não fez uso de nenhum dos termos que propus analisar no título deste subcapítulo. Em sua dissertação a historiadora e socióloga descreve os conflitos como “conflitos de terra” ou “conflito armado pela terra” (1984, p. 32 e 49). Ferreira, dentre os autores analisados, faz uso de termos mais neutros que também são utilizados pelos demais como sinônimos e estratégias narrativas para que o texto não fique repetitivo. Percebo aqui que também utilizei termos neutros para narrar os acontecimentos de Porecatu, isso pode ter ocorrido pela leitura exaustiva de Ferreira ou talvez por uma busca de não definir logo de início o termo mais “apropriado”.

O historiador Angelo Priori foi responsável pela produção de uma vasta bibliografia sobre os conflitos agrários na região de Porecatu, em suas obras é possível encontrar diversos termos para classificar esses acontecimentos. No título de sua tese de doutorado (2000) Priori usou a palavra *revolta*, que apareceu em mais artigos, às vezes associado aos termos *resistência* ou *levante*¹⁵⁴. O jornalista Marcelo Oikawa, mencionado acima, ao justificar o uso do termo *guerrilha* se utiliza da tese de Angelo Priori para apontar uma contradição: Priori não acredita que esse movimento foi uma *guerrilha* porque os camponeses não queriam a tomada do poder, mas afirma que a polícia não estava preparada para um combate de guerrilha (OIKAWA, 2011, p. 318). Nesse ponto, onde Oikawa enxerga uma contradição na obra de Priori eu observo um complemento de ideias. Priori não desconsidera que, com a chegada do Partido Comunista na região de Porecatu, os camponeses passaram a utilizar táticas de guerrilha, mas isso não implica

¹⁵⁴ Os artigos citados são: PRIORI, Angelo. A revolta camponesa de Porecatu. In: Márcia Motta; Paulo Zarth. (Org.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Vol. II (Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado - 1930-1960). São Paulo: Ed. Unesp, 2009, v. 2, p. 117 e 142; PRIORI, A.; POMARI, L.R.; AMÂNCIO, S.M.; IPÓLITO, V.K. História do Paraná: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. p. 95-96; PRIORI, Angelo. Conflitos agrários e resistência: os camponeses de Porecatu. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton (orgs). Paraná Insurgente: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018; PRIORI, Angelo Aparecido. O levante dos posseiros: a Revolta Camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no Campo. 1. ed. Maringá: Eduem, 2011.

necessariamente em um movimento guerrilheiro. O historiador, em seu artigo “A Revolta camponesa de Porecatu” escreve:

A revolta camponesa de Porecatu foi um movimento de resistência, articulada por camponeses em defesa da posse da terra, na região Norte do Estado do Paraná, no final da década de 1940 e início da de 1950. No entanto, a resistência camponesa tomou corpo e forma a partir da intervenção de militantes e dirigentes do Partido Comunista Brasileiro, que através de uma ampla rede de solidariedade conseguiram organizar a luta armada por um período superior a dois anos (PRIORI, 2009, p. 1).

Existe ainda um artigo de Priori, chamado “A Guerra de Porecatu” (2010), onde percebe-se que o termo usado para descrever os conflitos vem da imprensa. Apesar dessa afirmação não é possível saber qual ou quais jornais foram analisados a fim de chegar nessa terminologia. De acordo com reportagens que tive acesso, provavelmente essa designação vem da imprensa de referência, de jornais como *O Estado de São Paulo*, *Folha de Londrina* e *Gazeta do Povo*.

Para o geógrafo Elpídio Serra os termos “conflitos rurais” ou “conflitos pela posse da terra” abarcam conflitos agrários no geral. No caso de Porecatu a terminologia utilizada foi *guerra*, enquanto os conflitos agrários posteriores no sudoeste do Paraná foram classificados como *levante*:

Dentro deste contexto, no final dos anos 1940, eclode no Norte Velho a denominada ‘Guerra de Porecatu’, envolvendo posseiros e fazendeiros e no final dos anos 1950, no Sudoeste, o ‘Levante dos Posseiros’, envolvendo posseiros e colonizadores. Uma série de outros conflitos vai acontecer, marcando o avanço das frentes de colonização. Somente quando as frentes se encontram, no início dos anos 1960, é que a ‘paz agrária’ volta a reinar no Paraná. Mas não por muito tempo (SERRA, s/d, p. 79)”.

Para o sociólogo Osvaldo Heller da Silva, que também foi analisado por Marcelo Oikawa, a experiência dos conflitos na região de Porecatu pode ser entendida como um “conflito fundiário” antes da participação do Partido Comunista e como uma *guerrilha rural* após sua intervenção:

Nessa atmosfera política tensa, conforme será visto, o Partido Comunista foi que melhor compreendeu as peculiaridades da situação. Efetivamente soube transformar um conflito fundiário, banal nos sertões brasileiros, numa experiência ímpar de guerrilha rural. Com esse propósito, o Partido tomou todas as disposições necessárias e intervenções rápidas e eficazes, tornando-se o agente mais ativo ao longo dos acontecimentos (SILVA, 2006, p. 55).

O historiador Leandro Cesar Leocádio foi responsável pela produção do artigo “Guerra, Guerrilha ou Revolta de Porecatu? Vários olhares o mesmo acontecimento (1940-2011)”. Já nas primeiras linhas podemos compreender seu objetivo: “demonstrar as distintas formas existentes para se nomear os conflitos pela terra que ocorreram, entre as décadas de 1940 e 1950, no Norte do Paraná, mais especificamente nos arredores da cidade de Porecatu” (s/d, p. 810). Leocádio não pretendeu classificar o termo mais apropriado dentre os quais estuda, apenas apontar quando e quem se utilizou dos mesmos. O autor também faz um questionamento, que fica em aberto:

Passados tantos anos, ainda hoje é difícil definir um conceito para caracterizar tais acontecimentos: podemos classificá-los como guerra ou caracterizá-los como uma campanha guerrilheira? Seria uma revolta por parte de homens defendendo suas posses ou um embate entre aqueles que possuíam influência política e os que não? (LEOCÁDIO, s/d, p. 810).

Leocádio inicia sua investigação com o conceito *guerrilha*, tentando justificar porque a experiência de Porecatu não foi uma experiência guerrilheira. Para tal, utiliza-se do trabalho de Angelo Priori onde é possível perceber que para um movimento ser classificado como guerrilha são necessárias duas características principais: “a perspectiva em mente da derrubada do poder governamental vigente e a consequente tomada do poder por parte dos guerrilheiros; e a luta tornar-se nacionalmente conhecida”. Para Leocádio o caso de Porecatu não foi um evento onde a tomada do poder afligia as famílias dos posseiros, visto que estavam preocupados em resolver apenas as questões relativas a posse da terra (LEOCÁDIO, s/d, p. 816-817).

Ao analisar Osvaldo Heller da Silva, Leocádio observa a posição do autor de que os acontecimentos de Porecatu seriam uma *guerrilha*, pois para Silva falar em *guerra* seria desproporcional e não se pode chamar também de *revolta e rebelião*, pois foi a única tentativa de guerrilha camponesa no território nacional feita pelo Partido Comunista (LEOCÁDIO, s/d, p. 817-818).

No decorrer de sua investigação Leocádio passa a se utilizar da imprensa. Trata primeiramente do jornalista Pedro Paulo Felismino que publicou uma série de reportagens na *Folha de Londrina* nos anos 1980 com o título “A Guerra de Porecatu: a história do movimento armado pela posse da terra que sacudiu o Norte do Paraná nas décadas de 40 e 50”: “A justificativa de Felismino pela utilização da palavra “Guerra” (assim mesmo, com letra maiúscula e entre aspas) se deve ao fato desta ter sido utilizada por aqueles que participaram e vivenciaram o conflito”. O historiador afirma ainda que Felismino chegou

a utilizar o termo *guerrilha*, mas proporcionalmente *guerra* é o que ele adota pois, “para ele, pouco importa a utilização de um ou de outro termo” (LEOCÁDIO, s/d, 818).

Os jornalistas Leonêncio Nossa e Celso Júnior também são analisados por Leocádio. Foram responsáveis pela publicação, em 2019 no jornal *O Estado de São Paulo*, de uma reportagem chamada “Guerra do Quebra-Milho”. Leocádio aponta que os jornalistas utilizaram os termos *guerrilha*, *guerra* e *revolta* e que “não parece ser a preocupação de ambos classificar, em definitivo, este conflito. As nomenclaturas utilizadas (*guerrilha*, *guerra*, *revolta*) permeiam boa parte da narrativa jornalística, conforme a necessidade do texto” (LEOCÁDIO, s/d, 818-819).

Observa-se ainda na obra de Leandro Cesar Leocádio uma análise do depoimento de João Saldanha, que acreditava não poder chamar os acontecimentos na região de Porecatu de *guerra*, *revolta* ou *guerrilha*. Para Saldanha “o que houve foi uma disputa por terra entre pequenos e grandes grileiros” (LEOCÁDIO, s/d, p. 822). Leocádio termina seu texto com um posicionamento neutro:

É por isso que, ao longo destas páginas, é constante encontrar palavras como conflito, disputa ou embate. São palavras com significados muito similares, e que podem muito bem ser empregadas, sem com isso desconsiderar o posicionamento escolhido por este ou aquele campo investigativo (LEOCÁDIO, s/d, p. 823).

Com a análise desses autores percebi alguns pontos que considero importantes salientar. O primeiro deles diz respeito ao termo *guerrilha*: normalmente, os autores que o empregam dão grande importância a experiência do Partido Comunista na região de Porecatu. Ferreira, que utilizou termos neutros, defendidos também por Leocádio, preocupou-se mais em traçar uma história econômica sobre a ocupação de terras e sobre o capitalismo em disputa com o campesinato no norte do Paraná. Nesse primeiro momento de leitura parece que os termos *revolta*, *resistência* e *levante* normalmente aparecem juntos, muitas vezes como sinônimos.

Como a análise da bibliografia não foi capaz de esgotar o debate sobre as terminologias elencadas, passo então para a investigação em dicionários. Utilizarei aqui o *Novo Dicionário de Língua Portuguesa*, o *Dicionário do pensamento marxista* e o *Dicionário de Política*.

No *Novo dicionário de Língua Portuguesa* encontramos verbetes curtos que descrevem os termos propostos no título deste subcapítulo. Seu autor, Figueiredo, descreve *guerra* como uma luta com armas entre nações ou partidos. *Guerrilha* como um pequeno corpo de guerreiros voluntários que atacam o inimigo fora do campo de batalha

em emboscada, sendo os guerrilheiros também indisciplinados e ladrões. *Levante* é descrito como ato de levantar, relacionado a motim. *Revolta* seria uma rebelião ou sublevação com desordem e perturbação moral. No dicionário, *revolta* se relaciona com motim, indignação, insurreição, intentona, rebelião e sublevação. *Resistência* é descrita como uma reação, oposição, uma luta em defesa, uma obstinação, relaciona-se com a palavra renitir (FIGUEIREDO, 1913, p. 996, 1091, 1112, 1114, 1187, 1349, 1710, 1739, 1749, 1763, 1898).

O *Dicionário do pensamento marxista*, de Tom Bottomore, não possui os verbetes *guerrilha*, *levante*, *revolta* e *resistência*, porém, ainda é possível extrair pequenas informações sobre eles nas explicações de outros termos.

Tratarei primeiramente sobre o verbe *guerra*: nele Bottomore se dedica a explicar, principalmente, como Marx e Engels enxergavam a questão da guerra no continente europeu e depois em outros territórios. Lê-se então que “entre as diversas hipóteses, a que foi formulada por Engels no final de sua vida, de que a guerra tenha mais probabilidade de eclodir a superacumulação de armamentos, parece ser a única que tem maior relevância hoje” (BOTTOMORE, 2012, p. 277). Considerando a superacumulação de armamentos, como poderíamos considerar a experiência de Porecatu uma *guerra* quando os camponeses não possuíam armamentos?

No verbe “revolução” o termo *levante* aparece associado à crise e depressão econômica:

O estudo da história econômica recente da Europa convenceu Marx de que os levantes europeus de 1848 haviam sido provocados pela depressão econômica de 1847 e pelo descontentamento de massa que esta causara, e de que nenhuma nova rebelião poderia ter qualquer possibilidade de êxito até que uma nova crise voltasse a agitar as massas (BOTTOMORE, 2012, p. 511).

Ao tratar sobre anarquismo Bottomore destaca a figura de Bakunin, que defendia a expropriação violenta e revolucionária da propriedade capitalista e fundiária para chegar ao anarquismo. Para tal Bakunin “previa levantes espontâneos das classes oprimidas, tanto de camponeses como de trabalhadores industriais, em insurreições generalizadas no curso das quais o Estado seria abolido e substituído por comunas autônomas” (BOTTOMORE, 2012, p. 29). Nesse sentido o termo *levante* poderia ser interpretado como o termo *guerrilha* foi por Angelo Priori: um modo de tomar o poder.

No verbe “servidão” Bottomore se debruçou sobre a sociedade feudal, onde é possível observar que em muitas regiões as comunidades camponesas servis e livres

desenvolveram uma *resistência* coletiva contra os senhores feudais e que “as comunidades camponesas, servis ou não, não se submetiam passivamente à dominação, como mostra a história das *revoltas* camponesas, estudadas por Engels em *As guerras camponesas na Alemanha*” (BOTTOMORE, 2012, p. 523-524). No verbete “sociedade feudal” também é possível perceber menção as “grandes revoltas camponesas no final da Idade Média”:

Os camponeses, em suas comunidades e como controladores de suas explorações econômicas autônomas baseadas no trabalho familiar, não eram *economicamente* dependentes dos senhores. Por essa razão, suas possibilidades de resistência não eram nada desprezíveis. Portanto, se o nível de renda era determinado não tanto pelas forças do mercado mas pelas forças relativas dos antagonistas, o fortalecimento da resistência camponesa reduziu o nível da renda transferida para a classe dominante – e o dos impostos pagos ao Estado. Essa foi uma das causas profundas da crise da ordem feudal (BOTTOMORE, 2012, p. 557).

O terceiro e último dicionário analisado foi o *Dicionário de Política*, escrito por Bobbio, Matteucci e Pasquino. No verbete “guerra” percebe-se que “é muito vago o limite entre a Guerra e a paz e os escritores que se ocuparam deste assunto têm pleno conhecimento do problema” e que “a análise da doutrina nos leva a concluir que não existe uma definição unívoca do conceito de Guerra”. Destaco então algumas das explicações que compuseram esse verbete, entre elas, a ideia elaborada por Bouthoul de que a guerra possui três características – “1) é um fenômeno coletivo; 2) é luta a mão armada; 3) tem caráter jurídico” – e que esses elementos definem *guerra* como uma luta armada entre dois grupos organizados “onde a caracterização jurídica, porém, não aparece em toda a sua evidência” (BOOBIO; MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 571-572).

No dicionário se expressa a ideia de que a definição de *guerra* que mais se aproxima da realidade pode ser a que considera os fatos históricos concretos das “Guerras” que se caracterizam por: “a) atividade militar; b) alto grau de tensão na opinião pública; c) adoção de normas jurídicas atípicas, referentes às vigentes no período de paz; d) uma progressiva integração política dentro das estruturas estatais dos beligerantes”. A *guerra* seria então um conflito, uma violência, um fenômeno psicológico social com situação jurídica excepcional e processo de coesão interna. Observa-se ainda que a *guerra* pode ser ofensiva, defensiva, preventiva, ou de nervos. Considerando seus armamentos pode ser convencional ou nuclear. E considerando às suas finalidades pode ser limitada ou absoluta (BOOBIO; MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 572).

Sobre *guerrilha* o dicionário deixa claro que:

A Guerrilha é um tipo de combate caracterizado pelo choque entre formações irregulares de combatentes e um exército regular. Os objetivos por ela perseguidos são mais políticos que militares. A destruição das instituições existentes e a emancipação social e política das populações são, de fato, os objetivos principais dos grupos que recorrem a este tipo de luta armada. Por este motivo, os termos Guerrilha e guerra revolucionária foram, cada vez mais identificando-se (BOOBIO; MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 577).

Nos elementos que constituem uma *guerrilha* podemos perceber que existem três características principais: “relações entre guerrilheiros e população, aspectos estratégico militares e ambiente físico”. Por esse motivo a *guerrilha* prolongada se torna possível apenas com a ajuda da população, persuadida por uma ideologia, e da ajuda de potências externas. Para que se obtenha apoio da população é necessária uma doutrina que condene as injustiças sociais que sofrem ou o terrorismo, tudo apoiado por campanhas de propaganda (BOOBIO; MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 577). Ainda sobre a *guerrilha*:

As grandes concentrações de forças por longos períodos são sempre evitadas, seja para não serem forçadas à defensiva, seja para criarem nas forças regulares a impressão de que a Guerrilha está em toda parte e em qualquer momento. Chama-se a isto efeito paralisante, que se obtém agindo sempre na ofensiva. A mobilidade do exército regular vem a ser assim notavelmente reduzida; as tropas são obrigadas a concentrar-se e devem limitar-se às atividades defensivas. Esta situação influi bastante na população, que vê assim o exército do Governo como incapaz de manter a ordem. Entre as várias atividades dos guerrilheiros, figura também o terrorismo, que se desenvolve contra pessoas ou grupos diretamente ligados à classe que mantém o poder. O terrorismo pode também ser dirigido com fins punitivos contra a população de alguma zona ou vila que não queira colaborar com a Guerrilha. Sendo, porém, um índice de fraqueza, as forças guerrilheiras procuram fazer uso desta técnica o menos possível, porque ela pode, de fato, provocar reações contrárias na população(...)O que foi exposto indica claramente que as regiões nas quais a Guerrilha é possível são apenas aquelas economicamente subdesenvolvidas, com uma rede de comunicações pouco extensa e na qual exista uma ampla faixa da população sem nenhuma orientação política. (BOOBIO; MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 577-578)

Os termos *levante* e *revolta* não aparecem como verbetes na obra de Bobbio, Matteucci e Pasquino. Porém, o termo *revolta* apareceu muitas vezes associado aos camponeses e seus conflitos (BOOBIO; MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 23, 117, 152, 168, 581, 736, 1041 e 1085). No verbete “revolução” observa-se que a rebelião ou *revolta*:

Se limita geralmente a uma área geográfica circunscrita, é, o mais das vezes, isenta de motivações ideológicas, não propugna a subversão total da ordem constituída, mas o retorno aos princípios originários que regulavam as relações entre as autoridades políticas e os cidadãos, e

visa à satisfação imediata das reivindicações políticas e econômicas. A rebelião pode, portanto, ser acalmada tanto com a substituição de algumas das personalidades políticas, como por meio de concessões econômicas (BOOBIO; MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 1121).

Sobre *resistência* os autores destacam que são “todos os movimentos ou diferentes formas de oposição ativa e passiva que se deram na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial, contra a ocupação alemã e italiana (...) trata-se mais de uma reação que de ação, de uma defesa que de uma ofensiva”. Embora existam várias formas de *resistência* é possível traçar características comuns, entre elas, a luta patriótica pela libertação nacional e a defesa do homem contra o totalitarismo. No caso da Resistência comunista observa-se também como característica a construção de uma sociedade socialista. A *resistência* também aparece associada à *guerrilha*, pois é ela que dá a possibilidade de uma nova “arte da guerra” (BOOBIO; MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 1114-1116).

Observarei agora a escolha de termos da imprensa que noticiou os embates em Porecatu e se existe algum tipo de justificativa para seus usos. Neste ponto do trabalho selecionei reportagens de dois jornais da imprensa comunista, um jornal e uma revista da imprensa de referência. Os jornais produzidos pelo Partido Comunista escolhidos foram *Voz Operária* e *Imprensa Popular*. Na categoria da imprensa de referência foram escolhidos o jornal *O Dia* e a revista *O Cruzeiro*.

No jornal *Voz Operária*, produzido e editado pelo Partido Comunista no Rio de Janeiro, os conflitos na região de Porecatu foram vistos como uma *resistência*¹⁵⁵. Em dezembro de 1950 o termo para classificar os camponeses e militantes do partido que participavam dos conflitos agrários foi resistentes¹⁵⁶. O jornal utilizou também termos neutros – lutas ou lutas no campo – para designar o conflito¹⁵⁷.

Analisando o periódico *Imprensa Popular* vemos que, em fevereiro de 1951, os participantes dos conflitos foram chamados de guerrilheiros¹⁵⁸. Em março do mesmo ano os acontecimentos foram classificados como *resistência* armada¹⁵⁹. Em maio, o termo

¹⁵⁵ Contra a violência dos exploradores a violência organizada dos oprimidos. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 18 nov. 1950.

¹⁵⁶ “Nossa luta é a de todos os camponeses do Brasil”. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 16 dez. 1950.

¹⁵⁷ Voz dos Campos. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 03 jan. 1951; Apliquemos com mais audácia a linha política e tática do Manifesto de Agosto. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 06 jan. 1951; Para a quinzena da paz. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 06 jan. 1951.

¹⁵⁸ Através do Brasil. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 20 fev. 1951.

¹⁵⁹ Resoluções do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 18 mar. 1951.

para designar quem compunha os conflitos passou de guerrilheiros para resistentes¹⁶⁰, terminologia que se repete em junho de 1951¹⁶¹.

No jornal *O Dia*, de julho de 1949, os camponeses que participaram dos conflitos foram chamados de “elementos desafortunados”, “intrusos” e “pobres diabos” e os acontecimentos que se seguiram na região de desordem¹⁶². Em agosto de 1949 os camponeses também são chamados de intrusos¹⁶³, o que volta a aparecer em junho de 1951¹⁶⁴. Nesse mesmo ano encontramos uma reportagem que descreve os conflitos como *revolta*¹⁶⁵.

Em dezembro de 1950 a revista *O Cruzeiro* produziu uma longa reportagem descrevendo os conflitos agrários na região de Porecatu, a manchete dizia: “Rebelião no Paraná”¹⁶⁶. Na edição de 14 de julho de 1951 outra grande reportagem foi produzida para narrar os acontecimentos chamados de “A Guerra de Porecatu”. Nela é possível ler:

“A Guerra de Porecatu foi uma guerra de mentira. Guerra sem tiros, sem combates e sem feridos. Não espocou nem uma bombinha, sequer, para festejar São João. Mas acreditem, senhores, poderia ter acontecido o diabo. Porque tínhamos de um lado 300 ou 400 caboclos armados, encurralados no mato, prontos para brigar. E do outro uns 250 soldados da Força Policial do Paraná, com 60 metralhadoras, lançadores de granadas, mosquetões e parabelluns, todos dispostos a matar. A sorte é que ninguém quis dar o primeiro tiro – nem os chamados revoltosos – e muito menos os ditos legalistas – e a guerra acabou-se em três dias, sem ter coisa alguma a lamentar”.¹⁶⁷

Em outubro de 1955 a revista rememorou os embates na região de Porecatu durante outra reportagem, classificando-os como *levante*¹⁶⁸. Na reportagem “Ninguém conhece ninguém” utiliza-se o conceito *revolta* de Porecatu¹⁶⁹. Mais tarde, a terminologia *guerra* foi utilizada mais uma vez pela revista, em 1971¹⁷⁰.

Nenhum dos jornais explica o uso dos termos. Assim como Oikawa (2011, p. 319) afirma que os historiadores “não se preocupam em formar uma definição”, acredito que

¹⁶⁰ Notícias Operárias. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 12 mai. 1951.

¹⁶¹ Greves e choques armados na região norte do Paraná. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 09 jun. 1951; Desbravadas pelos posseiros as terras de Porecatu. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 26 jun. 1951; Forças policiais semeiam o terror em toda a região norte do Paraná. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 28 jun. 1951.

¹⁶² Tropelias e violências. **O Dia**, Curitiba, 29 jul. 1949.

¹⁶³ Os intrusos e as providências governamentais. **O Dia**, Curitiba, 14 ago. 1949.

¹⁶⁴ Porecatu: a Coréia Paranaense. **O Dia**, Curitiba, 22 jun. 1951.

¹⁶⁵ Ameaça de Revolta em Porecatu. **O Dia**, Curitiba, 13 jun. 1951.

¹⁶⁶ Rebelião no Paraná. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 09 dez. 1950.

¹⁶⁷ A Guerra de Porecatu. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 14 jul. 1951.

¹⁶⁸ A realidade do “Pontal”. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 08 out. 1955.

¹⁶⁹ Ninguém conhece ninguém. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 05 mar. 1960.

¹⁷⁰ “Plantem capim! Plantem tranquilidade!” Foi a palavra de ordem na terra mista do Paraná. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 09 jun. 1971.

os jornais e a revista analisados também não se preocuparam com isso. Até mesmo quando *O Cruzeiro* fala em *guerra* de Porecatu a afirmação seguinte é a de que foi uma “guerra de mentira”, o que pode ser interpretado como uma estratégia narrativa que visou apagar as mortes que ocorreram na região.

Ao longo das investigações em livros, artigos, dicionários e reportagens não foi possível escolher um termo específico que abarque todos os elementos do que foram os conflitos agrários na região de Porecatu. A experiência no norte do Paraná não se assemelha a outras conhecidas e classificadas anteriormente. Nela houve *revolta*, houve *resistência*, houve *levante*, houve táticas de *guerrilha* e, de certo modo, houve uma pequena *guerra*.

Porém, há dois conceitos que pretendo excluir em minha narrativa para tratar sobre Porecatu: *guerra* e *guerrilha*. Acredito que o termo *guerra*, se considerarmos a necessidade de um processo de coesão interna e a superacumulação de armamentos, não se aplica a experiência de Porecatu. E também considero a disparidade entre as forças em conflito – posseiros *versus* grileiros, jagunços, policias e instâncias estatais. O termo *guerrilha* não me parece o mais correto. Considero que foram empregadas táticas de guerrilha, mas não que houve uma *guerrilha* em si. O objetivo que pretendo no final da dissertação é colocar os camponeses em evidência, tirando o foco do Partido Comunista. Quando assumimos que houve uma *guerrilha* em Porecatu assumimos também que esse é um movimento do partido e não dos trabalhadores e camponeses e, conseqüentemente, apagamos esses sujeitos de nossas narrativas históricas.

Sobre os termos *revolta*, *resistência* e *levante*, creio que podem ser utilizados sem ressalvas. Os termos neutros como *luta*, *embate* e *conflito*, que primeiramente nem foram cogitados no início da investigação, também descrevem os acontecimentos da região de Porecatu. Considero que uma conceitualização aberta ajuda a compreender a complexidade de um acontecimento muito singular como os conflitos agrários de Porecatu nos anos 1940 e 1950.

3.3 Delimitações dos conceitos camponês e campesinato

No início desta dissertação afirmei que Francisco era um camponês que migrou da Paraíba para o Paraná na década de 1940. Considerando que a definição de “camponês” carrega significados vários, este subcapítulo foi escrito para esclarecer quais aspectos foram considerados para classificar Francisco Bernardo dos Santos como camponês. Para

isso tratarei sobre o desenvolvimento do campesinato no Brasil e também sobre definições conceituais, teóricas e linguísticas.

As palavras “camponês” e “campesinato” são recentes no vocabulário brasileiro. Chegaram ao nosso país como uma importação política e foram introduzidas no cotidiano pelas esquerdas que procuravam compreender as lutas dos trabalhadores do campo. Antes dos anos 50 haviam outras denominações plurais para esses agentes sociais, que podiam mudar de região para região. Como exemplo podemos citar as palavras caipira, caiçara, tabaréu e caboclo. Essas palavras sempre carregaram um duplo sentido. Significavam aqueles que viviam longe, no campo e que por isso eram rústicos, ingênuos. Mas também traziam um sentido de alguém “preguiçoso”, que não trabalha ou não gosta de trabalhar. Possuíam, sobretudo, um caráter depreciativo e ofensivo.

Esse caráter depreciativo pode ser o motivo pelo qual essas palavras foram desaparecendo do vocabulário cotidiano. Esse desaparecimento vem de encontro ao crescimento das lutas camponesas e seu ingresso no debate político nacional. Os proprietários de terra, chamados de latifundiários atualmente, também nem sempre tiveram essa denominação. Eram chamados de estancieiros no Sul, fazendeiros em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, senhores de engenho no Nordeste, seringalistas no Norte. A mudança na sua denominação também foi alcançada pelo debate sobre os camponeses (MARTINS, 1981, p. 21, 22).

Essas novas palavras – camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção de História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo da contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (MARTINS, 1981, p. 22, 23).

É impossível pensar em um campesinato homogêneo em escala mundial. O capitalismo possui padrões, o campesinato é diverso. Sendo assim, capitalismo e campesinato são diferentes (AZAR, 2017, p. 8). Vanderlinde aponta que a noção de camponês é uma das mais escorregadias em termos de definição, pois se transforma segundo a época, o local e as reivindicações dos camponeses. A heterogeneidade dos campesinatos não pode ser esquecida pelos pesquisadores que se dedicam a esse tema. Considerando esse aspecto, o historiador que trabalha com o campesinato e com os

homens e mulheres do campo devem atentar para a documentação, muitas vezes carregada de preconceitos, que trata sobre esse setor da sociedade.

Ressalta que mesmo historiadores que se dizem de esquerda podem manifestar diante do campesinato posições preconceituosas como teria feito Le Goff ao ressentir-se sobre o comportamento camponês durante a guerra, pois segundo ele, não manifestaram nenhuma solidariedade para com seus compatriotas urbanos e se enriqueceram com o mercado negro (VANDERLINDE, 2004, p. 3).

Ainda assim, podemos compreender o campesinato como uma “forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares”: uma categoria analítica e histórica que agrega poliprodutores sujeitos às forças sociais do mundo contemporâneo. A relação com o mercado e a alocação de mão-de-obra familiar é imprescindível para compreender quem são os camponeses. Outra característica importante é que o campesinato emerge juntamente com o seu reconhecimento político, seja ele por motivos negativos ou positivos. (WELCH; MALAGODI; CAVALCANTI; WANDERLEY, 2009, p. 9, 10 e 12).

Vários autores, retratando a coexistência do campesinato em formações socioeconômicas diversas, já destacaram que o reconhecimento dessa denominação, atribuída para efeitos de investimentos políticos ou para reconhecimento de características comuns, só pode ser compreendido como conceito, cujos significados definem princípios gerais abstratos, motivo pelo qual podem iluminar a compreensão de tantos casos particulares. (WELCH; MALAGODI; CAVALCANTI; WANDERLEY, 2009, p. 10)

Stedile (2012, p. 11, 12) aponta que o estudo e debate a respeito da questão agrária no Brasil se desenvolveu com efervescência durante a década de 1980 e perdura até os dias de hoje. Na década de 1960 um grande debate sobre a questão chamou a atenção do mundo acadêmico e político. Esse debate podia ser compreendido pelo confronto de duas ideias: 1) pesquisadores que analisavam a questão agrária como um entrave para o desenvolvimento do capitalismo, rememorando o período feudal, com fortes ligações às teses desenvolvidas pelo PCB e PCdoB; 2) pesquisadores que defendiam a tese de que no Brasil nunca existiu um período feudal e de que o capitalismo estava se desenvolvendo no campo, formando um “tipo” de capitalismo concentrador e dependente. Entre os representantes da primeira corrente estavam Alberto Passos Guimarães e Maurício Vinhas, de outro lado tínhamos Caio Prado Jr, Rui Marini e André Gunder Frank.

Durante a ditadura militar brasileira o debate sobre a questão agrária foi proibido, mas a realidade dos trabalhadores do campo continuou a se desenvolver. Com a reabertura política ressurgiram os movimentos sociais no campo e o debate sobre eles também

reacendeu. A partir dos anos 1980 vemos que essa questão estava sendo discutida nas universidades, partidos, organizações não governamentais e na igreja (STEDILE, 2013, p. 12).

Shanin indica que há razões para definir “camponês” e há razões para deixar a palavra indefinida. Para ele, esta não é uma decisão inconsequente visto que este conceito está vinculado no pensamento teórico sobre a sociedade contemporânea e é capaz de formar conclusões com interesses políticos e analíticos. O mais importante se torna, então, o modo como as palavras são utilizadas.

Sem dúvida, pode-se exagerar as preocupações com terminologias, desviando-se para um discurso fastidioso, em que longas palavras são usadas para tecer mais palavras, ainda mais longas, sem jamais retornar ao mundo dos vivos. Para evitá-lo, o pensamento dos cientistas sociais deve sempre mergulhar diretamente nas realidades e nos problemas sociais e políticos. Entretanto, de vez em quando, recomenda-se fazer um teste do conceito ou voltar às suas raízes epistemológicas (SHANIN, 2005, p. 1).

É necessário compreender que nenhum conceito deve deixar de ser utilizado por representar apenas alguns aspectos da realidade. Todo conceito é seletivo e tem suas próprias limitações. Exigir demais de nossos conceitos traz dois problemas que tem pouca utilidade e caminham para uma análise dual. “De um lado, os fatos totalmente empíricos e, de outro, as construções totalmente teóricas e, portanto, absolutas. Ambos têm pouca utilidade” (SHANIN, 2005, p. 17).

Primeiramente, é preciso compreender que “camponês” é, de certa forma, uma mistificação – ele não existe num sentido estritamente específico. Nos diferentes continentes, estados e regiões os camponeses diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo. Sendo assim, não podem ser compreendidos ou descritos adequadamente sem perceber sua estrutura societária e seu contexto histórico (SHANIN, 2005, p. 1, 2). Levando em consideração os apontamentos de Shanin, dediquei espaço para pensar o desenvolvimento do camponês no Brasil.

Segundo Ianni, a história nacional da maioria dos países possui muitas manifestações de pequenos produtores rurais. Suas lutas, revoltas e reivindicações, que podem ter alcance local, regional ou nacional, são imprescindíveis para compreender a história de qualquer país. Porém, a presença do campesinato na revolução social “não se organiza de modo necessariamente revolucionário”. Ele não se volta para o desenvolvimento da economia ou a criação de uma sociedade socialista. Podemos encontrar diversos movimentos camponeses de cunho tradicionalista, avessos ao que vem

da cidade, que não querem transformações sociais e buscam manter sua velha forma de vida e organização social (IANNI, 2009, p. 136).

No contexto histórico brasileiro observa-se que foram necessários três séculos de lutas, muitas delas sangrentas, para que surgisse os embriões da classe camponesa: lutas travadas pelas populações pobres do campo contra os senhores da terra. No limiar do século XIX foi possível abrir brechas no sistema latifundiário e implantar sistemas mais modestos de propriedade agrária, principalmente ao sul do território brasileiro (GUIMARÃES, 2009, p. 45).

Durante 388 anos o latifúndio colonial escravista fez todo o possível para impedir que os trabalhadores do campo, que viviam nas margens das sesmarias e engenhos, tivessem acesso à terra. Quando conseguiam, longe do núcleo das grandes fazendas, eram expulsos com o aumento dos cultivos dos grandes proprietários. Em algumas situações, quando lhes era concedido pequenas glebas de terras para sustento próprio, faziam-no para que os homens do campo se mantivessem subjugados, como mão-de-obra reserva em caso de necessidade. Antes do século XIX a aristocracia rural portuguesa e a nobreza rural brasileira não necessitavam estabelecer preços “suficientemente altos” para suas terras já que a mesma era um privilégio de casta e não uma mercadoria. Nesse período eram usados meios jurídicos e violentos para conter aqueles que não possuíam dotes de nobreza ou fartura de dinheiro para merecer o privilégio de possuir sesmarias (GUIMARÃES, 2009, p. 45 e 49).

Desde o início da colonização o Brasil possuiu uma organização econômica que se serviu da escravidão como base para uma economia mercantil. Com a abolição as classes dominantes, principalmente àquelas ligas a terra, aproveitaram-se da tradição escravista ainda muito próxima, latente e viva e intensificaram a exploração do trabalhador rural brasileiro. Essa exploração, segundo Caio Prado Jr, não se assemelha ao modelo “feudal” – ela contém traços que rememoram a escravidão. “O emprego de expressões que de qualquer maneira evocam o feudalismo, nas referências às relações de trabalho na agropecuária brasileira, é assim pelo menos imprópria” (PRADO JR, 1979, p. 68). Já Vanderlinde acredita que o camponês da modernidade, e também o do século XXI, guarda características do camponês medieval: pode ser revelado como uma categoria que se configura em um homem simples, o homem comum de longa data (VANDERLINDE, 2004, p. 2).

Nesse ponto tomo por base as ideias de Caio Prado Jr considerando que desde quando se aboliu o tráfico africano os senhores de terras precisaram suprir a falta de

escravos com a imigração de trabalhadores livres. A insuficiência de mão-de-obra persistente, que prejudicava os interesses dos grandes proprietários, fez surgir certas formas de escravidão disfarçada, como pode ser observado nas dívidas contraídas junto ao empregador que fazia com que os trabalhadores ficassem presos à uma vida e exploração (PRADO JR, 1979, p. 58, 59).

O fundamento da dominação e exploração no Brasil colonial era o escravo. Depois passa a ser a terra – que é o motivo de confronto entre camponeses e latifundiários. A abolição da escravidão revelou novos instrumentos de dominação, deu luz a contradição que separava explorados e exploradores. A terra passou a ser a mediação desse antagonismo (MARTINS, 1981, p. 63).

No ano de 1822 o Brasil viu nascer um Regime da Posse de Terras Devolutas que surgiu da proibição da concessão de sesmarias. A falta de uma legislação que regulamentasse o uso da terra se estendeu até a Lei de Terras de 1850. Ao contrário das sesmarias, onde o sesmeiro tinha por obrigação cultivar a terra depois de ganha-la, a posse pressupunha a exploração da terra e somente depois o reconhecimento legal da situação de posse. Antes, os posseiros ocupavam as terras de ninguém, nos intervalos das sesmarias. Após esse período passou a ocupar sesmarias abandonadas e, por fim, chegou às terras devolutas e aos latifúndios semi-explorados ou não explorados (ARAÚJO, 2009, p. 115).

No ano de 1850, com a Lei 601, as terras entraram no comércio de maneira definitiva. Foi a partir desse ano que a aquisição de propriedades passou a ser mediante compra e venda (ARAÚJO, 2009, p. 112). Quando a propriedade territorial perde sua condição de doação e adquire qualidades mercantis é quando a terra se converte em valores negociáveis (GUIMARÃES, 2009, p. 49). Nesse cenário, segundo Guimarães:

Intrusos e posseiros foram os precursores da pequena propriedade camponesa. A princípio, as invasões limitavam-se às terras de ninguém nos intervalos entre as sesmarias, depois orientaram-se para as sesmarias abandonadas ou não cultivadas; por fim, dirigiram-se para as terras devolutas e, não raramente, para as áreas internas dos latifúndios semi-explorados. À força da repetição desses atos de atrevimento e bravura, pelos quais muitos pagaram com a vida, foi que o sagrado e até então intangível monopólio colonial e feudal da terra começou a romper-se (GUIMARÃES, 2009, p. 51).

No Brasil a terra passar a fazer parte do comércio não tornou a questão fundiária resolvida ou fácil de se resolver. Araújo escreveu, em 2009, que não é possível saber

ainda com precisão quais são as terras devolutas¹⁷¹ e quais terras pertencem ao patrimônio particular no Brasil (ARAÚJO, 2009, p. 112).

Depois de 1930 e do golpe dado por Getúlio Vargas, a vigência da Lei de Terras de 1850 chegou ao fim. Apesar dessa decisão constitucional, na ausência de outro instrumento normalizador, a lei continuava a servir de modelo para casos particulares a respeito de terras devolutas e pendências com o Estado. Foram então promulgados decretos-leis que proibiam o uso capião das terras públicas, mas essa prática nunca foi abolida na história do campo brasileiro. Vargas também foi responsável pela disseminação de projetos de colonização que favoreciam a implantação da pequena propriedade, podemos lembrar aqui da *Marcha para o Oeste*, mas essas medidas não substituíram a necessidade de um programa de reforma agrária (SILVA, 1997, p. 18).

Foi a partir dos anos 50 que os camponeses brasileiros começaram a se rebelar de vários modos contra seus opressores, manifestado uma vontade política e levando aos tribunais os proprietários de terras em busca de indenizações e reparos de injustiças. Começaram a se organizar em ligas e sindicatos, que exigiam uma reforma agrária, e passaram a resistir de vários modos a expulsões (MARTINS, 1981, p. 10). O confronto entre as classes do campo – latifundiários e camponeses – provocou estragos na imagem do latifúndio. Denunciou o caráter improdutivo da concentração fundiária e expôs a histórica dívida política agrária brasileira que possui uma ausência de reforma agrária – um dos maiores motivos do não desenvolvimento do país (AZAR, 2017, p. 4).

Para Martins um dos fatos políticos mais importantes da história brasileira é que os movimentos populares, principalmente no campo, caminham mais depressa que os partidos políticos. Esse fato pode ser observado também na maior parte da América Latina e preconiza a questão das dificuldades práticas, teóricas e doutrinárias que os partidos têm para incorporar as tensões sociais e as reais reivindicações camponesas. Pode indicar também uma razão para a fragmentação das lutas populares no campo (MARTINS, 1981, p. 9).

Em 1953, após três anos do assassinato de Francisco, o Brasil possuía 50 milhões de habitantes. 12 milhões eram consumidores e pouquíssimos eram produtores. A grande maioria da população rural brasileira vivia em “economia fechada”, onde o produtor, geralmente numa agricultura familiar, consome o que produz e não vende seu excedente. (QUEIROZ, 2009, p. 57).

¹⁷¹ Terras devolutas são aquelas que não estão sendo utilizadas para uso público federal, estadual ou municipal, sendo assim espécies de terras públicas.

Em muitas análises os pesquisadores consideram que o aparecimento da pequena propriedade no Brasil aconteceu com a introdução de imigrantes europeus nas regiões meridionais. Essas análises não estão incorretas. Porém, é necessário atentar também a etapa anterior da gestação do campesinato no Brasil, quando, através de um logo processo de espoliação foram incorporados aos engenhos de açúcar uma multidão de trabalhadores livres pobres, que passaram a ser chamados de agregados. O processo de despojamento da camada camponesa, que fez com que o domínio do monopólio da terra fosse preservado, está presente por toda a história do Brasil – o antagonismo entre os camponeses e latifundiários jamais deixou de existir (GUIMARÃES, 2009, p. 45, 46 e 48).

Caio Prado Jr afirmava que a utilização da terra no Brasil se faz em benefício de poucas pessoas. O autor escrevia, em 1979, que o Brasil era um país relativamente novo e pouco habitado onde predominavam áreas de baixa densidade demográfica e índices médios de concentração da propriedade anormalmente exagerados (PRADO JR, 1979, p. 15 e 33).

Não se trata unicamente de uma concentração de terras desocupadas e vazias, ou mesmo semi-ocupadas. É a concentração, em poucas mãos, de terras habitadas onde se multiplicam muitas vezes as mãos ativas que as lavram; onde se localiza e comprime a totalidade da população rural brasileira. É em suma uma concentração de terras e propriedade que significa também a concentração de domínio sobre recursos econômicos que constituem a única fonte de subsistência daquela população (PRADO JR, 1979, p. 34).

Comparando com a Europa, onde a propriedade fundiária se desenvolveu sobre as ruínas da pequena propriedade camponesa, no Brasil a propriedade latifundiária foi implantada primeiro e a pequena propriedade surge somente tempos depois, quando o sistema latifundiário começou a se decompor (GUIMARÃES, 2009, p. 48).

O essencial da estrutura agrária brasileira legada pela colônia pode ser visto no caráter e nos objetivos da colonização: fornecer produtos primários para os mercados europeus em larga escala. Esse aspecto fez com que a propriedade fundiária se convertesse como regra e elemento central do sistema econômico brasileiro. O Brasil contemporâneo, mesmo tendo uma nova e mais complexa estrutura social, ainda não superou inteiramente seu passado. É um país que ainda se assenta nos velhos quadros econômicos da colônia, com sua obsoleta forma de utilização da terra e organização agrária, tendo uma grande exploração da terra voltada para a “produção de gêneros demandados por mercados excêntricos” (PRADO JR, 1979, p. 48, 49).

Para escrever sobre a história do campesinato ou dos camponeses é necessário refletir também sobre a “amnésia social” que apaga, oculta ou minimiza a presença desses sujeitos históricos. Essa amnésia é responsável por fazer imergir uma noção de que o homem do campo possui um caráter cordato e pacífico ou que é uma caricatura de um pobre coitado, isolado, excluído e distanciado da cultura oficial, sempre analfabeto e mal alimentado. (WELCH; MALAGODI; CAVALCANTI; WANDERLEY, 2009, p. 12).

Foi nessa exclusão que os partidos políticos encontram o trabalhador rural, como um estranho que chega ao debate político. É necessário destacar que essa exclusão ideológica que é tão profunda, tão radical, que muitos acontecimentos políticos da história contemporânea brasileira tiveram participação camponesa, mas são desconhecidos pela população e também pelos intelectuais. A história brasileira, inclusive aquela cultivada pelos setores de esquerda, é uma história essencialmente urbana, sobre aqueles que estão dentro do pacto político. O campesinato brasileiro é a única classe social que, desde a proclamação da República, tem uma experiência de confronto direto com o exército e esse fato é frequentemente ignorado. Esses confrontos podem ser observados em Canudos, Contestado, Trombas e Formoso e no levante dos camponeses do sudoeste do Paraná. Dessa forma, “a história do campesinato brasileiro não pode ser reconstituída separadamente da história das lutas pela tutela política do campesinato” (MARTINS, 1981, p. 25, 26, 27 e 81)

Martins (1981, p. 12) aponta que há uma esquizofrenia doutrinária que classifica as lutas camponesas com fortes suspeitas e descrédito: a discussão sobre a relação entre o campesinato e a política repousa ainda na pressuposição de que o camponês é estranho à política, podendo ter apenas uma postura passiva e subordinada. A possibilidade de o campesinato falar sua própria linguagem de classe perturba os esquemas de interpretação, as posições partidárias, a lógica férrea e enferrujada do economicismo desenvolvimentista.

A partir de distorções teóricas como essa, o problema das lutas camponesas passa a ser objeto de uma controvérsia aparentemente teórica, mas de fato ideológica e político-partidária. Isola-se o campesinato (sem levar em conta até mesmo suas diversidades, como a que há entre um camponês-posseiro, um camponês-parceiro, um camponês-proprietário) como se sua existência, sua reprodução, suas tensões e suas lutas não fossem determinadas por relações de classes, diferenças e antagonismos. Questiona-se, então, a importância que o campesinato possa ter na situação brasileira atual, já que efetivar a sua vontade de classe seria um retrocesso histórico e político, como se o camponês estivesse sozinho no mundo. Isso impediria o desenvolvimento do capitalismo, a instalação da grande empresa capitalista no campo. Metodologicamente falando, esse procedimento é

positivista porque recorta um pedaço da realidade e faz pensar que a história é uma virtualidade desse “pedaço”. Ora, o processo histórico é constituído pelas relações sociais, pelas relações e antagonismos de classes (MARTINS, 1981, p. 14, 15).

A exclusão dos camponeses da política faz com que muitas vezes estranhem quando são denominados como “camponeses”. Identificam-se, então, como trabalhador rural, lavrador, posseiro, coloco, meeiro, etc.

São os outros que dizem, falam interpretam, criam, recriam ou mesmo transfiguram as reivindicações e lutas do camponês. Muitas vezes este não se reconhece no que dizem dele, ou fazem por ele, a partir de partidos políticos, agências governamentais, órgãos da imprensa, igrejas. (IANNI, 2009, p. 136).

A vida e existência camponesa é definida por não-camponeses. Apesar disso, o campesinato tem dado respostas às situações de crise as quais são submetidos. Essas respostas são complexas, suas soluções para permanecer camponês e assegurar o sustento da família costumam ser flexíveis e criativas (SHANIN, 2008, p. 25).

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar (SHANIN, 2008, p. 25, 26).

Para Vanderlinde (2004, p. 4, 5) em qualquer lugar temporal ou geográfico o camponês é marcado pela subordinação aos donos da terra. As categorias usadas pelos próprios camponeses para se definirem podem indicar a aceitação de uma visão depreciativa do seu modo de vida, o que pode representar uma consciência de sua condição subalterna.

Por isso Martins (1981, p. 17) aponta para a importância de ouvir o campesinato, e isso não quer dizer apenas partir dos discursos produzidos pelos camponeses, mas sim que é preciso mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar a fala do camponês, especialmente a fala coletiva, a fala das suas lutas. É necessário imputar sentido a essas manifestações coletivas ao invés de desdenhá-las e classificá-las como estando fora da política.

A constituição da condição camponesa faz dos homens do campo portadores de uma percepção de justiça baseada na experiência e nos modos de coexistência, nas comunidades camponesas, no trabalho diário, na relação com a natureza e nas práticas que buscam a reprodução de um modo de vida diferente daquele que é colocado pelos

seus opressores. (WELCH; MALAGODI; CAVALCANTI; WANDERLEY, 2009, p. 13).

Para os organizadores do livro *Camponeses brasileiros. Vol 1. Leituras e interpretações clássicas* o camponês se constitui como uma categoria política e se reconhece na luta por objetivos comuns, ou ainda, mediante a luta torna comum seus objetivos com o de outros camponeses. Para que se compreenda esse aspecto é necessária uma construção histórica ou social a respeito do campesinato que rompa com a primazia do econômico e passe a privilegiar também aspectos ligados à cultura. Essas lutas sociais, que visam espaço e reconhecimento, que resistem às ameaças de destruição, possuem um traço comum que as definem também como lutas pelo protagonismo dos camponeses em relação aos processos sociais (WELCH; MALAGODI; CAVALCANTI; WANDERLEY, 2009, p. 11, 12).

Apesar de reconhecidos também como uma classe, os camponeses são também uma economia, uma *part-society*, e outras “coisas” que ainda não conceituamos (SHANIN, 2005, p. 15, 16). Sendo assim, os camponeses representam uma classe e um modo de vida, são uma sociedade em si mesmos. A especificidade desse grupo pode ser compreendida em quatro pontos principais, porém, os camponeses nos diversos contextos históricos e geográficos não se reduzem apenas a essas características. São elas: o cultivo da terra, a unidade de produção familiar, a comunidade como unidade de organização social e uma posição como classe mais baixa da sociedade. Dentre elas, a que merece maior destaque é a unidade de produção rural familiar (MARQUES, 2008, p. 50, 51).

Essa “economia fechada”, familiar, também se relaciona com uma “existência coletiva” onde o gênero de vida dos homens do campo é marcado pela coletivização das atividades. Ajudam-se mutuamente no trabalho em mutirões, muxirões ou outro nome qualquer. Em determinadas tarefas, que demandam mais mão de obra, os trabalhadores atendem à convocação com a certeza que poderão contar com o auxílio dos outros caso precisem. A quantidade de mutirões, novenas, comemorações familiares, reuniões eleitorais ou outras práticas que congreguem os indivíduos mostra o quanto uma comunidade é próspera (QUEIROZ, 2009, p. 58).

Essa existência coletiva dava à mulher camponesa uma vida mais livre do que aquela observada nas casas-grandes. Entre os pequenos produtores havia certa igualdade entre os membros da comunidade já que desempenhavam tarefas iguais e tinham posições sociais iguais (QUEIROZ, 2009, p. 59).

Os camponeses, além de serem produtores de alimentos, são também produtores de migrantes. A migração não é apenas uma consequência das suas péssimas condições de vida, mas também uma parte integrante de suas práticas de reprodução. “Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa” (WOORTMANN, 2009, p. 217).

Nas lutas sociais, os camponeses constroem seu sistema de crenças, inscritas no cotidiano, que são lutas pela sobrevivência e reprodução social. Essas lutas visam garantir acesso à recursos produtivos que não os coloquem como cativos ou subjugados no interior das fazendas, lutas que buscam relativa autonomia e maior liberdade. (WELCH; MALAGODI; CAVALCANTI; WANDERLEY, 2009, p. 14).

Para Ianni (2009, p. 137 e 139) o campesinato tem sido derrotado em muitas de suas lutas pois não dispõe de condições para se tornar uma classe hegemônica. Dessa forma subsiste como classe subalterna não se colocando à conquista do poder e não formulando um projeto alternativo de organização nacional como os partidos de esquerda, por exemplo. O movimento camponês não se propõe a conquistar o poder, essas podem ser as tarefas do partido político, ou da classe operária (que pode ter ajuda do campesinato). Porém, mesmo não visando conquistar o poder é inegável o significado revolucionário que as lutas dos movimentos camponeses realizam ou buscam realizar.

Esse aspecto da luta camponesa, de não se propor a conquista do poder, representou um desafio à Marx e outros estudiosos. Discutiu-se se a comunidade rural seria preservada ou recriada dentro de um sistema socialista. Marx, no entanto, reconheceu que o socialismo tem muito a ver com a comunidade camponesa, que seria uma forma comunitária de organização social (IANNI, 2009, p. 139).

Há o fato de o camponês, numa perspectiva marxista, controlar a terra no capitalismo sem ser possuidor do capital; é também uma espécie de referência, “pomo da discórdia”, sobre a natureza de classe das revoluções que implantaram ou derrubaram historicamente a ordem burguesa; apresenta-se ainda o fato de o camponês trabalhar numa perspectiva familiar sem remunerar os membros da família na ótica capitalista; além disso é ainda possível encontrar o camponês lutando por formas culturais e sociais próprias de organização, sem ser ou poder se concretizar como outro povo ou outra cultura, estranhando, mais do que recusando, a sociedade abrangente que o contém e circunda. (VANDERLINDE, 2004, p. 4).

A questão da reforma agrária também é diferente para os camponeses. Nem sempre pensam a reforma agrária dos partidos políticos que tem, na maioria das vezes, bases urbanas. O camponês pensa a posse e uso da terra na qual vive ou vivia (IANNI, 2009, p. 136). Prado Jr observou que a “reforma agrária” brasileira, e o que devemos compreender dela, significa a elevação dos padrões de vida da população rural e sua

integração em condições humanas de vida. Para o autor isso está longe de ser o caso em boa parte do território brasileiro (PRADO JR, 1979, p. 88).

Mesmo com visões diferentes a respeito da reforma agrária a principal reivindicação dos camponeses é a posse e uso da terra. Lutam para preservar seu meio de trabalho e também seu meio de vida. Por isso resistem às expulsões em face do desenvolvimento do capitalismo no campo. No entanto, embora seja a reivindicação principal, o camponês não luta apenas pela terra: lutam também pela preservação, conquista ou reconquista de um modo de vida, colocando em linha um conjunto de valores culturais como a religião, língua, dialeto, etnia, etc. A terra não se limita à produção de alimentos, artesanatos ou matérias-primas. O camponês se relaciona com a terra dentro de um intercâmbio social complexo pois a terra põe em causa sua vida espiritual (IANNI, 2009, p. 142). Não falamos aqui sobre a terra como mercadoria, mas como “algo a mais”.

A noite e o dia, a chuva e o sol, a estação de plantio e da colheita, o trabalho de alguns e o mutirão, a festa e o canto, a história e a lenda, a fazanha e a inventiva – são muitas as dimensões sociais e culturais que se criam e recriam na relação do camponês com a sua terra, seu lugar (IANNI, 2009, p. 142).

A terra é um instrumento de trabalho diferente de outros meios de produção. Quando se trabalha na terra não é com o intuito de produzir mais terra, mas sim o fruto da terra. Sendo assim, o fruto da terra é produto do trabalho, mas a terra não. Por isso é equivocado confundir terra com capital. Porém, do mesmo modo que o capital se apropria do trabalho, também se apropria da terra e faz dela, que não é produto do trabalho e do capital, dominada pelo capital. Na lógica brasileira “assim como o capitalista precisa pagar um salário para se apropriar da força de trabalho do trabalhador, também precisa pagar uma renda para se apropriar da terra”. (MARTINS, 1981, p. 159, 160).

Em resumo, a terra, enquanto dá um juro, é a terra-capital e, como terra-capital, não dá uma renda, não constitui a propriedade fundiária. A renda resulta das relações sociais nas quais se faz a exploração. Ela não poderia resultar da natureza mais ou menos dura, mais ou menos duradoura da terra. A renda provém da sociedade e não do solo. (MARX, 2007, p. 147)

Devido aos apontamentos feitos acima é possível considerar que a comunidade camponesa é um universo não só social, mas também econômico, político e cultural. Esse universo expressa um modo de ser do camponês e a singularidade dessa organização e movimento social. O caráter revolucionário dessa comunidade não vem de um posicionamento explícito contra o latifúndio, o capital, o governo ou o patriarca, mas sim

na afirmação e reafirmação da comunidade em que vivem e do modo como vivem (IANNI, 2009, p. 142).

Podemos então perceber a comunidade camponesa de dois modos distintos: 1) como uma utopia construída pela invenção do passado, uma quimera de algo impossível no presente formado pela ordem capitalista burguesa; 2) como uma fabulação do futuro, onde os inconformados com o presente, que não concordam com a organização de vida burguesa, apresentam uma utopia como uma possibilidade de futuro (IANNI, 2009, p. 143).

Retornando à uma discussão mais conceitual, Moura aponta que existe, no repertório linguístico das sociedades agrárias, várias palavras que se referem ao camponês. Essas palavras o designam, autodefinem. Desde as mais antigas sociedades houveram texto literários, religiosos e políticos que expressavam o modo depreciativo pelo qual o poder visualizava os camponeses (MOURA, 1986, p. 8 e 16).

Em Roma, *paganus* designava habitante dos campos, bem como o civil, em oposição à condição de soldado. Da palavra latina *pagus*, que tanto significa um território rural limitado por marcos, como também a aldeia camponesa, ficou a palavra *pagus*, que no sul do Brasil designa o campo onde se nasceu; o rincão de origem. *Paganus*, em latim, foi transmutado em *payan*, no francês, e *peasant*, no inglês, que significam exatamente camponês. Tomando sentido diverso do acima mencionado, *paganus* se tornou *paisano*, em português – o que não é militar. Mas também resultou em *pagão*, que quer dizer não-cristão – aquele que precisa ser convertido. Na Alemanha do século XIII a Declinação rústica tinha seis declinações diferentes para a palavra camponês: vilão, rústico, demônio, ladrão, bandido e saqueador; e, no plural, miseráveis, mendigos, mentirosos, vagabundos, escórias e infiéis (MOURA, 1986, p. 16).

No Brasil o lavrador que não possui título legal de posse de terras ou nenhum documento legalmente registrado em cartório que o defina como proprietário é chamado de ocupante de terra nos censos oficiais. Na linguagem comum é chamado de posseiro (MARTINS, 1981, p. 103).

Os posseiros não podem ser confundidos com os grileiros. Estes últimos representam os homens que se assenhoreiam de uma terra que não é sua – sabendo que não tem nenhum direito a ela – por meio de subornos e falsificações de documentos. Os grileiros são aqueles que obtêm papéis oficiais que o habilitam a vender e negociar com a terra que não lhes pertence. São traficantes de terras que surgem no Brasil quando o tráfico negreiro cessa. “No Brasil, o fim do cativo do escravo dá começo ao cativo da terra” (MARTINS, 1981, p. 104).

O posseiro é um lavrador pobre, que vende no mercado os excedentes do trabalho familiar depois de reservar o necessário para o sustento da família. Não possuindo título de propriedade da terra, raramente consegue créditos bancários ou qualquer tipo de apoio que o ajude a aumentar sua produção. Diferente do grileiro, não é um invasor da propriedade de outros. Invasores são os grileiros, fazendeiros e outros que expulsam os posseiros de suas terras (MARTINS, 1981, p. 104).

Segundo Queiroz, os posseiros se estabelecem em terras de proprietários ou do governo. Ficam sujeitos à expulsão quando surgem proprietários com títulos verdadeiros ou falsos de posse da terra. Também são sujeitos à expulsão quando a zona em que ocupam se valoriza ou variadas razões. É então que são expulsos de suas roças e espoliados de suas plantações (QUEIROZ, 2009, p. 63). Podemos compreender que os posseiros são também camponeses.

A polarização entre proletariado e burguesia deixou pouca margem para revelar a presença de classe dos camponeses. Isso fez do campesinato uma categoria esquecida em relação às classes polares do capitalismo (WELCH; MALAGODI; CAVALCANTI; WANDERLEY, 2009, p. 23). Porém, é necessário encarar a questão não como uma oposição pura e simples entre camponeses e proletários “mas como um continuum com dois casos-limite entre os quais teriam de ser colocadas todas as situações em que parceiros, meeiros, arrendadores etc., podem ser encontrados em nosso interior em graus diversos de autonomia de trabalho” (VELHO, 2009, p. 95).

No Brasil há muitos anos existiram organizações camponesas na tentativa de construir sindicatos rurais. No entanto, essas organizações não resistiram à pressão econômica e acabaram desaparecendo. No ano de 1955 surgiu a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), chamada mais tarde de Liga Camponesa da Galiléia, uma iniciativa feita pelos camponeses do Engenho Galiléia. A SAPP foi chamada de Liga camponesa pela imprensa de referência/reacionária com o intuito de induzir uma visão negativa do movimento ao vinculá-la as extintas organizações do PCB¹⁷². Esse apelido acabou ficando no imaginário social, apesar dos apelos de deputados na Assembleia Legislativa para substituir a palavra “camponês” por “rurícola” para não irritar os latifundiários. Independente dos protestos, Francisco Julião afirma que preferiram manter o nome “camponês” porque deriva de “campo”. Era uma

¹⁷² Francisco Julião considerava que as Ligas extintas, como as da região de Porecatu, eram organizações do Partido Comunista. Porém, considero que as organizações formadas no norte do paraná na década de 1940 foram orgânicas e partiram dos camponeses e não do PCB.

palavra simples com um sentido radical. A palavra “camponês”, que antes ofendia os latifundiários, passou a ser pronunciada por eles e escutada nas universidades, no rádio, nos comícios (JULIÃO, 2009, p. 275, 276 e 279).

Ponderando sobre as discussões feitas anteriormente neste subcapítulo, dedico a parte final para uma reflexão que objetiva responder minha pergunta norteadora inicial: Francisco Bernardo dos Santos foi um camponês?

Retomo aqui um debate que cresceu na década de 1980, porém, não pretendo fazer desta dissertação apenas uma discussão teórica sobre a condição de vida dos camponeses. Para isso, retomarei sempre que possível os acontecimentos que permearam a vida e morte de Francisco. Compreendo que é impossível pensar em camponeses de forma homogênea, todos tem suas singularidades entre grupos diferentes e também entre os membros de uma mesma comunidade. Entretanto, adotarei aqui aspectos que considero estarem de acordo com os lavradores de Porecatu de uma maneira mais geral, atentando para o fato de que nenhum conceito representa a totalidade de uma sociedade.

A princípio refiro-me ao conceito “camponês” como uma forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual dos produtores familiares. A alocação de mão-de-obra familiar é um dos principais fatores que me fazem considerar Francisco como um camponês. Embora antes dos anos 1950 palavras como caipira e tabaréu fossem utilizadas para denominar esses produtores, não concordo com sua utilização já que denotam um sentido de ingenuidade e preguiça. Ao procurar Dutra para revolver os problemas dos camponeses de Porecatu, Francisco demonstrou que não é ingênuo e que compreende a política no nível local, regional e nacional. Ao se deslocar para uma região onde teria que derrubar a mata para assentar sua família e lavoura, demonstra que a preguiça não é um traço que possamos enxergar na sua trajetória.

Outro aspecto importante é a amnésia social que ronda os camponeses, ocultando e minimizando sua presença. Se pensarmos na figura de Francisco e como as fontes a seu respeito são escassas, ou então pensarmos que muitos camponeses que participaram da Revolta de Porecatu não tiveram seus nomes registrados em nenhum lugar, podemos contemplar essa amnésia em um contexto histórico específico. Além disso, o tema da Revolta de Porecatu é, muitas vezes, desconhecido pela maioria dos estudantes brasileiros, não se enquadrando nos conteúdos obrigatórios para ensino fundamental e médio.

Considero também o reconhecimento da luta por objetivos comuns, o fato de serem uma sociedade em si mesmos, o cultivo da terra, a comunidade como unidade de

organização e a posição como classe mais baixa da sociedade aspectos que fazem de Francisco Bernardo dos Santos um camponês.

Ponderando sobre sua vida, a produção de migrantes também esteve presente durante sua trajetória. A migração da Paraíba para o Paraná representou uma condição para a permanência camponesa se pensarmos nas péssimas condições dos engenhos no seu estado de origem. Atento ainda para mais três características que fazem de Francisco um camponês: a vontade de conservar seu modo de vida, não ter planos para a conquista do poder e a relação com a terra além de mercadoria.

Por fim, outro aspecto importante para que a denominação de “camponês” seja utilizada nesta dissertação vem do modo como os camponeses das Ligas do nordeste avistaram a questão. Apesar dos protestos dos latifundiários e da tentativa de boicote pela mídia, esses homens e mulheres do campo acabaram por se identificar com o conceito. Durante a Revolta de Porecatu os posseiros organizaram Associações de Lavradores e Ligas Camponesas, sendo precursores desse movimento no Brasil contemporâneo. Para que esse fato não se apague da história nacional, mantenho o conceito também para denominar Francisco e os demais homens e mulheres de Porecatu que se rebelaram contra o latifúndio e lutaram para conservar seu modo de vida frente à expansão capitalista no campo.

4. FRANCISCO BERNARDO DOS SANTOS: UM PONTO DE PARTIDA PARA REFLEXÕES

Durante o século XIX o historicismo alemão e a historiografia metódica francesa compunham as regras do método histórico. A linguagem representava os acontecimentos na forma de uma narrativa que, pautada em fontes documentais, comprovaria o que foi vivido no passado (ROIZ, 2012, p. 34). Com o surgimento da Escola dos Annales, no século XX, passou-se da história narrativa para a história problema. O historiador passou a renunciar a indeterminação do seu objeto de saber e admitir que fazia escolhas ao recortar, selecionar e interpretar suas fontes.

Na década de 1960 ocorreu uma desilusão com o modelo determinista econômico de explicação histórica. O enfraquecimento desse modelo de interpretação se deu pelo reconhecimento das ideias, cultura e vontade individual como variáveis independentes. Os historiadores passaram a se dividir em quatro grandes grupos: os velhos historiadores narrativos, basicamente biógrafos; os cliometristas, que visavam analisar estatísticas; os historiadores sociais, preocupados em analisar estruturas impessoais; e os historiadores da *mentalité*, que perseguiram ideias e padrões de comportamento íntimos.

As massas “anônimas”, que possuíam outras modalidades de discurso e interpretação frente ao mundo, passaram a ser estudadas no campo da história. Novas narrativas possibilitaram uma crítica a narrativa tradicional e ao positivismo que, por tantos anos, imperou na história (ROIZ, 2012, p. 29-34).

Por concordar com os argumentos propostos por essas novas narrativas escrevo o capítulo final desta dissertação. Explico: se acaso fossem narrados apenas algumas trajetórias individuais, sem nenhum tipo de interpretação ou reflexão sobre elas, este trabalho cairia no modelo de história do século XIX, uma história que acredita ser portadora da verdade inerente. Longe disso, o esforço que propus desempenhar desde o início foi o de construir novas narrativas que elucidem questões ainda desconhecidas ou pouco conhecidas sobre a Revolta de Porecatu.

Sendo assim, nas páginas seguinte apresento três reflexões: a primeira sobre a violência, a segunda sobre os discursos público e oculto e a terceira sobre a imprensa comunista. Todas as reflexões partiram do personagem Francisco Bernardo dos Santos. Porém, não visam abarcar apenas uma visão micro, mas também a totalidade de acontecimentos e sentimentos que perpassam o meio rural brasileiro.

4.1 Sobre a violência no campo

Elisabete Maniglia (2005, p. 10) aponta que o Brasil possui uma das maiores concentrações de terras do mundo. Cerca de 1% dos proprietários rurais possuem em torno de 46% das terras disponíveis. A autora observa que, dos 400 milhões de hectares titulados como propriedade privada, apenas 60 milhões de hectares são utilizados como lavouras. O restante dessas terras se destina a pecuária ou não são aproveitadas. Segundo o INCRA, existem no Brasil 100 milhões de hectares de terras ociosas. Esses dados confirmam a violência da fome contra 32 milhões de pessoas que se encontram em situação de miséria extrema no país e também contra 65 milhões que se alimentam de forma precária. Dos 32 milhões de habitantes brasileiros que se encontram na pobreza extrema, metade deles vivem no meio rural. Porém, a violência da fome não é a única que perpassa a vida dos trabalhadores do campo.

O Brasil moderno é exposto pelo Estado e pela mídia como um grande potencial produtor de alimentos¹⁷³. Esse mesmo Brasil não garante condições mínimas de existência para muitos de seus habitantes. Na prática, se configura como um país do atraso que se utiliza de ações de violência, brutais e sutis, contra aqueles que buscam terra e território como condição para o sustento e a manutenção da vida (FELICIANO, s/d, p. 17, 18).

Quando objetivamos falar sobre violência no campo, ou em outros contextos geográficos e temporais, é necessário observar que a violência é uma construção social ambígua, seu significado sempre está em processo de mudança. Ao tratar da violência não nos referimos apenas a realidades concretas, mas também a um sistema de significação que orienta nossa percepção sobre os acontecimentos que permearam a história. Sendo assim, a violência é uma palavra-valise. Através dela é possível processar uma homogeneização de vários fenômenos. Essa homogeneização acaba por simplificar as possíveis causas da violência (RIFIOTIS, 1998, p. 26).

Neste subcapítulo proponho realizar uma discussão sobre a violência de modo geral, utilizando um levantamento bibliográfico que trata sobre o tema. Os textos escolhidos não fazem parte apenas da área do conhecimento histórico, mas abarcam também a geografia, sociologia, filosofia, psicologia e direito. Entretanto, buscarei

¹⁷³ Podemos lembrar aqui de uma propaganda, que se repete na programação da emissora Globo de TV, e diz “agro é tech, agro é pop, agro é tudo”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pQOp0Bv8KZE>>. Acesso em novembro de 2019.

sempre que possível remeter a casos concretos de violência para tentar me distanciar dessa “homogeneização” apontada por Rifiotis.

Ao circunscrever a semântica da palavra violência nos encontramos diante de um jogo de linguagens, onde diferentes fenômenos são aproximados sobre a insígnia da violência, formando uma teia discursiva que equivale a uma visão de mundo. Dessa forma é possível perceber que o que chamamos de “violência” recobre fenômenos muito diferentes e que não podem ser reduzidos apenas ao crime e à violência institucional. Também não é possível negarmos a violência e considerarmos que é apenas uma parte maldita da sociedade ou um resquício do passado que precisa ser eliminado. A violência é um dos elementos vivos de qualquer projeto social. Ao invés de usar do negacionismo em relação à violência e repudiá-la como um fantasma, é necessário compreender como ela se inscreve no imaginário social e nas relações entre diversas pessoas. Refletir sobre a violência é capaz de contribuir para um melhor entendimento e conhecimento sobre a sociedade brasileira (RIFIOTIS, 1998, p. 26, 27).

Segundo Marilena Chauí (1998, p. 32, 33), a palavra “violência” deriva do latim *violare* e podemos compreender seu significado por meio de cinco pontos principais. São eles: 1) tudo o que utiliza da força para ir contra a natureza de alguém; 2) todo ato de força contra a espontaneidade, vontade e liberdade de alguém, como a coerção e a tortura; 3) todo ato de violação contra a natureza de alguém ou de algo que tem um valor positivo na sociedade; 4) todo ato de transgressão contra coisas e ações que alguém ou alguma sociedade define como justas e como um direito; 5) conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, abuso físico ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão.

A violência rural no Brasil é assunto recorrente nas manchetes dos jornais. Com isso, a sociedade passou a tomar conhecimento de cenas de brutalidade inauditas, situações que poderiam acontecer durante uma guerra civil e que não estão de acordo com uma nação que se esforça por construir uma imagem de democracia e modernidade (MEDEIROS, 1996, p. 1). A violência e a criminalidade no campo surgiram de forma desordenada e ganharam espaço na imprensa policial pelas ocupações de terra, muitas vezes com mortos e feridos, pelo trabalho escravo e infantil, por crimes ambientais ou pela morte de indígenas inscritas num processo de extermínio lento (MANIGLIA, 2005, p. 2).

Ao tratar sobre o massacre de Eldorado dos Carajás, Barreira (2000, p. 171) aponta que os homens e mulheres mortos, chamados de sem-terra, só foram notícia na

forma de cadáver. Ao tratar sobre a história de Francisco Bernardo dos Santos e de outros camponeses assassinados no Brasil, percebe-se que esse fato não é isolado em Eldorado dos Carajás. Poucas são as fontes que tratam sobre a vida dos camponeses, seus modos de sociabilidade e suas relações interpessoais. Em contrapartida é possível descobrir vários relatos sobre mortes brutais e episódios de violência dos mais variados. A participação da polícia no massacre de Eldorado dos Carajás também não se configurou como fato isolado na história brasileira, mas sim como parte de um lado cruel da nossa sociedade. Nesse episódio, e em outros narrados anteriormente nesta dissertação, as milícias privadas dos latifundiários sempre se confundiram com as polícias locais. Desse modo é possível observar, na história brasileira, uma simbiose entre as ações das milícias privadas e das polícias em defesa do patrimônio de um grande proprietário de terras.

Para Arendt (2016, p. 31), homens isolados não tem poder para fazer uso da violência de maneira bem-sucedida. Por esse motivo a rede de apoio das milícias e do Estado é tão importante para que seja possível aos latifundiários exercer a violência. Caso fossem isolados, não teriam força e poder para ordenar tantos assassinatos e torturas no meio rural brasileiro. Geremia Lunardelli, apontado como mandante do assassinato de Francisco, precisou do apoio da polícia para a tocaia que capturou o camponês e também do apoio de seus jagunços para que esse ato fosse concretizado.

Mesmo que as denúncias sobre violência no campo sejam abundantes nos meios de comunicação de massas, é necessário ainda explorar as razões da permanência dessas práticas na sociedade brasileira e desvendar a rede de relações que recai sobre os trabalhadores do campo.

Ao contrário do que dizem alguns políticos brasileiros, essa violência que perpassa o meio rural do país não é resultado de “acidentes”, “excessos” ou “falta de preparo” das forças policiais¹⁷⁴. Também não pode ser considerada um crime comum que possui motivações exclusivamente privadas. A violência contra os camponeses brasileiros é estrutural e se inscreve como uma das faces da cultura desse país (MEDEIROS, 1996, p. 1, 2).

Ao analisar casos específicos – e também numa visão macro histórica – podemos perceber que há diversas faces da violência no meio rural brasileiro. A manutenção de

¹⁷⁴ Um exemplo desse discurso dos políticos brasileiros pode ser encontrado no Relatório Final sobre a chacina de Pau D’Arco no Pará, produzido em dezembro de 2017. Nele, o deputado federal Edmilson Rodrigues afirmou que a ação policial “extrapolou”, porque um policial não é recebido de forma planejada. A chacina vitimou dez trabalhadores rurais. Disponível em: < www.camara.leg.br>. Acesso em dezembro de 2019.

formas de trabalho característicos da situação de escravidão e a eliminação física de lideranças e pessoas que apoiam o processo organizativo dos camponeses, como advogados e agentes pastorais, são alguns dos exemplos da violência que perpassa o campo no Brasil. Para Medeiros:

A violência ganha legitimidade e aparece como um comportamento imperativo, tendo efetividade e orientando constantemente a conduta nos vários setores da vida social, inclusive as relações entre iguais. A emergência desse código que sancionou a violência prende-se às próprias condições de constituição e desenvolvimento da sociedade de homens livres e pobres (MEDEIROS, 1996, p. 3).

Como visto anteriormente, sob a categoria de “violência” se recobram várias situações: entre elas estão o descumprimento da legislação trabalhista, a falta de segurança nos locais de trabalho, os processos de expulsão de trabalhadores rurais de suas casas e lavouras, as condições adversas do trabalho feminino e a exploração do trabalho infantil. Essa abrangência de “violências” implica em relacioná-las a um leque de práticas que indicam o não reconhecimento dos direitos dos trabalhadores do campo que são sujeitados a várias formas de submissão e tem na coerção o parâmetro mais visível dessa violência. Podemos pensar também na existência de formas de dominação que possuem certo consentimento por parte dos camponeses, fundando procedimentos, de certa forma, socialmente aceitos (MEDEIROS, 1996, p. 3).

Nesse contexto de violências destaca-se a figura do proprietário de terra que, assegurado por jagunços, usam meios para demonstrar força e cumprir seus desejos. Entre os atingidos por essa força existem noções de justiça e injustiça que não se desdobram em recursos nas outras esferas do poder, indicando que, entre os camponeses, muitas vezes não há a possibilidade de recurso à lei para mediar relações. Isso se dá porque as formas de dominação se tornaram o único universo de sociabilidade, ou porque desconhecem os textos legais, ou ainda porque temem as consequências de se acionar a lei (MEDEIROS, 1996, p. 4). Quando observamos a conversa de Carvalho, filho de Francisco Bernardo dos Santos, com um advogado da família Lunardelli percebemos que ele mesmo admite não possuir dinheiro para contratar também um advogado: por esse motivo se prestou a conversar pessoalmente. Outro ponto importante do diálogo é o cuidado que teve em encontrar o advogado dos Lunardelli apenas quando constatou não haver presença de policiais. Esse diálogo demonstra como o acesso a lei e aos direitos não eram garantidos aos trabalhadores do campo.

As diferentes formas de manifestação e a amplitude com que se usa a categoria da violência para descrever episódios mostra que há muitas possibilidades para tratá-la. Essa amplitude mostra também que há raízes comuns às formas de violência no campo. Essas raízes se encontram relacionadas a capacidade de controle dos proprietários de terra sobre as pessoas ao seu redor (MEDEIROS, 1996, p. 5). Quando propus descrever outras histórias de camponeses que não estavam na Revolta de Porecatu o intuito era descobrir se a violência no campo se perpetuou. A partir de fatos concretos é possível refletir que as raízes da violência no campo são comuns e que essa violência possui um *modus operandi* que perpassa limites geográficos e temporais.

É a contestação, individual ou coletiva, das formas de controle e dominação que demonstram um primeiro sinal para desencadear formas de violência mais diretas, como a agressão física (MEDEIROS, 1996, p. 5). Nesse ponto é possível lembrar o caso de Elídia Maria Conceição e José Benedito da Silva que, em 1970, foram brutalmente torturados quando reclamaram o pagamento de suas diárias trabalhadas.

Vê-se então que a violência imputada sobre os camponeses é parte integrante do padrão tradicional brasileiro de dominação histórica. Algumas das expressões da violência no meio rural podem ser observadas nos episódios de massacres indígenas, na escravidão negra e na subordinação dos homens “livres e pobres”. Nas situações de resistência coletiva, nas quais o exército e polícia são chamados para intervir, ampliam-se as situações de violência as quais são colocados os trabalhadores rurais. Medeiros (1996, p. 5) aponta que, no meio rural, o desencadeamento da violência está relacionado diretamente às iniciativas organizativas dos trabalhadores. É quando eles despontam na cena pública e demandam direitos e reconhecimento que a ira dos latifundiários é mais exacerbada. Quando os camponeses da região de Porecatu formaram as primeiras Associações de Lavradores e buscaram o reconhecimento dos seus direitos passaram a ser perseguidos de maneira mais brutal. Ao não assinarem contratos para deixar suas terras muitos foram presos, perseguidos, torturados e mortos.

Foi no final da década de 1940, quando houve um processo expressivo de organização dos camponeses, que as denúncias de violências praticadas pelos proprietários das fazendas se multiplicam. A continuidade dessas práticas violentas se naturalizou nos meios de comunicação, tendo inclusive apelos à violência, sem consequências sociais e jurídicas (MEDEIROS, 1996, p. 5, 6). Pondera-se aqui o papel que a imprensa de referência exerceu durante a Revolta de Porecatu: enquanto

desqualificava a luta dos camponeses tratava como natural as violências praticadas pela polícia, jagunços e latifundiários.

O exercício da violência pode ser um sinal da perda de poder. Quando os camponeses reivindicam seus direitos e se colocam na cena pública os proprietários de terras precisam aceitar um interlocutor onde antes só havia o controle absoluto. Nessas condições o latifúndio precisa reconhecer o “outro”, abrir espaço para negociação e colocar em risco seus privilégios. Disso derivam formas cruéis de violência e a necessidade de responsabilizar o outro pelo seu desencadeamento (MEDEIROS, 1996, p. 7). Segundo Hannah Arendt (2016, p. 35), “a violência aparece onde o poder esteja em perigo”.

O processo de organização dos trabalhadores, por mais molecular que seja, introduz uma clivagem nas relações de dominação vigentes, produzindo novas identidades, possibilitando o desvendamento de contradições antes encobertas pela fidelidade pessoal, permitindo a construção de interesses e demandas (MEDEIROS, 1996, p. 7).

A modernização acelerou o processo de expropriação dos trabalhadores rurais brasileiros. Mesmo que tenha havido o aparecimento de uma legislação que se propunha beneficiar os trabalhadores do campo, a modernização não foi além do processo produtivo. Foi capaz de reordenar relações sociais sem trazê-las para o mundo dos direitos. Por esse motivo as tensões sociais já existentes se acirraram por todo o país. Nesse conjunto de transformações proposto pela modernização a violência foi concomitante. A modernização na agricultura deu continuidade às antigas práticas marcadas pela interpretação entre esfera pública e privada. Com as relações sociais fora do mundo dos direitos houve um amplo espaço para a utilização e arbítrio da força (MEDEIROS, 1996, p. 8, 9).

Barreira (2000, p. 169) aponta que as práticas políticas violentas no campo incluem condutas que confundem o espaço público e privado. Reafirmam um “poder paralelo” que se reproduz dentro de espaços institucionalizados e também não institucionalizados. A história brasileira foi permeada por ações que mostram um quadro de resoluções de conflitos que escapam ao universo jurídico. No cenário político e social brasileiro a máxima da “justiça pelas próprias mãos” se perpetua por toda a história.

Para José de Souza Martins (1991, p. 17), no Brasil, o capitalismo articula a expropriação e exploração, processo que se mostrou separado na história clássica do capital. O mesmo grupo que utiliza técnicas sofisticadas na exploração do trabalho

operário utiliza também a violência do jagunço. Sobrepe o poder privado frente ao poder público e emprega todo tipo de ilegalidades para abrir e manter suas fazendas.

Em cada novo conflito por terras surgem novas manifestações de interpenetração entre o público e o privado. Esse aspecto pode ser observado no respaldo dado pelo Estado aos grandes proprietários de terras para desapropriação de posseiros e também no caráter tênue entre milícias privadas, formadas por jagunços e pistoleiros, e a polícia.

Se praticamente todos esses casos foram espaços de exercício da violência, quer das milícias privadas, quer policial, eles também revelaram o quando a emergência desses novos personagens na cena pública traz de renovador nas práticas tradicionais, na medida em que a cada momento atualizam a discussão sobre temas cruciais no debate político: - a questão fundiária – que, sem essa pressão, acaba por ser minimizada (MEDEIROS, 1996, p. 9).

O aparecimento de lideranças camponesas é um passo para a conquista da palavra e de germinação de novas concepções de mundo. Por esse motivo, a violência que atinge essas lideranças possui maiores requintes de crueldade. Destruir uma liderança é destruir um processo de produção de novas percepções. Quando são destruídas, seus mandantes não visavam acabar com uma pessoa particular, mas com um símbolo de resistência e a voz que porta uma utopia mobilizadora (MEDEIROS, 1996, p. 10). Essas considerações podem explicar o motivo pelo qual Francisco Bernardo dos Santos foi assassinado em praça pública – para que sua morte também representasse a morte de um símbolo de resistência. Se esse não fosse um fator determinante bastaria tê-lo assassinado assim que foi pego na tocaia ao retornar para o Paraná.

Na violência rural brasileira podemos perceber também uma disputa semântica para recobrir de legitimidade as práticas violentas – sempre em nome do direito da propriedade. Exemplo dessa disputa semântica está no uso das palavras “invasão” e “ocupação”. Quando se fala em invasão de terras a conotação é de desrespeito a um direito e por isso a força pode ser utilizada. Quando se fala em ocupação temos a ideia de entrada em terras não cultivadas, improdutivas, o que legitima essa iniciativa (MEDEIROS, 1996, p. 10). Quando os latifundiários afirmam que suas terras foram invadidas pelos camponeses acabam por reafirmar que a violência praticada contra eles é justa, sendo apenas uma consequência de seus atos.

A impunidade que permeia os episódios de violência no campo demonstra um comprometimento do Poder Judiciário com os interesses dos proprietários de terras. Esse comprometimento alimenta ainda mais as ações violentas e constrói uma expectativa de que não é possível resolver pendências fora das regras tradicionais (MEDEIROS, 1996,

p. 12). “A violência institucional ao ser produzida, direta ou indiretamente pelas instituições políticas e jurídicas do Estado, provoca o modo específico de reprodução social da violência estrutural do bloco de classes dominantes sobre o bloco de classes dominadas” (MANIGLIA, 2005, p. 6, 7).

A recorrência da violência no Brasil é um indicador de como nossa sociedade tem dificuldade de construir uma esfera pública que seja um espaço de aparição de homens e opiniões. Nesse sentido, os períodos de normalidade democrática mostram as fragilidades do sistema brasileiro e sua incapacidade de promover diálogos e negociações. Quando os interesses dos dominadores são ameaçados a alternativa é eliminar o outro, tentando destruir até mesmo fisicamente as possibilidades de oposição (MEDEIROS, 1996, p. 12, 13).

É possível perceber ainda que o meio rural brasileiro nunca apresentou a passividade que foi induzida no imaginário social pelas classes oligárquicas, passividade esta que se encontrava maquiada e ambicionava a sublimação de um povo oprimido (MANIGLIA, 2005, p. 2). Para Adriana Novais (2015, p. 44, 45) a violência no campo oculta uma relação histórica de opressão contra os camponeses às vezes dirigida pelas forças do Estado e às vezes dirigida por forças privadas, patrocinadas por grandes latifundiários.

Mantendo a tradição da sociedade colonial escravista o Brasil foi configurado por meio de um predomínio do espaço privado sobre o espaço público. Ainda, ao ter como centro a ordem familiar, a sociedade brasileira é fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos. As relações sociais e também intersubjetivas caracterizam-se por um superior que manda e um inferior que obedece. As diferenças e assimetrias se transformaram em desigualdades que reforçam a relação de mando e obediência. O “outro” não é reconhecido jamais como um sujeito de direitos, nem como portador de subjetividade ou alteridade. Isso ocasionou uma aceitação das desigualdades econômicas e sociais como naturais e inerentes, assim como naturalizou também as formas visíveis e invisíveis de violência (CHAUI, 1998, p. 38 e 40).

Essa forma de violência que mescla o público e o privado dificultou a responsabilização dos crimes e o processo de reparação dos camponeses e indígenas no Brasil. Esse aspecto de nossa história produziu silêncio e impunidade sobre crimes políticos e crimes sociais. Nesse sentido, o desafio que o Brasil precisa enfrentar é o de como garantir acesso à justiça, visto que o Estado não reconhece aqueles que sofreram

violências, uma vez que não há registros oficiais da violência sofrida, ou que esses registros se encontram bastante escondidos (NOVAIS, 2015, p. 45).

O uso da violência no campo por parte dos latifundiários não pode ser interpretado apenas como resultado de um estado impotente. É também a afirmação de um poder paralelo onde modernidade e arcaísmo coexistem. Nas sociedades onde o espaço público e privado não tem fronteiras, como na sociedade brasileira, a classe dominante forma suas raízes com práticas violentas nas resoluções de conflitos interpessoais e na manutenção do poder econômico e político, muitas vezes fora de uma base de legalidade (BARREIRA, 2000, p. 169, 170).

A vulgarização das ações que envolvem jagunços sempre foram acobertadas por uma auréola de legalidade, como uma defesa da propriedade privada. Essas ações representam um marco na escalada da violência no campo. Segundo a Anistia Internacional, quando a polícia é mobilizada contra as famílias trabalhadoras, utilizam-se de ordens para justificar a destruição da propriedade dos camponeses durante despejos (BARREIRA, 2000, p. 176).

Historicamente, indígenas, negros e camponeses sempre foram vítimas de ataque e destruição por resistiram à ordem vigente. A violência impetrada sobre eles ficou registrada na memória de uma parte da sociedade bem como na própria história dos sujeitos sociais que procuram reafirmar esses episódios e dar continuidade às suas próprias lutas. No Brasil existem/existiram dois processos principais de resistência territorial que se vinculam à violência no campo. O primeiro diz respeito a entrada ou retorno na terra/território, e o segundo a permanência na terra. “Ambos teriam como ponto central a luta por uma autonomia plena ou relativa em relação ao capital” (FELICIANO, s/d, p. 3 e 5).

Para Feliciano (s/d, p. 8) a retirada da vida de uma pessoa é o estágio mais brutal da violência. Mas esse processo possui pistas anteriores de sua possível concretização. Parte dos sujeitos que são assassinados já haviam sofrido ameaças ou tentativas de assassinato¹⁷⁵. Dessa forma é possível perceber que os sujeitos sociais no campo vivem sob ameaça constante em toda sua história de luta, mesmo quando não são assassinados muitos são presos, agredidos ou torturados. Quando os policiais foram até a casa de

¹⁷⁵ Nesse ponto podemos lembrar o filme “Cabra marcado para morrer”, de Eduardo Coutinho (1984). O próprio título da obra evidencia que João Pedro Teixeira, camponês assassinado em 1962, já era perseguido pelos latifundiários antes de sua morte.

Francisco o camponês decidiu fugir. Provavelmente essa fuga se deu pelo medo da morte. Neste episódio as pistas de que ele seria assassinado já estavam claras.

Além das práticas de violência contra a pessoa (como assassinatos, torturas e agressões) e contra sua forma de ocupação de território (como despejos e expulsões), é possível observar ainda a prática de violência na destruição de bens produzidos pelo trabalho dos camponeses, na forma de derrubada de suas casas e roças. O território, parcela ou sítio para esses trabalhadores segue uma lógica própria do campesinato e sua destruição interfere na organização da família e da sociedade camponesa (FELICIANO, s/d, p. 12, 13).

Embora seja possível observar que a sociedade brasileira foi construída com bases na violência, essa violência tem sido negada no nível ideológico. Acredita-se que no Brasil há uma índole pacífica, supostamente herdada dos portugueses, que teria promovido uma suave mistura de raças e uma sociedade harmônica. A história do Brasil mostra um quadro totalmente diferente onde existiu uma violenta repressão aos movimentos populares como o Quilombo dos Palmares, Canudos e Contestado (OLIVEN, 2010, p. 6).

Segundo Marilena Chauí (1998, p. 31 e 35) a sociedade brasileira possui um mito fundador: o da “não violência”. A violência aparece apenas como um ato esporádico mesmo que se encontre na raiz da estrutura social do Brasil, desde a família até as relações econômicas e políticas. Apresenta-se uma imagem de um Brasil com um povo generoso, alegre, sensual, solidário – um povo que desconhece o racismo, o sexismo e o machismo. Que respeita as diferenças étnicas, religiosas e políticas e que não discrimina pessoas por sua opção sexual.

Podemos nos perguntar como o mito da não violência persiste mesmo com o impacto da violência real, cotidiana, que é conhecida por todos e se amplia a cada dia. Para Chauí, é na maneira de interpretar a violência que o mito encontra mecanismos de conservação: graças a essa interpretação se admite a existência de uma violência empírica ao mesmo tempo que se nega a violência real produzida. Palavras como matança, massacre, tácita guerra civil e a falta de distinção entre delinquência e ação policial demonstram o lugar onde a violência se reproduz. A debilidade das instituições e a crise ética são apresentadas como impotentes para coibir a violência. Isso indica uma configuração de dois grupos, os portadores da violência e os impotentes para combatê-la (CHAUÍ, 1998, p. 36, 37).

Sendo assim, afirma-se que a nação brasileira não é violenta, e que se acaso houver violência ela é praticada por agentes que não pertencem à nação, mesmo que tenham nascido e vivido no Brasil. O mecanismo da exclusão produz uma diferença entre “nós brasileiros não violentos” e “outros brasileiros violentos”. É dessa forma que os brasileiros se apresentam como não violentos e, mesmo que haja violência, é acidental, um acontecimento passageiro que só ocorre em tempos e espaços definidos. Acontecimentos que são superáveis e não impactam na nossa natureza não violenta. A violência fica circunscrita no campo da delinquência, sendo o delito definido como um ataque à propriedade. Esse mecanismo permite determinar quem são os agentes violentos, que geralmente são os pobres, e legitimar a ação violenta da polícia contra pobres, negros, crianças de rua e marginalizados em geral. A violência policial é vista como normal e natural, uma vez que visa proteger os brasileiros não violentos dos violentos.

Graças a produção de máscaras os comportamentos violentos são dissimulados. O machismo, por exemplo, apresenta-se como uma proteção lógica frente a natural fragilidade feminina. O paternalismo branco é considerado um auxílio para a inferioridade natural dos negros. A repressão contra os homossexuais é vista como uma defesa dos valores da saúde e da família. A destruição do meio ambiente é vista como signo de progresso e civilização. Em linhas gerais, a violência não é percebida onde se origina, e reduz os sujeitos a uma “coisa”. A sociedade brasileira não admite que as próprias explicações que oferecem sobre a violência são violentas, pois se encontram cegas quanto ao lugar onde o efeito se produz, na estrutura da sociedade brasileira (CHAUÍ, 1998, p. 38).

A violência e tortura com que a polícia têm tratado as classes populares possui uma função política que visa contribuir e preservar a hegemonia das classes dominantes e assegurar uma ilusória participação da classe média nos ganhos da organização política (OLIVEN, 2010, p. 7). A desigualdade social no campo é evidenciada em vários episódios. A impunidade dos agentes das ações violentas também. Sendo assim, a violência contra a pessoa se apresenta como uma base das relações sociais no campo, e mostra uma realidade agrária na qual o suplício do corpo é permanente (BRUMER; SANTOS, 2006, p. 60, 61). Apesar dos inúmeros conflitos que ocorreram no meio rural do Brasil, esta situação não é considerada como uma questão legítima ou importante por boa parte da população brasileira (OLIVEN, 2010, p. 9, 10).

Para Brumer e Santos (2006, p. 61) a violência dos grandes proprietários e a parcialidade do Estado nos conflitos agrários indicam uma continuidade do processo de

dilaceramento da cidadania no campo. Porém, revelam também o vigor das lutas agrárias. Para as classes dominantes os grupos sociais que reivindicam a redistribuição da propriedade fundiária precisam ser punidos. A violência física aparece como um fator que recoloca o direito à vida como questão limite aos camponeses.

Dessa forma, a violência no campo se configura como uma violência difusa, de caráter social, político e simbólico, que envolve tanto a violência social como a violência política. É exercida com um alto grau de letalidade, muitas vezes contra alvos selecionados. O resultado disso é a carência do acesso ao Poder Judiciário para as populações rurais, que provoca uma descrença na eficácia da justiça para garantir direitos constitucionais, como o direito da função social da terra (BRUMER; SANTOS, 2006, p. 62, 63).

A violência – característica que se encontra na base dos processos do campesinato no Brasil – não se concretiza apenas como manifestações físicas, mas também por meio de decisões políticas e históricas. A exclusão do campesinato nos processos políticos e de reconhecimento também se configuram como uma forma de violência (CERQUEIRA; VIEIRA, 2018, p. 388). Quando Francisco viajou para o Rio de Janeiro pedir apoio aos deputados e ao próprio presidente Dutra não obteve nenhum tipo de ajuda, o que demonstra uma violência política, onde ele foi excluído e tratado como “outro”.

É necessário destacar que não podemos confundir a violência no campo com os conflitos agrários, que podem cometer atos de violência ou não. Também não podemos relegar aos movimentos do campo uma responsabilidade por ocasionar a violência. Antes disso, é necessário observar que os sujeitos sociais que integram movimentos sociais no campo são os mais acometidos por assassinatos, perseguições ou atentados à integridade física, social e mental (RIBEIRO; ANTUNES-ROCHA, 2016, p. 3).

Segundo Ribeiro e Antunes-Rocha (2016, p. 8 e 10) os povos do campo assumiram diferentes formas de vivenciar a violência. Essa resistência foi denominada por José de Souza Martins como “caminhada no chão da noite”. Ao longo da história brasileira é possível perceber uma capacidade de organização coletiva dos povos camponeses por meio de mutirões, celebrações religiosas e no enfrentamento coletivo contra latifundiários e polícia.

Outro fator importante que permite com que a violência se perpetue no Brasil é o fato de que a grande propriedade persiste como valor cultural e social não apenas para as classes dominantes, mas também para a sociedade em geral. Esse fator gera uma imensa significação simbólica a respeito do latifúndio. Ainda que em determinados países a lei

não se reduza aos aspectos de coerção ou privilégio, no Brasil a tradição legalista não dissocia direito do poder. As leis se apresentam como um substrato da dominação. Por esses motivos os movimentos camponeses buscam significar a criação e constituição de direitos (BRUNO, 1997, p. 10-12).

Étienne Balibar dedicou vários estudos a respeito da violência no cenário mundial que acredito serem de grande valia nesta discussão. Um dos aspectos apontados pelo autor é o da necessidade de compreender o uso e significado ambíguo da palavra alemã *Gewalt* que, segundo circunstâncias, é traduzida para o francês como violência, poder ou força, e muitas vezes de mostra intraduzível. O equívoco da *Gewalt*, que oscila entre poder e violência, demonstra um problema entre as forças exteriores e interiores das instituições ou dos aparatos da hegemonia histórica. Um poder social que seja absolutamente reconhecido e automaticamente obedecido se configura como uma contradição, por esse motivo nenhuma reflexão sobre violência histórica e social pode se limitar somente ao exame dos problemas sobre o poder, seja ele centralizado ou não (BALIBAR, 2008, p. 4, 5). Ao escrever sobre a violência, Hannah Arendt (2016, p. 22 e 33) aponta que nos debates sobre o fenômeno do poder é possível descobrir que existe um consenso entre teóricos da esquerda e da direita de que a violência é uma manifestação do poder. Dessa forma, o poder e a violência, embora se configurem como fenômenos distintos, apresentam-se unidos.

Mesmo assim, é possível observar que os problemas a respeito do poder estão no coração do que se chama de “economia da violência”. Para Balibar (2008, p. 5) há uma violência primeira do poder, uma contraviolência dirigida contra o poder e níveis de violência que não gravitam em torno do poder e contrapoder. Seguindo a lógica de Balibar é possível considerar as ações dos camponeses de Porecatu como uma contraviolência e as ações dos latifundiários como uma primeira violência do poder que visa sujeitar os homens e mulheres do campo.

Quando dizemos que certa violência é irracional, que escapa a lógica dos fins e dos meios, é porque temos um sentimento de que a violência escapa a lógica do poder e do contrapoder. Algumas vezes fazemos isso para tranquilizar-nos, outras por temer por nossas próprias vidas (BALIBAR, 2008, p. 5, 6). Todavia, observamos neste subcapítulo que a violência que atinge o meio rural brasileiro não é irracional e se encontra enraizada na sociedade desde o período colonial.

Como a palavra violência é múltipla, Balibar serve-se então do termo crueldade – termo que a fenomenologia da violência deveria incluir. Ao mesmo tempo em que há uma

relação entre poder e violência, também há uma relação entre violência e crueldade. Em linhas gerais a fenomenologia do poder implica numa dialética entre poder e contrapoder, Estado e revolução, ortodoxia e heresia, e que está cercada de atos violentos e relações violentas, com manifestação da crueldade (BALIBAR, 2008, p. 6).

Sendo assim, uma parte essencial do poder é compreender porque ele deve ser não apenas violento, mas também cruel e sádico. Outro fator que é possível observar diz respeito ao problema do direito: quando existe uma forma de violência legal e um direito de exercer a violência (BALIBAR, 2008, p. 6, 7). Dada a impunidade dos latifundiários, jagunços e da polícia, que assassinaram muitos camponeses durante a Revolta de Porecatu, é possível vislumbrar um direito no exercício da violência.

A destruição das atividades tradicionais, combinada com a dominação dos poderes financeiros se configuram como uma expressão da violência, formando homens indesejáveis – homens banais, desprovidos de utilidade, que devem ser exterminados. Dessa forma surgem perspectivas de eliminação e exterminação que não são apenas violentas, mas também cruéis (BALIBAR, 2008, p. 10). Acaso o poder fosse apenas violento não existiria motivo para que Francisco Bernardo dos Santos fosse torturado. A crueldade que perpassou seus últimos dias de vida visava um objetivo: demonstrar aos demais camponeses que, acaso também quisessem se rebelar contra o latifúndio, sofreriam consequências severas.

Balibar (2015, p. 47, 48) defende que a violência e a política também não são distintas. Para ele os seres humanos sempre estão imersos em relações de dependência com respeito a poderes e as autoridades. Isso faz com que sofram violência, ou passem a exercê-la. Essa condição só poderia ser superada dentro do sonho ou da utopia. Os “fins” da política sempre se apresentam como nobres e puros: prometem justiça e se opõem a violência. Porém, os “meios” implicam na possibilidade e na necessidade do uso da violência se pensarmos que a justiça não existe de modo espontâneo. Muitas vezes os meios se tornam os fins. Por esse motivo a violência e a política não se encontram separados, a não ser que imaginemos uma política sem poder, sem relações de força, sem desigualdade, sem interesses – uma política sem política.

A civilidade pode ser uma antítese possível da crueldade. Porém, quando alguém exerce o controle da violência não aparece mais como um contrário metafísico da mesma, mas como uma contradição móvel, um conflito em segundo plano que opõe duas tendências em relação a utilização da violência: a violência “civilizada” e a violência “bárbara” (BALIBAR, 2015, p. 48).

Quando buscamos definir as situações de extrema violência e o comportamento de suas vítimas percebe-se que o ponto importante é quando toda a solidariedade desaparece, quando toda esperança de auxílio é aniquilada. As políticas de violência extrema não estão destinadas apenas a aniquilar resistências e existências presentes, mas sim assegurar que no futuro, a recordação daqueles que padeceram e a possibilidade de seu renascimento também esteja aniquilada. Para aniquilar grupos humanos é necessário aniquilar também sua memória e a recordação do que foram (BALIBAR, 2015, p. 50, 51). O tema da Revolta de Porecatu é desconhecido por boa parte dos brasileiros, nas escolas fala-se muito sobre outras revoltas como Canudos e Contestado. Em relação a Revolta de Porecatu é possível perceber uma negação da memória, um aniquilamento de quem foram os camponeses que se rebelaram contra os desmandos do latifúndio. Enquanto o caso do camponês João Pedro Teixeira ganhou destaque a ponto de sua história virar filme, Francisco e outros camponeses da região de Porecatu caíram no esquecimento. No norte novo paranaense o latifúndio triunfou duas vezes: quando conteve a revolta e quando apagou seus membros da memória histórica brasileira.

Para Balibar o processo de transformação da violência em direito, a conversão da violência em instituição, que passa por vezes pelas mãos do Estado e priva seus “adversários” de fazer justiça com as próprias mãos, é na verdade um movimento de transformação do direito em violência (BALIBAR, 2015, p. 59). Essa reflexão expõe um quadro pessimista – mesmo que os camponeses consigam conquistar seus direitos continuarão emaranhados na teia da violência.

Respeitando que a violência pode ser múltipla e homogênea gostaria de destacar uma última consideração. Quando pensamos em violência podemos remeter a inúmeros episódios, desde uma discussão, um tapa ou um empurrão. Para compreender a real dimensão da violência e da crueldade, presentes no cenário rural brasileiro, é importante elencar casos concretos, observar com atenção os suplícios cometidos. A partir da tortura e assassinato de Francisco Bernardo dos Santos, e de outros que tiveram fins semelhantes, a violência ganha contornos mais específicos. Esses contornos são essenciais para se compreender como a sociedade brasileira se organiza frente às suas próprias contradições.

4.2 Sobre os discursos públicos e ocultos

Esta parte da dissertação visa discutir os impactos dos discursos públicos e ocultos no cenário rural brasileiro, mais especificamente durante a Revolta de Porecatu (1944-

1951). Para isso, farei um levantamento das principais reflexões e intuições teóricas de James Scott no livro *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos* relacionando com os aspectos que podem ser observados nas ações dos camponeses de Porecatu. Publicado originalmente em 1990, o livro surgiu como um desdobramento das pesquisas sobre a resistência dos camponeses malaios. Segundo Scott:

A minha ambição nasceu de um esforço prolongado para compreender a política de resistência dos camponeses malaios mais pobres às mudanças do sistema de produção do arroz, de que saíam sistematicamente prejudicados. Dado o poder das elites dos proprietários de terras e dos oficiais, a luta levada a cabo pelos pobres era necessariamente cautelosa. Em vez de se rebelarem abertamente ou de protestarem publicamente, adotaram uma via mais segura, que consistia em ataques anônimos a propriedades, na caça furtiva, na difamação e no esquívamento (SCOTT, 2013, p. 47).

Considerando que a elaboração dos conceitos de *discurso público* e *discurso oculto* se relacionam diretamente com o campesinato, acredito ser possível transpor esses conceitos para o cenário paranaense das décadas de 1940 e 1950 e ampliar as reflexões a respeito de Francisco Bernardo dos Santos e de outros camponeses vitimados pela violência e crueldade.

Primeiramente, para Scott, a representação que procede da civilidade não é um ponto interessante de ser analisado, mas sim a representação que foi imposta à grande maioria das pessoas – o comportamento público que é exigido dos subordinados em relações sociais complexas. Exemplos dessa representação são os comportamentos do trabalhador face ao patrão, do rendeiro face ao proprietário e do servo face ao senhor. Salvo algumas exceções, vê-se que os subordinados possuem um desejo de cair nas boas graças dos mais fortes, seja por prudência ou medo. Com isso, acabam por moldar seu comportamento público de acordo com o que esperam os poderosos (SCOTT, 2013, p. 28).

Para descrever esse tipo de comportamento Scott usa o termo *discurso público*: uma forma abreviada de designar relações explícitas entre dominados e dominadores. Entretanto, não podemos cometer o equívoco de acreditar que, a partir do *discurso público*, seja possível saber tudo o que se passa nas relações de poder (SCOTT, 2013, p. 28).

Muitas das ações que envolvem os discursos públicos demonstram um interesse de ambas as partes em forjar um tipo específico de distorção da realidade. Vê-se então que, quanto maior forem as desigualdades de poder entre dominadores e dominados e

quanto mais arbitrário e absoluto o poder é exercido, mais o discurso público assume formas estereotipadas e/ou ritualísticas (SCOTT, 2013, p. 28, 29).

Todavia, o discurso público se apresenta como um modelo de conduta que não leva em consideração a opinião individual dos subordinados. Os imperativos teatrais que prevalecem nas relações entre subordinados e dominadores criam um discurso público que visa atender ao jogo de aparências desejado pelos dominadores (SCOTT, 2013, p. 30).

Nunca será possível saber, com certeza absoluta, quão forçada ou imposta é uma teatralização. Talvez apenas se for possível dialogar diretamente com os protagonistas nos bastidores, fora do contexto onde arbitra o poder – ou que eles mesmos admitam estarem produzindo cenas que não são reais. Se não possuímos esses privilégios de espreitar os bastidores do cotidiano ou assistir uma ruptura brutal na representação, não há maneira de questionar a natureza das atuações que podem ser fingidas e muito convincentes (SCOTT, 2013, p. 31).

Além do discurso público, Scott também se serve de um segundo conceito – o de discurso oculto. O discurso oculto pode ser caracterizado pelos atos produzidos fora do campo de observação direta do poder. Contudo, as relações de poder não são tão lineares quanto parecem e por isso não é possível qualificar tudo o que é dito frente aos dominadores como falso e tudo que é dito longe dos mesmos como verdadeiro. Também não podemos cair na dicotomia de que um é o domínio da necessidade e o outro é o domínio da liberdade. Somente podemos inferir que o discurso oculto é produzido para um público diferente e sobre constrangimentos diferentes do discurso público. Ao analisar a discrepância entre os dois discursos é possível compreender o impacto que a dominação do poder exerce sobre os sujeitos em contextos históricos diferentes (SCOTT, 2013, p. 31, 32).

A respeito da Revolta de Porecatu, não é possível analisar o impacto da dominação do poder a partir das discrepâncias entre discurso público e oculto. Isso se dá pelo fato de não existirem fontes conhecidas, até hoje, sobre os discursos que permeavam o meio rural paranaense antes do desencadeamento da revolta. Os camponeses, ao não serem reconhecidos como cidadãos de direito, também não possuíam direito à preservação da memória.

Scott destaca ainda que há uma lógica por trás da dominação: aqueles que são obrigados a usar uma máscara para produzir seus discursos públicos, de certa maneira, acabam por descobrir que seus rostos se afeiçoaram à máscara que eles próprios criaram.

Assim como os dominados possuem suas razões para se esconder atrás de uma máscara frente aos desígnios do poder, os poderosos também possuem seus motivos para usar máscaras na frente de seus subordinados. Para as elites todas as ações que contrariam publicamente os princípios que justificam seu poder se tornam uma grande ameaça (SCOTT, 2013, p. 38, 39).

Se a ação não for apreendida pelo subordinado como uma escolha mais ou menos livre, é muito pouco provável que a máscara da representação possa afetar a verdadeira face do ator. E, se tal acontecer, há mais probabilidade que o rosto por detrás da máscara, por reação, se diferencia da máscara do que afeiçoe a ela. Dito de outro modo, quanto maiores forem as razões extrínsecas a comandar as nossas ações – e aqui as grandes ameaças e as grandes recompensas são fatores comparáveis – menos necessidade temos de encontrar razões satisfatórias para justificar a nossa conduta perante nós mesmos (SCOTT, 2013, p. 161).

Existe, entre as elites dominantes, uma tentativa de produzir locais de convivência exclusivos onde se sintam à vontade e possam se expressar. Há também uma tentativa em ritualizar o contato que possuem com os subordinados para que as máscaras de ambos os lados se mantenham no lugar. As elites evitam qualquer acontecimento indesejável que faça com que percam seu poder. Dessa forma é possível compreender que os grupos dominantes tem muito a esconder e construíram mecanismos para que consigam fazê-lo. O isolamento das elites é o que lhes proporciona um local onde podem relaxar das exigências formais das máscaras e minimizar o risco de uma familiaridade alimentar o desprezo dos subordinados ou contribuir para modificar a boa aparência construída dentro dos rituais forjados (SCOTT, 2013, p. 40, 41).

Feitas estas primeiras observações podemos constatar que quase todas as relações entre os subordinados e os dominadores representam o encontro do discurso público dos dominadores com o discurso público dos dominados. Por esse motivo, quando analisamos apenas relações formais e oficiais entre ambos os grupos podemos responder somente algumas perguntas a respeito do poder. Outras características não estão aparentes nesse tipo de investigação (SCOTT, 2013, p. 43).

Ao tratar sobre os discursos ocultos é necessário considerar três características principais que os definem. São elas: 1) o discurso oculto é sempre específico de um determinado espaço e conjunto de atores sociais, é elaborado por um público que automaticamente exclui outros públicos; 2) o discurso oculto não comporta apenas atos discursivos mas todo um conjunto de práticas; 3) a fronteira entre o discurso oculto e o

discurso público é sempre um lugar de conflitos entre dominadores e dominados (SCOTT, 2013, p. 43).

Sobre a segunda característica podemos elencar como exemplo dos conjuntos de práticas do discurso oculto o fato de que muitos camponeses, por não concordarem com o discurso público, praticam a caça furtiva, a fuga dos impostos e a simulação do trabalho. Em contrapartida, as práticas referentes às elites dominantes são os privilégios e luxos clandestinos, a contratação de criminosos, os subornos e falsificações de títulos de propriedade. Ambos os exemplos representam práticas contraditórias ao discurso público e são mantidas em segredo sempre que possível (SCOTT, 2013, p. 43).

A análise dos discursos ocultos, tanto dos poderosos quanto dos subordinados, pode contribuir para a construção de uma via de estudos que revele contradições e possibilidades e que desvende aspectos que vão além da aparente tranquilidade e acomodação frente as desigualdades e aos arbítrios do poder (SCOTT, 2013, p. 44). Trazendo estas reflexões para a Revolta de Porecatu, podemos observar claramente a utilização de milícias privadas (“contratação de criminosos”) por parte dos latifundiários como uma expressão de seu discurso oculto.

Salienta-se ainda que, salvo raras exceções, os discursos ocultos dos dominadores e dominados nunca se tocam diretamente. Cada grupo está familiarizado com os discursos produzidos pelo seu círculo, mas não com o discurso de outros:

É por isso que a análise política pode beneficiar de uma investigação que esteja em condições de comparar o discurso oculto dos grupos subordinados com o dos poderosos, e ambos os discursos ocultos com o discurso público comum. O segundo passo da comparação permitirá revelar o efeito da dominação na comunicação política (SCOTT, 2013, p. 44)

A Revolta de Porecatu se apresenta como uma dessas “raras exceções” apontadas por Scott. Com níveis de violência exacerbados os latifundiários descortinaram práticas que antes se mantinham ocultas. Os camponeses também passaram a expressar de maneira mais assertiva suas opiniões visto que o coletivo assegurava certo conforto para isso.

O discurso público se apresenta como um autorretrato das elites dominantes, um modelo de como elas gostariam de serem vistas. Como as elites possuem poder para impor teatralizações forçadas aos outros, o diálogo produzido no discurso público é bastante assimétrico. Porém, não devemos interpretar o discurso público apenas como um emaranhado de mentiras e falsidade. Trata-se de uma narrativa sectária e assimétrica,

concebida pra impressionar e naturalizar o poder das elites dominantes e tornar invisível os aspectos mais sórdidos da sua dominação (SCOTT, 2013, p. 48).

Entretanto, para que o discurso público tenha alguma força junto aos subordinados é necessário que nesse autorretrato das elites sejam feitas algumas concessões de interesses aos subjugados. Os governantes que aspiram uma certa hegemonia precisam encontrar razões ideológicas para convencer seus súditos de que sua gestão é exercida em nome dos mais fracos. Mesmo sendo uma narrativa tendenciosa, ela acaba por ecoar entre muitos dos subordinados (SCOTT, 2013, p. 48).

Existem, pelo menos, quatro tipos de discursos políticos entre os subordinados que variam conforme o grau de conformidade com o discurso público oficial. São eles: 1) aquele que adota uma imagem complacente das elites; 2) o discurso oculto propriamente dito, quando os subordinados se reúnem, longe do olhar do poder, e desenvolvem uma cultura política dissonante; 3) um discurso político que se encontra entre os dois primeiros e forma uma política de disfarce e anonimato que fica sob o olhar do discurso público mas é concebido para proteger a identidade de seus perpetuadores; 4) o discurso mais explosivo que resulta da ruptura entre o discurso público e oculto (SCOTT, 2013, p. 49).

Quando os camponeses da região de Porecatu formaram suas primeiras Associações de Lavradores, ainda em 1944, romperam com o discurso público e oculto. Em outras palavras, tornaram público o que antes era oculto. Ideias discutidas apenas entre a família e os amigos mais próximos se concretizaram em atos políticos que despontaram na cena rural brasileira. A ruptura entre os discursos feita pelos camponeses durante a Revolta de Porecatu também fez com que fossem reconhecidos como sujeitos portadores de suas próprias visões de mundo.

Para James Scott a linguagem pública dos grupos subordinados sempre possui uma versão esterilizada e codificada de seus discursos ocultos. Dessa forma “a auscultação das vozes e das práticas não hegemônicas dos grupos subordinados requer, creio, uma forma de análise substancialmente diferente da análise das elites, dadas as difíceis circunstâncias em que são produzidas” (SCOTT, 2013, p. 49).

Tratando especificamente sobre o quarto tipo de discurso político entre subordinados é necessário destacar alguns aspectos. Quando existe uma ruptura explosiva entre o discurso público e oculto também é o momento em que a oposição declarada provoca uma reação repressiva imediata ou, na ausência da reação, uma escalada de palavras e atos cada vez mais audaciosos (SCOTT, 2013, p. 50). Essa reflexão de Scott

pode explicar porque Francisco Bernardo dos Santos foi assassinado de maneira brutal, ou porque o Estado enviou um contingente tão grande de homens visando conter a Revolta de Porecatu, mesmo quando o número de camponeses que permaneciam com armas em punho era ínfimo.

Para evitar as reações repressivas os grupos subordinados formulam uma *infrapolítica* onde recorrem a meios de resistência mais discretos e formas indiretas de expressão. O termo *infrapolítica* se constitui como uma forma econômica de transmitir que estamos diante de uma dimensão discreta da luta política. Ela proporciona uma boa parte dos alicerces culturais e estruturais da política mais visível: aquela que tem mais atenção e é mais estudada (SCOTT, 2013, p. 50, 253, 254).

Como esta (a *infrapolítica*) é desenvolvida em pequenos grupos, individualmente ou, quando feita em maior escala, recorre ao anonimato da cultura folclórica ou a disfarces propriamente ditos, está perfeitamente talhada para escapar à vigilância. Não há líderes para encurralar, listas de associados para investigar, manifestos para denunciar, atividades públicas que atraiam as atenções (SCOTT, 2013, p. 274).

Dentro de contextos em que o poder é tirano as manifestações de rebeliões traduzem uma concepção limitada da vida política. É necessário se debruçar também sobre formas mais sutis de resistência para compreender contextos sociais mais diversos. Nem as formas sutis e cotidianas de resistência, nem as insurreições abertas ocasionais, podem ser compreendidas sem considerar a influência dos espaços sociais fechados onde os dois tipos de resistência são fomentados (SCOTT, 2013, p. 50, 51).

Em qualquer modelo de estratificação social podemos enxergar indícios que permitem identificar quem dá as ordens e quem as obedece. Qualquer que seja a posição do indivíduo dentro da sociedade ele usa de deferência com outro situado mais acima. A deferência se configura como uma consequência de um sistema de estratificação e não como causa desse sistema. Podemos compreendê-la como uma forma de interação social que ocorre quando autoridades tradicionais estão envolvidas. É um ato desempenhado quase automaticamente que pode resultar das reflexões sobre suas vantagens, de uma dissimulação efetiva, ou do desejo sincero de respeitar seus superiores. Uma das questões sobre a deferência é que seus rituais públicos podem ser altamente mecanizados e vazios. “No plano da vida cotidiana, é nos atos de deferência, subordinação e adulação que mais claramente se manifesta o impacto do poder (SCOTT, 2013, p. 55, 56, 61).

Os motivos por trás dos atos de deferência permanecem obscuros a não ser que o poder que os determina se esvazie ou que consigamos falar fora de cena, confidencialmente, com as pessoas que desejamos compreender. Sendo assim:

É sobretudo neste último domínio de relativa liberdade discursiva, fora do raio de audição dos detentores do poder, que o discurso oculto deve ser procurado. A disparidade entre o que aqui encontramos e o que é dito na presença do poder dá-nos uma medida aproximada daquilo que foi suprimido da comunicação determinada pelo poder. O discurso oculto constitui, por esta razão, o lugar privilegiado para o desenvolvimento de uma linguagem não hegemônica, contraveniente, dissidente, subversiva (SCOTT, 2013, p. 57).

Para Scott deter o poder significa, de certo modo, não precisar representar ou possuir a escolha ou possibilidade de ser mais negligente e informal em qualquer representação social particular. Porém, o teatro dos subordinados, exercido por meio de uma prática engenhosa, é um grande instrumento político. Por esse motivo formaríamos uma imagem distorcida se concebêssemos os subordinados apenas como impostores, que distribuem falsos sorrisos a todo o momento. Fazê-lo seria admitir que a representação é completamente determinada a partir de cima, menosprezando que os subordinados interpretam ações para seus próprios interesses. Um comportamento teatral pode ser visto, ao mesmo tempo, como uma imposição feita pelos detentores do poder e como uma engenhosa manipulação feia de deferência (SCOTT, 2013, p. 62 e 68).

Parece-nos bastante claro que um subordinado prudente tende a conformar o seu discurso e os seus gestos àquilo que sabe que dele se espera – mesmo que essa submissão mascare uma opinião muito diferente daquela que é revelada fora de cena. O que nem sempre é tão claro é que, em qualquer sistema de dominação estabelecido, o problema não se resume à dissimulação dos sentimentos e à produção dos adequados atos discursivos e gestuais no lugar deles. Trata-se, antes de mais, de controlar o que seria um impulso natural para a revolta, a agressividade, a raiva e a violência que esses sentimentos normalmente desencadeiam. Não existe nenhum sistema de dominação que não engendre a sua própria safra diária de atropelos e atentados à dignidade humana: apropriação do trabalho, humilhações públicas, fustigações, violações, bofetadas, assédio, desprezo (SCOTT, 2013, p. 71).

Podemos notar que a consequência mais cruel da submissão humana é transformar a busca por dignidade pessoal em risco de morte. A submissão encontra na supressão da raiva uma maneira de atender interesses próprios, se auto preservar e também proteger os entes queridos. Sem as sansões delimitadas pelo poder os subordinados poderiam ter o desejo de retribuir as humilhações que sentem na mesma moeda: um insulto com um insulto, uma chicotada com outra chicotada, etc. A voz negada aos subordinados no discurso público encontra lugar no discurso oculto, sendo este último um modo de

realização dos desejos. No mundo da fantasia dos grupos subordinados existe uma *schadenfreude*: uma alegria frente às desgraças dos outros. O que representa um desejo pelo acerto de contas e pelo dia em que os subjugados e os últimos serão os primeiros (SCOTT, 2013, p. 71, 72, 73 e 77).

Os detentores do poder percebem que as manifestações de subserviência escondem muitos aspectos além do que lhes é possível ver e ouvir – dificilmente se enganam com esses atos praticados pelos subordinados. As elites, muitas vezes, têm a sensação de que estão sendo enganados dentro do jogo social, mesmo que sejam elas que tenham estabelecido as regras desse jogo (SCOTT, 2013, p. 81).

Todas as relações de dominação são também relações de resistência visto que a dominação não se auto perpetua automaticamente. Na medida em que o uso do poder acaba por subtrair bens materiais e imateriais dos subordinados, necessita de um trabalho constante de consolidação e perpetuação. Por esse motivo se fazem tantas demonstrações e representações do poder. “Cada ordem, manifestação de respeito, hierarquização, organização cerimonial, castigo público ou uso de termos honoríficos ou derogatórios – é um gesto simbólico de dominação que serve para consolidar uma ordem hierárquica” (SCOTT, 2013, p. 83).

Quando Francisco Bernardo dos Santos foi amarrado em praça pública, tendo suas pernas quebradas, e quando por fim foi fuzilado, serviu como uma demonstração e representação do poder do latifúndio. Seu assassinato não foi um ato banal, nem visava somente eliminar uma pessoa indesejada, foi um ato que resultou da necessidade de consolidação do poder das elites dominantes na região de Porecatu.

Considerando que a persistência de um modelo de dominação é sempre problemática, fazendo com que surjam várias resistências, devemos também nos perguntar quantos espancamentos, execuções, subornos, alertas e concessões são necessários para manter o poder. Em linhas gerais, quantas demonstrações públicas de opulências são necessárias para que o poder se mantenha (SCOTT, 2013, p. 83). No caso de Porecatu não conseguimos, até hoje, delimitar um número aproximado de mortes, mas acredita-se que foram muitas.

As exibições e os rituais de poder se apresentam como uma alternativa ao uso da força. Transmitir uma imagem que ostente o poder pode contribuir para economizar e diminuir o uso da violência (SCOTT, 2013, p. 86, 87). Considerando esse aspecto apontado por James Scott, é possível inferir que o assassinato de Francisco serviu para

poupar outras vidas camponesas, já que esse ato reafirmou e exibiu o poder dos latifundiários.

Ainda sobre o discurso oculto dos subordinados é possível avistar que necessitam de um público, mesmo que excluam deliberadamente os membros das classes dominantes. Nenhuma prática do discurso oculto pode vir a existir sem que haja uma comunicação, explícita ou não, entre o grupo dos subordinados. Para que essa comunicação aconteça é necessário espaços sociais próprios. Para compreender o processo de desenvolvimento de uma resistência é necessário entender a criação destes espaços sociais. “Só especificando a forma como esses espaços são criados e defendidos é possível passarmos do sujeito da resistência – que não passa de uma ficção abstrata – à socialização das práticas e dos discursos de resistência” (SCOTT, 2013, p. 172).

As Associações de Lavradores, criadas durante a Revolta de Porecatu, são um exemplo de espaços sociais que visavam formular discursos próprios dos subordinados. Os mutirões entre famílias, as festas e celebrações religiosas também. Para que tenha havido o rompimento com o discurso oficial das elites, foi necessário que se construísse novos discursos longe das vistas do poder.

Os espaços sociais criados pelos subordinados não são um lugar neutro. Neles é possível desenvolver negações discursivas do poder dominante ao mesmo tempo que, eles próprios, se configuram como espaços de poder – servem para disciplinar e formular os mecanismos de resistência (SCOTT, 2013, p. 172).

A prova da importância dos espaços sociais autônomos, que acabam por acentuar o discurso oculto, é o grande esforço empregado pelas elites para acabar ou controlar esses espaços. Esses espaços não precisam ser necessariamente físicos, mas também se apresentam na forma de um dialeto e cultura próprios das classes subordinadas (SCOTT, 2013, p. 179). Desse modo:

Se imaginarmos, por hipótese, um sentimento inarticulado de revolta, então, temos de reconhecer que a expressão linguística dessa revolta lhe impõe, necessariamente, uma forma definida. Se essa revolta – agora linguisticamente definida – vier a tornar-se propriedade de um pequeno grupo, a sua definição resultará também das experiências partilhadas e das relações de poder existentes no seio desse pequeno grupo (SCOTT, 2013, p. 172).

Vale destacar ainda que um ponto essencial nas práticas de resistência diz respeito à solidariedade. Em qualquer subcultura de resistência ou contestação do poder vigente, bem como de seus costumes, existe uma grande solidariedade entre os subordinados (SCOTT, 2013, p. 173). Para Scott, quando existe uma solidariedade entre subordinados

existe também um certo grau de conflito. Os modos de turbulência social não se configuram como sintomas de desunião ou fraqueza, mas sim como sinais de uma violência ativa que ajuda a preservar uma unidade entre o grupo dos subordinados (SCOTT, 2013, p. 187). Quando Francisco Bernardo dos Santos fugiu para o Rio de Janeiro precisou contar com a solidariedade de outros camponeses. Se tivesse sido delatado durante sua fuga, seus dias de vida poderiam ter sido ainda mais curtos.

As formas de exprimir visões que discordam daquelas exigidas pelo poder acabam por perpetuar uma nova forma de cultura. Essa nova cultura visa responder a uma outra cultura oficial que antes colocava os subordinados em situações degradantes. O surgimento de uma nova configuração de visões de mundo também é necessária para a manutenção da vida dos subordinados e dos discursos ocultos (SCOTT, 2013, p. 222).

A expressão cultural das classes mais baixas tende, na grande maioria dos casos, a assumir uma forma oral, e não escrita. As tradições orais oferecem, quanto mais não seja pelo meio de transmissão, um tipo de reclusão, controle e mesmo anonimato que fazem delas instrumentos perfeitos para a resistência cultural. Para apreciarmos toda a carga de sentidos subversivos veiculados por canções tradicionais, contos populares, histórias cômicas e, claro está, por cantigas infantis ao estilo de “*Mother Goose*”, temos de nos debruçar um pouco sobre a estrutura das tradições orais (SCOTT, 2013, p. 225).

É possível interpretar como “cultura oficial” a tradição brasileira de sujeição dos homens pobres e livres do campo. Em contrapartida, como uma “nova cultura”, podemos pensar na agricultura familiar que vinha se desenvolvendo na região de Porecatu após a *Marcha para o Oeste*.

Ao observar a história de modo abrangente, nos mais distintos espaços temporais e geográficos, a possibilidade de exercer uma posição política aberta é algo muito raro e também muito recente. “A grande maioria das pessoas foi, e continua a ser, não cidadãos, mas súditos” (SCOTT, 2013, p. 273). Por esse motivo, quando os camponeses de Porecatu exerceram uma posição política aberta, também passaram a ser conhecidos e reconhecidos como cidadãos, mesmo que tenham sido cidadãos indesejados para o Estado.

Quando alguém se recusa publicamente a obedecer seus superiores, suas ações são interpretadas, automaticamente, como um desafio ao poder. As elites tendem a calcular as consequências que confrontações diretas podem ocasionar. “A recusa declarada de obedecer à atuação hegemônica é, portanto, uma forma de insubordinação particularmente perigosa (SCOTT, 2013, p. 278-280). Frente a qualquer perigo iminente as elites tendem a resolver com violência. Francisco não se sujeitou frente às expulsões

de terras ocasionadas pelo latifúndio. Chegou, até mesmo, a escrever para o presidente Dutra reclamando sobre a situação em que viviam os camponeses no norte do Paraná. Francisco desafiou o poder e se tornou uma ameaça para a conservação dos privilégios das elites. Estes podem ser alguns dos motivos que levaram ao seu assassinato.

Ao tratar sobre as guerrilhas e revoltas, Scott aponta:

Muitas vezes convém às elites dominantes tratar as guerrilhas ou insurretos como bandidos. Ao negar aos rebeldes o estatuto que estes ambicionam alcançar no discurso público, as autoridades procuram arrumar os seus atos numa categoria que minimize o desafio político que representam para o estado (SCOTT, 2013, p. 281)

Esse é outro aspecto que pode ser observado durante a Revolta de Porecatu. Ao passo em que o movimento dos trabalhadores rurais crescia, também crescia na imprensa de referência as ofensas contra esses trabalhadores que passaram a ser chamados de bandidos e demais sinônimos.

Analisando o que foi apontado acima sobre *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*, acredito ser possível interpretar o contexto em que vivia Francisco Bernardo dos Santos como um domínio político explosivo onde houve uma ruptura entre o discurso público e oculto, que provocou uma reação repressiva por parte dos dominadores.

Saliento ainda que “nem as formas quotidianas de resistência, nem as insurreições ocasionais podem ser entendidas sem ter em conta a influência dos espaços sociais fechados onde essa resistência pode ser fomentada e encontrar seu próprio sentido” (SCOTT, 2013, p. 51). Dessa forma, considero que os atos de resistência dos camponeses de Porecatu, inscritos no discurso público, vieram de um discurso oculto que já permeava suas vidas antes da revolta ser consolidada. Esse aspecto consolida também a visão de que a revolta se iniciou em 1944, quando foram criadas as primeiras Associações de Lavradores, e não em 1948, quando o Partido Comunista passa a dar assistência aos camponeses.

Por fim, quando ocorreu a primeira declaração do discurso oculto no formato de um discurso público os camponeses de Porecatu puderam dizer em voz alta o que antes era apenas sussurrado, reprimido e abafado. O resultado dessa ação foi violento, tumultuoso e frenético, mas não porque suas reivindicações não eram justas ou necessárias, mas porque raramente os oprimidos conseguem ascender à cena pública. Quando conseguem tem muito a dizer, e os camponeses de Porecatu realmente o tinham.

4.3 Sobre a imprensa comunista

Esta dissertação apresenta também o encerramento de um ciclo pessoal. A primeira vez que escrevi sobre Francisco foi em 2015. Na elaboração da minha monografia dei um grande enfoque para a imprensa comunista, para encerrar esse ciclo pessoal, encerro também a dissertação escrevendo sobre a imprensa.

Ao contrário dos outros subcapítulos e capítulos escritos anteriormente, que podem ser interpretados como pequenos artigos, esta parte da dissertação seguirá um formato mais livre, quase como um ensaio, em que colocarei alguns levantamentos que não estavam presentes em *A construção da imagem de Francisco Bernardo dos Santos nas páginas da imprensa comunista – um retrato entre a guerrilha armada de Porecatu e a atuação do PCB no Paraná (1950)*.

Considerando que a maior parte das fontes utilizadas que falam sobre Francisco provém da imprensa comunista, tenho como objetivo responder algumas perguntas sobre elas: Quem as produziu? Quando foram produzidas? Para quem foram produzidas? Por que foram produzidas?

Para tal, inicio a discussão com uma pequena contextualização histórica considerando o que foi dito por Mariani:

Trago, então, uma outra questão. Um discurso institucional não existe sem uma historicidade que o constituiu. Por esse motivo, acredito ser imprescindível percorrer a historicidade constitutiva da formação de uma instituição para melhor compreender sua produção discursiva. Afinal, linguagem e história constituem-se mutuamente (MARIANI, 1999, p. 50).

A Revolução Russa, de 1917, causou impactos no cenário social e político brasileiro. Quando os bolcheviques tomaram o poder muitos revolucionários passaram a vislumbrar uma saída semelhante para os problemas de seus países. No Brasil, onde antes não haviam nem mesmo partidos operários importantes, cresceu a luta sindical, principalmente com a atuação dos anarquistas (BARTZ, 2008, p. 11).

Ainda em 1919 começaram a surgir, no Brasil, organizações de cunho marxista que dariam origem ao PCB (COSENZA, 2012, p. 32). O Partido Comunista Brasileiro foi criado no dia 25 de março de 1922 por meio da 1ª Conferência Comunista do Brasil. Na época contava com apenas 73 filiados. No mesmo ano foi posto na ilegalidade – condição que enfrentaria muitas vezes durante sua trajetória.

Ao tratar sobre o surgimento do PCB, Brandão escreveu:

Nascido em 1922 na esteira da Revolução de Outubro, automeado “destacamento de exército nacional”, fora do Estado, a partir da junção de reduzido número de intelectuais e sindicalistas sem prévia experiência parlamentar e partidária, e leitor de Lênin e Stálin de preferência a Marx, o PC é um dos raros partidos nacionais, quase exclusivamente urbano, num país de predominância agrária, o único que sobreviveu tanto tempo minimamente organizado (BRANDÃO, 1997, p. 23, 24).

Brandão também acredita que, no Brasil, onde a atividade política sempre foi reservada para as elites e onde o Estado se transformou no seu verdadeiro partido, o PC é um dos raros que se configuram como atividade política enraizada na economia: uma paixão que é índice da entrada das massas na vida política (BRANDÃO, 1997, p. 26).

Considerando o PCB como uma instituição, sobre ele recaiu uma forte carga de controle social que servia para modelar as práticas sociais existentes (MARIANI, 1999, p. 48). Por isso, em 1925, três anos após a criação do PCB, o partido passa a produzir o jornal *A Classe Operária*, que funcionava como um órgão oficial do partido. Seus fundadores foram Octávio Brandão e Laura Brandão.

Após três meses, o jornal foi fechado pelo governo e voltou a circular em 1928, quando apoiava o Bloco Operário Camponês. Fechado novamente em 1929, retornou em 1930 com edições irregulares até 1945 (FERREIRA, 2013, p. 206).

Lénine (1977, p. 86), que inspirava os intelectuais do PCB, acreditava que um jornal precisa estar sempre sob o controle do partido e nunca acima dele. Por esse motivo o PCB se dedicou tão fervorosamente a elaborar periódicos para difundir suas ideias e visões de mundo. Segundo Soares:

Desde sua fundação, em 25 de março de 1922, o PCB se dedicou a elaborar periódicos que funcionassem como veículos de difusão de suas diretrizes políticas. Diversos foram os jornais e revistas comunistas a circular pelo país, ainda que, em função das perseguições políticas, suas periodicidades fossem incertas. A preocupação do PCB em manter uma imprensa popular – nome dado ao conjunto de periódicos produzidos pelos membros do partido – não era característica singular dos militantes brasileiros, mas tratava-se, inclusive, de uma diretriz advinda da primeira nação socialista – a URSS –, especificamente daquele que foi considerado seu grande líder, Lenin. (SOARES, 2011, p.76)

Os jornais produzidos pelo PCB seguiam a orientação da III Internacional Comunista, que visava difundir em todos os periódicos mensagens semelhantes, visando uma interpretação sobre os eventos sociais e históricos que se assemelhasse à visão socialista/comunista.

De acordo com a orientação III Internacional, os partidos comunistas afirmavam a necessidade de um rígido e amplo controle da direção da

organização sobre a imprensa, estratégia que visava garantir a veiculação de uma mesma mensagem, de uma mesma visão de mundo e interpretação dos eventos em toda a imprensa popular. Por isso, como destaca Carone, inclusive se criou o Serviço de Imprensa e Publicidade, que ficava sob a responsabilidade de um dos cinco membros titulares da Comissão Central Executiva do partido. Este serviço se destinava a dirigir, segundo o estatuto do PCB, —as publicações centrais do partido e controlar todas as demais publicações comunistas do país sejam de iniciativa coletiva ou individual não se admitindo de maneira alguma que a pretexto de autonomia se possam fazer quaisquer publicações contrárias a orientação política geral do Partido (SOARES, 2011, p. 78, 79).

Em 1927, em um pequeno período de legalidade, o PCB fundou o jornal *A Nação* que apresentava a criação oficial do BOC (Bloco Operário e Camponês). Entre 1927 e 1928 o BOC realizou 232 discursos que atingiram 8.600 pessoas (COSENZA, 2012, p. 33).

Na trilha de Lênin, os periódicos do PCB foram concebidos como meios de educação ideológica e de coesão interna, cabendo ao Comitê Central (CC) esboçar os planos de divulgação. Podemos resumir o modelo em três pressupostos: 1) Educar as massas para elevar o nível de consciência política; 2) Organizar os setores mais combativos da classe operária em torno do partido; 3) propagar a linha ideológica (MORAES, 1944, p. 63)

No ano de 1930, juntamente com o início da Era Vargas, o Partido Comunista Brasileiro se aliou oficialmente à Internacional Comunista fazendo crescer sua campanha contra o nazifascismo e o integralismo brasileiro. Cresceram também as pautas antilatifundiárias e de denúncia ao imperialismo.

Em 1935 foi criada a Lei de Segurança Nacional, que visava restringir as liberdades civis. O Partido comunista, que já se encontrava na ilegalidade, passou a fazer apelos cada vez mais recorrentes à luta armada e a insurreição. Esse ano marca um abandono das vias reformistas e busca por vias revolucionárias por parte dos integrantes do PC. Na época o partido possuía 6009 membros.

Em 1945, com a redemocratização, o Partido Comunista finalmente conseguiu se reestruturar e retornou para a retórica reformista. A vitória contra o nazifascismo durante a Segunda Guerra mundial também serviu para ampliar a influência do PC na sociedade brasileira que, desde muito cedo, tinha como pauta combater esses modelos de organização política. Nas eleições de 1945 o Partido Comunista elegeu como senador Luiz Carlos Prestes e mais 14 deputados federais. Dentre eles podemos reconhecer nomes que, mais tarde, ficaram conhecidos por sua luta contra a ditadura militar brasileira: Gregório Bezerra e Carlos Marighela. Segundo Brandão (1997, p. 52), “inserir-se na

política local, cultivar aliados, disputar eleições: tudo isso é interessante enquanto a Revolução não vem”.

Com a redemocratização a imprensa se tornou um fator decisivo para a ascensão do PCB. O partido presenciou uma fase áurea de sua história, com muitos intelectuais fazendo parte das redações de seus jornais e com exemplares se esgotando nas bancas (MORAES, 1994, p. 65)

Também em 1945 o general Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente do Brasil. Desde junho de 1942 Dutra expressava seu desconforto com um possível renascimento da propaganda comunista. Acreditava que, se servindo do pretexto da guerra e da luta contra o nazifascismo, os comunistas, reinfiltrados nos órgãos de imprensa se aproveitariam do relaxamento do regime para iniciarem outra Intentona Comunista, como a de 1935 (GONÇALVES, 2018, p. 121).

Para Brandão:

Os 9 por cento da votação nacional obtida pelos comunistas em 1946 eram, de fato, muito pouco diante da maioria absoluta obtida por Dutra, apoiado em toda parte pela máquina do Partido Social-Democrático e, sobretudo nos grandes centros, pelo fascínio popular de Getúlio. Talvez seja certo também que o prestígio eleitoral de Getúlio fosse dominante nos meios do operariado industrial. Contudo, não há dúvidas, a partir das pesquisas de Azis Simão sobre “O voto operário em São Paulo”, que os comunistas representavam-se aí como uma segunda força, capaz, senão de vencer, pelo menos manter a competição (BRANDÃO, s/d, p. 3).

Monteiro (2014, p. 98) aponta que as eleições de dezembro de 1945 e de janeiro de 1947 representaram umas das poucas eleições que o Partido Comunista pôde disputar com sua própria legenda, organizando campanhas eleitorais antes proibidas pela condição de ilegalidade. Para Gonçalves (2018, p. 140), “se fossemos ‘batizar’ o regime político saído das eleições de dezembro de 1945, poderíamos chama-lo de, e às vezes forçosamente, democracia limitada ou semidemocracia”.

No período da reorganização, que começou em 1945, o Partido Comunista possuía oito jornais, uma agência de notícias (Interpress), inúmeras revistas, duas editoras e um serviço de cine-jornal (CAMURÇA, 1998, p. 74). Esses dados demonstram o quanto a comunicação era um aspecto importante para a constituição do partido.

Entre partidos e organizações de esquerda tornou-se tradição publicar jornais que se tornassem porta-voz de suas orientações políticas. Por meio de um veículo de comunicação, o partido expressava a linha política adotada, veiculava mensagens enaltecedoras de si mesmo, desqualificava os inimigos, mobilizava a militância, publicava notícias sobre o movimento revolucionário, esforçava-se para

arregimentar novos filiados e adeptos, entre outras atividades (FERREIRA, 2013, p. 205, 206).

Em 1946 o partido alcançou a marca de 180.000 membros. Em maio de 1947 a aparente tranquilidade que vivia o partido acabou quando foi cassado por decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Nesta época o partido possuía 200 mil filiados. Seguindo o modelo de outros PC's na América Latina, o Partido Comunista Brasileiro adota, mais uma vez, uma retórica revolucionária.

Até 1945 a esquerda conta pouco; sua história é descontínua, não consolida nenhum grupo dirigente, não dá origem a nenhuma instituição, a nenhuma ação permanente e prolongada; falar em partido é claramente, como diz Maria Hermínia, um abuso de linguagem. Entre 1945 e 1947 o PC é mais um movimento do que um partido; a ele adere quase toda a intelectualidade mudancista (BRANDÃO, 1997, p. 155, 156).

Para Gonçalves (2018, p. 22, 23), o período entre 1945 e 1947 foi caracterizado por um contraste onde havia o recrudescimento do anticomunismo enquanto setores da sociedade estavam se organizando em torno de pautas democráticas.

É possível observar ressonâncias entre as linhas políticas do PCB e os seus jornais. Quando estavam disputando as eleições de 1945, no momento da linha política de “união nacional”, os jornais possuíam discursos moderados. Apregoavam que os problemas sociais poderiam ser resolvidos por meios “pacíficos e democráticos” (RIBEIRO, 2012, p. 165). Conseqüentemente, quando não podiam mais disputar as eleições, seus discursos se tornaram mais radicais e revolucionários.

Considerando as ideias do marxismo-leninismo os jornais possuíam três objetivos principais. São eles: educar, esclarecer e organizar. Para Lénine (1977, p. 92) um jornal não é apenas um veículo propagandista e um agitador coletivo, mas sim um organizador coletivo. Um jornal pode ser comparado aos andaimes que levantam um edifício e facilitam a comunicação entre seus construtores.

Dessa forma, os jornais se apresentam como espaços de convencimento político, um meio de consolidação de certezas que o partido gostaria de compartilhar e reiterar. Configuravam-se como veículos para divulgação das ideias comunistas transmitidas por uma linguagem de fácil compreensão para o público leitor:

Falar às classes oprimidas em sua própria língua era um dos maiores objetivos dos jornais elaborados a partir da teoria marxista-leninista, o que lhes conferia um caráter pedagógico. Para que os leitores fossem instruídos, portanto, tornava-se primordial adotar uma linguagem acessível à maioria (SOARES, 2011, p. 76)

A relação entre política e jornalismo sempre esteve presente dentro da experiência democrática. Os jornais comunistas e também os da imprensa de referência veiculavam em suas páginas representações político-ideológicas, juntamente com uma série de imaginários sociais. Ambos tinham como objetivo conseguir a atenção do leitor e construir interesses em comum em torno de suas visões de mundo (RIBEIRO, 2012, p. 146). Segundo Ansart:

Cada momento da vida política é marcado pela difusão de múltiplas mensagens, que visam influenciar os vínculos e as repugnâncias, as esperanças e os temores, os sentimentos positivos e negativos em relação a objetivos, instituições ou heróis da cena política. Todo jornal, seja de informação ou de opinião, participa da gestão desses sentimentos, produz informações que objetivam provocar o interesse, a desconfiança ou a indignação. Da mesma forma, os historiadores da vida política não cessam de mostrar que toda situação é acompanhada, em diferentes ambientes sociais, de atitudes afetivas diversas, homogêneas ou conflituosas (ANSART, 2019, p. 11)

Para Ribeiro (2012, p. 178) é possível perceber um par antagonístico no caráter discursivo e informativo da imprensa comunista: de um lado o socialismo, que representa o progresso, democracia, independência nacional e paz, de outro o capitalismo, que representa os traidores da nação, os burgueses e a guerra. No entanto, aqueles que estavam do lado do PCB eram considerados “burgueses e intelectuais progressistas”, “honestos e consequentes democratas”.

Dênis de Moraes (1994, p. 22, 25, 50) aponta que os meios de comunicação de massa não são apenas máquinas de informação. As mutações culturais, políticas e econômicas fizeram da mídia um dispositivo tecnológico que visa construir hegemonias. Sendo assim, “não há conhecimento neutro, pois ele sempre traduz a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a formação social num discurso próprio”. A mídia comunista não difere das demais, também busca reelaborar o mundo em razão de seus imperativos político-ideológicos.

A mídia se apresenta como um interlocutor que se introduz na negociação e apresenta suas próprias pretensões. Para isso se utiliza do imaginário social, que é composto por relações imagéticas que atuam como memória afetiva. O imaginário social pode ser considerado o substrato ideológico mantido pela comunidade, é uma produção coletiva onde se deposita a memória que os grupos recolhem de seus contatos com o cotidiano. Nesse imaginário social existem diferentes percepções dos atores sobre si mesmos e também sobre os outros dentro da coletividade. O imaginário social se expressa por ideologias e utopias, por símbolos, alegorias, rituais e mitos. Esses elementos

plasmam visões de mundo e modelam as condutas de vida que visam a preservação da ordem ou a promoção de mudanças. Sendo assim, o imaginário não é apenas uma cópia do real, ele agencia sentidos (MORAES, p. 28, 38, 39).

Nas tensões sociais podemos perceber um campo de batalhas ideológicas que buscam a hegemonia cultural. A imprensa comunista integra um desses aparelhos de hegemonia. A meta dos partidos comunistas é articular os segmentos sociais e conquistar a revolução, para que isso seja possível é necessário agregar nas suas mensagens um público alvo: militantes, simpatizantes e classes populares. Os jornais comunistas são aparatos que buscam um consenso em torno da ideologia partidária, lembrando que a imprensa comunista não é um partido político, mas se comporta como tal, já que expressa programas ideológicos (MORAES, 1994, p. 41, 45, 47). Para Moraes:

A imprensa do PCB almeja seduzir o olhar do outro com as cintilações do seu próprio olhar. Os discursos desenvolvem processos singulares de significação para predispor os receptores à aplicação das diretrizes partidárias. O militante, acatando e reverberando o modelo, constitui-se, nascivamente, à imagem da organização. Embora, como sujeito individual, possa manifestar pontos de vista, é num âmbito exterior à sua consciência (o partido) que germinam as ideias que ele reconhece como indispensáveis ao “estar-no-mundo” (MORAES, 1994, p. 49).

No cenário regional paranaense foi possível observar a existência de atividades comunistas desde os fins da década de 1920 ou início de 1930. Porém, apenas por volta de 1945 o partido aparece em fontes oficiais (CODATO; KIELLER, 2008, p. 28). Neste Estado, assim como em várias localidades do mundo, o crescimento do Partido Comunista seguiu os caminhos da malha ferroviária e se perpetrou também nos interiores.

Em 1948, em acordo com sua retórica revolucionária, o Partido Comunista chegou na região de Porecatu não apenas para prestar assistência aos camponeses resistentes, mas também para tentar deflagrar um movimento de massas, visando a conquista do poder. Segundo Aued (1981, p. 9) a preocupação do PCB com o Brasil agrário remonta 1924 quando Otávio Brandão produziu a obra *Agrarismo e Industrialismo*. Apesar das críticas, as teses defendidas por Brandão foram defendidas por um certo período de tempo nos quadros do PCB. A imprensa comunista é uma fonte fundamental para apreender suas visões de mundo, principalmente no que se refere ao campesinato e ao meio rural. A partir dos jornais podemos perceber as representações do partido acerca dos camponeses e dos latifundiários, visões que a organização esperava que fossem compartilhadas entre seus quadros (SOARES, 2011, p. 79).

Tratando especificamente sobre os jornais *Voz Operária* e *Imprensa Popular*, de onde muitas fontes para esse trabalho foram retiradas, é necessário expor algumas informações.

O jornal *Voz Operária* foi publicado como órgão oficial do PCB durante dez anos, entre 1949 e 1959, não possuía uma periodicidade definida, mas circulava por vários estados. Seu conselho editorial foi composto, entre outras pessoas, por Waldir Duarte, Astrojildo Pereira, Pedro Pomar e João Amazonas. Em 1959 foi substituído pelo jornal *Novos Rumos*.

O jornal *Imprensa Popular* surgiu em 1948, no Rio de Janeiro, com periodicidade diária. Substituiu o jornal *Tribuna Popular*, que circulou entre 1947 e 1948. O *Imprensa Popular* buscava manter um formato tradicional e possuía, até mesmo, colunas esportivas. Dentre seus editores podemos destacar Carlos Drummond de Andrade, Pedro Mota Lima, Alvaro Moreira, Pedro Ventura e Felipe de Araújo Pomar. O jornal ficou conhecido por suas duras críticas à política agrária de Getúlio Vargas (SOARES, 2011, p. 81).

Através desses jornais operários – *Imprensa Popular*, *Novos Rumos*, *Voz Operária* e *A Classe Operária* –, os quais não se destinavam especificamente aos trabalhadores rurais, encontramos tentativas dos militantes de sistematizar o conhecimento sobre as diversas classes sociais que habitavam o campo, como forma de permitir aos trabalhadores urbanos conhecer a realidade dos homens dos sertões. Dessa forma, os comunistas acreditavam poder conduzir ou acelerar a formação da aliança operário-camponesa e, sobretudo, acelerar a eclosão da revolução brasileira (SOARES, 2011, p.82).

Apesar dos jornais noticiarem os conflitos camponeses da resistência de Porecatu, a retórica socialista/comunista não foi capaz de seduzir os posseiros da região. Os camponeses chegaram, até mesmo, a dar declarações de que nem sabiam o que era o comunismo e só queriam a ajuda de Vargas para conseguir a legalização de suas terras.

Mesmo assim, contrariando a recusa dos camponeses à um projeto de poder, os mesmos foram classificados e perseguidos como comunistas. A chegada do partido propiciou o acesso a armamentos e táticas de guerrilha ao mesmo tempo que colocou os posseiros, que só possuíam um projeto utópico, dentro de uma disputa ideológica entre esquerda e direita.

Para Gonçalves (2018, p. 18) “todo produto cultural pode ancorar a emissão de mensagens políticas, sejam distintas ou confundidas, com outras mensagens, sejam elas artísticas, religiosas ou filosóficas”. Por isso, o ator político usa estratégias que dramatizam o político. Ele administra a montagem do cenário, organiza o figurino, distribui os papéis coadjuvantes e conclama a audiência pra fundar uma relação catártica.

Nesse sentido, os camponeses foram organizados como comunistas e sofreram as consequências dessa classificação.

Existe uma lógica na encenação da mídia: todos os fatos reproduzidos são simulacros do real, são uma representação como performance, estilizando o cotidiano. A imprensa é responsável por criar o que Umberto Eco chama de “simulacros de enunciação”, que são uma rede de ficções a serviço de efeitos de verdade. Dessa forma não está em questão a validade do enunciado, mas a verdade da enunciação em relação a sua cota de verossimilhança (MORAES, 1994, p. 51, 52). Francisco Bernardo dos Santos foi representado na imprensa comunista como um herói, um mártir da luta camponesa.

Após sua morte e a comoção que gerou entre os posseiros sua figura passou a ser exaltada, Francisco Bernardo dos Santos sai da categoria de um simples camponês para se tornar um herói, um líder. Suas ideias, difundidas pela imprensa comunista, assemelhavam-se aos manifestos e declarações do PCB. Por esse motivo podemos inferir que o partido utilizou-se de sua figura com o intuito de se aproximar dos camponeses e das demais classes trabalhadoras, as quais afirmava ser um porta-voz (GONZAGA, 2016, p. 48).

Motta (2013, p. 23) aponta que o heroísmo no limite do martírio era o que o PCB esperava dos seus membros. Esses valores eram constantemente reiterados nos jornais. O *Voz Operária* possuía inclusive uma coluna intitulada “Heróis e Mártires do PCB” que continha vários modelos heroicos de militantes, mortos em confronto com a polícia ou jagunços.

Francisco Bernardo dos Santos nunca apareceu nesta coluna específica, mas a lógica das notícias sobre ele permanece semelhante. Francisco foi, por diversas vezes, utilizado pelo PCB como exemplo de camponês a ser seguido ao mesmo tempo em que servia ao partido para angariar fundos e novos membros. Durante minha monografia pude perceber que:

Quando os heróis que nos são colocados se apresentam com determinadas ideologias – no caso dos heróis criados pelo PCB a ideologia comunista – ajudam também a criar mecanismos para que busquemos os mesmos objetivos. É, de certa forma, uma estratégia onde os verdadeiros “criadores” das ideologias são mascarados, o que beneficia a aproximação de outros segmentos sociais para seu lado na disputa política (GONZAGA, 2016, p. 47).

Refletindo a respeito dos cultos em torno de Stalin e Prestes, podemos perceber um fascínio pelo líder por meio da propagação de modelos míticos capazes de despertar fantasias, desejos e adesões automáticas. Por esse motivo era importante construir uma imagem de líder local para a Revolta de Porecatu: “os camponeses, que não se viam como

comunistas, necessitavam de um símbolo mais próximo, um indivíduo que espelhasse suas próprias vidas e os instigassem a se unir em torno de uma causa” (GONZAGA, 2016, P. 46).

Nas páginas da imprensa comunista Francisco Bernardo dos Santos também é visto como um herói, resguardadas as devidas proporções. Podemos ler as frases: “o fuzilamento do herói Francisco Bernardo”; “filho do herói Francisco Bernardo”; “o heroico camponês Francisco Bernardo foi trucidado pela polícia”. Mesmo num culto menor a sua personalidade o PCB também tratou de formular em torno de Francisco a figura do herói do povo, nesse caso especificamente, herói dos camponeses (GONZAGA, 2016, p. 44, 45).

Além das representações dos heróis, o PCB também dedicava lugar importante para representar seus inimigos políticos: o burguês, o capitalista, o aristocrata, o latifundiário, o padre, Tio Sam, o policial, o fascista, o traidor, o espião, etc. Sempre em tons superlativos e caricatos (MOTTA, 2013, p. 24). Geremia Lunardelli, bem como outros membros de sua família, foram representados de forma caricata na imprensa do PCB, sempre em dicotomia aos camponeses que seriam exemplos de cidadãos e trabalhadores.

Outro ponto importante a ser destacado é o fato de que o PC levou pra a região de Porecatu toda a campanha anticomunista que se desenvolvia durante a Guerra Fria. Era clara a posição do PCB aos apoiadores dos EUA e de Dutra, e era clara a posição anticomunista do presidente. Reitero aqui uma das conclusões de minha monografia: o PCB não foi responsável direto pela morte de Francisco Bernardo dos Santos, vários camponeses foram assassinados no Brasil sem nenhum envolvimento com o Partido Comunista. Porém, a chegada do partido na região recrudescer a ação policial e a perseguição contra os posseiros. Isso pode explicar porque, mesmo quando a Revolta de Porecatu estava quase acabando, ainda foram enviados agentes do DOPS para perseguir e conter camponeses.

No início deste subcapítulo foram elencadas quatro perguntas iniciais sobre as fontes que pretendo responder de maneira objetiva: Quem as produziu? Quando foram produzidas? Para quem foram produzidas? Por que foram produzidas?

1) Quem as produziu? A imprensa comunista, vinculada ao PCB, especificamente os jornais *Voz Operária* e *Imprensa Popular*.

2) Quando foram produzidas? As reportagens sobre Francisco datam do ano de 1950. Algumas poucas foram publicadas antes de sua morte. Depois desse acontecimento cresceram o número de publicações que envolviam o camponês.

3) Para quem foram produzidas? Para todos os militantes e simpatizantes do PCB. Também visavam a classe operária, numa tentativa de união entre operários e camponeses e, por fim, para os posseiros, um grupo que o partido buscava se aproximar cada vez mais.

4) Por que foram produzidas? Para disseminar as ideologias do PCB e angariar um número maior de filiados e simpatizantes.

Dessa forma, como podemos delimitar as margens de fontes que possuem anseios tão próprios? Talvez a resposta não seja simples e talvez nenhuma resposta seja satisfatória. Se acaso houvessem fontes oficiais sobre Francisco, se existissem diários que contem sua trajetória por outros olhos, se fosse possível encontrar membros da sua família que pudessem recontar suas memórias, então seria possível delimitar o quanto de simulação do real existe nas páginas da imprensa comunista. Como essas hipóteses são inalcançáveis no presente momento, me limitei a deixar de lado os adjetivos da imprensa comunista e tudo que parecesse emparelhar em demasia com a sua ideologia. Busquei o caminho da “neutralidade” para que a história de Francisco pudesse ser contada, mesmo que delegada ao esquecimento nas fontes oficiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, é possível observar que os acontecimentos políticos rurais brasileiros foram responsáveis por remodelar visões de mundo e interferir na organização da sociedade. Desde a resistência indígena, passando pela resistência dos escravos africanos e chegando à luta dos trabalhadores livres e pobres, o campesinato permanece ativo no combate por seus direitos. Mesmo que os camponeses sejam excluídos do campo da política, suas ações demonstram que há muito tempo interferem nas decisões do país.

Foi nessa exclusão que os partidos políticos descobriram os camponeses, quase como estranhos que chegam ao debate político. Essa exclusão ideológica é tão profunda no Brasil que muitos acontecimentos políticos de nossa história, que tiveram a participação de trabalhadores rurais, são desconhecidos pela maioria da população. A polarização entre proletariado e burguesia acabou deixando pouca margem para se trabalhar com a história dos camponeses, levando os mesmos a serem uma categoria esquecida nas classes polares do capitalismo.

Cada vez mais os historiadores têm se interessado pelo que estava oculto, ignorado ou deixado de lado. É nesse sentido que esta dissertação foi construída: para dar protagonismo aos camponeses da Revolta de Porecatu, na figura principal de Francisco Bernardo dos Santos, que foram deixados de lado em tantas pesquisas que dão ênfase para o Partido Comunista. Destaco que Francisco, assim como todos os camponeses que aparecem neste trabalho, não é um dado numa pesquisa histórica. Francisco é uma pessoa com família, sonhos e anseios.

Por meio de pistas infinitesimais e indícios comecei a reconstruir os fatos que levaram Francisco a ser assassinato. Por meio de pequenas notas nos jornais, ou menções a sua figura em biografias foi possível descobrir elementos sobre a vida e morte desse camponês que se encontrava descrito com alguma ênfase apenas nas páginas da imprensa comunista.

Apesar de existirem poucas fontes sobre a vida dos camponeses, seus modos de sociabilidade e suas relações pessoais é possível encontrar vários documentos que relatam mortes brutais e episódios de violência. Esse fato comprova que a violência é uma constante entre os homens e mulheres do campo e suas vidas sempre perpassam esse aspecto cruel.

Avaliando que a micro-história busca uma descrição mais realista do comportamento humano e reconhece uma relativa liberdade do homem no mundo, mesmo que limitado a sistemas normativos e opressivos, pude perceber que Francisco foi agente

de sua própria história e não apenas uma pessoa levada pelas circunstâncias. Ele escolheu migrar para o Paraná em busca de uma vida melhor, decidiu fugir quando a polícia invadiu sua casa, fez todo o possível para obter ajuda de autoridades políticas na defesa de suas terras. Francisco estava dentro de um sistema opressivo, que é comum do latifúndio, mas também teve certa mobilidade durante sua trajetória.

A partir da micro-história foi possível observar que uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento e que não significa apenas diminuir o tamanho do objeto no visor, mas sim modificar a sua forma. Ao analisar a história de Francisco foi possível descobrir que o Partido Comunista não era um “tutor” dos camponeses. Os camponeses foram agentes de sua revolta, organizaram Associações de Lavradores quatro anos antes da chegada do partido na região. Em resumo: a Revolta de Porecatu nunca foi do Partido Comunista, sempre foi dos camponeses que a compunham.

Considerando que, na micro-história, não podemos utilizar elementos individuais como ampla generalização, ao mesmo tempo em que não se rejeita as mais variadas formas de abstração foi possível perceber que os fatos “insignificantes” sobre a morte de Francisco revelam também um contexto macro. Ao fazer um levantamento sobre casos de tortura e assassinato no campo foi possível observar um certo *modus operandi* da violência dos latifundiários em relação aos camponeses.

Sendo assim, a micro-história se apresenta como ferramenta essencial para enriquecer o debate a respeito da Revolta de Porecatu. Esse instrumental teórico-metodológico faz com que as variáveis sociais se tornem mais móveis e numerosas.

Nesse sentido, busquei destacar o quanto a micro-história pode ser uma ferramenta para discussão e ampliação das questões referentes ao campesinato. Em relação a essa metodologia acredito ser necessário destacar, mais uma vez, a necessidade de compreender que todas as fases de uma pesquisa são construídas e não dadas. Assim foi meu caminho para chegar até aqui, construído.

Menocchio pode ter sido uma inspiração para a escrita, mas Francisco é o personagem que aqui habita. Foi a partir dele que a ideia de diminuir a escala de observação surgiu. Sua história ressaltou dos papéis tantas vezes que foi confortador encontrar uma metodologia que pudesse fazer com que sua história fosse trabalhada.

É fato que, assim como Ginzburg com Menocchio, só me foi possível tangenciar Francisco. Porém, mesmo que suas informações sejam escassas, dispersas, que passaram por muitos filtros deformadores, defendo que é necessário contar a história desses homens

do campo. Deixá-los no esquecimento significa apagar sua importância no contexto social.

Francisco poderia ser uma nota de rodapé. Mas aqui ganha contornos de personagem principal. É imprescindível colocarmos, cada vez mais, esses personagens em destaque. Enquanto não revelarmos as faces do latifúndio no seu lado mais cruel, continuaremos a viver sob a redoma da falsa sensação de progresso.

A partir de Francisco foi possível observar muitas questões macro históricas. As Ligas Camponesas, tão conhecidas no Nordeste, tem raízes também no Paraná. O próprio Francisco veio do Nordeste, significando que há uma troca de conhecimentos sobre a luta camponesa que segue a migração dos trabalhadores rurais por todo o Brasil.

Ao trabalhar com o estudo das paixões políticas foi possível perceber que Francisco não defendeu suas terras apenas pelo valor econômico que possuíam, mas também defendia suas paixões e agia de acordo com medos, ódios e amores. Ao refletir se existe um caráter coletivo dos afetos, considerando que os membros de uma mesma classe compartilham paixões em comum, foi possível levantar interpretar que as vivências que perpassam a vida dos camponeses brasileiros – principalmente as vidas marcadas pela violência – são marcadas pelos mesmos ódios, amores e medos. Outro aspecto importante que foi possível ser observado através do estudo das paixões políticas foi a perseguição contra os camponeses letrados. A tomada do verbo, visto como uma ameaça para o latifúndio, despertou ódios e levou muitos homens e mulheres do campo para situações de vulnerabilidade e violência.

Dessa forma, enquanto a micro-história permitiu diminuir a escala de observação, o estudo das paixões políticas permitiu ampliar a escala de observação e constatar alguns aspectos macro historiográficos sobre a vida dos camponeses brasileiros que se estendem além da Revolta de Porecatu e do estado do Paraná.

Francisco serviu aqui, como um ponto de partida para várias reflexões. Uma delas diz respeito a classificação sobre os conflitos agrários que ocorreram no Paraná entre 1944 e 1951. Analisando os termos guerra, guerrilha, levante, revolta e resistência de Porecatu pude perceber uma dicotomia entre alguns termos. Enquanto guerra e guerrilha parecem palavras usadas pelos vencedores, para diminuir ou dar tom pejorativo ao movimento dos camponeses, todos os outros termos pareceram dar mais ênfase e protagonismos para esses agentes sociais – objetivo que pretendi desde o começo da escrita desta dissertação. Guerra e guerrilha apresentam uma visão que emana do poder. Além disso, todos os textos que utilizam o termo guerrilha se relacionam diretamente com

o protagonismo do Partido comunista, e esse é um objetivo que não permeia a construção desta dissertação. Já levante, revolta e resistência colocam os camponeses em evidência, como agentes de seus próprios processos históricos. Considera-se então que, na região de Porecatu, houve revolta, houve resistência e houve táticas de guerrilha, mas não um movimento guerrilheiro em si, visto que os camponeses não procuravam conquistar o poder ou mudar radicalmente as bases econômicas do país. Nesse aspecto considerei, por fim, que uma conceitualização aberta ajuda a compreender a complexidade de um acontecimento muito singular como os conflitos na região de Porecatu entre 1944 e 1951.

Também foi a partir das reflexões sobre Francisco que pude compreender que não podemos pensar no campesinato como homogêneo, nem em uma escala local, regional ou mundial. Enquanto o capitalismo se firma por meio de padrões, o campesinato é diverso. Dessa forma, acredito que o campesinato é uma forma política de reconhecimento conceitual de produtores familiares onde a alocação da mão de obra familiar é imprescindível para seu reconhecimento e sua permanência no mundo. Esses foram os motivos principais que me levaram a classificar Francisco como um camponês.

Outro aspecto importante a ser tratado é que, onde quer que existam camponeses, existem também mapas da violência. Essas violências podem ser simbólicas e, no caso de Francisco, físicas. A propriedade privada se expandiu no território brasileiro com bases na violência, o que foi responsável pela formação de um país desigual que caminha para o colapso da fome para muitos de seus habitantes.

Enquanto temos a história de Francisco reconstruída com bases na violência, de outro lado observamos a narrativa do pioneirismo latifundiário. Enquanto a história de Francisco e dos camponeses é uma história de lutas, mortes e perdas, a história do latifúndio é maravilhosa, edificadora. Nesta história tudo aconteceu com paz e harmonia, as cidades foram se criando quase que de maneira orgânica quando os grandes latifundiários compraram, sempre de forma legal, terras para o cultivo.

A história do latifúndio não tem espaço para sofrimentos. Não tem espaço para o armazém que obriga os camponeses a contraírem dívidas e se tornarem escravos. Não tem espaço para as expulsões, para a queima de casas de famílias pobres, para a pobreza extrema. Mas na história de Francisco e de outros camponeses há espaço para todas estas arbitrariedades. O mais incrível é que ambas coexistem no mesmo espaço e no mesmo tempo.

Gostaria de usar esse espaço das considerações finais para tratar sobre uma questão importante e repetir, deliberadamente, algumas informações. Francisco foi um

camponês, assassinado em 1950, em pleno governo democrático. Francisco foi torturado em praça pública para servir de exemplo a outros camponeses, em pleno governo democrático. Francisco teve sua liberdade retirada de maneira brutal, em pleno governo democrático. Destaco aqui que o governo Dutra era democrático porque há, muitas vezes, a ideia de que a tortura só existiu no Brasil durante governos ditatoriais. Precisamos olhar também para os homens e mulheres do campo, que sofrem e continuam sofrendo violências, mesmo nos períodos democráticos.

Compreende-se que a violência contra os camponeses não cessou com a Revolta de Porecatu. Acaso a desculpa para a violência fosse uma insurgência camponesa, não teria sido possível levantar tantos casos de tortura e assassinato que ocorreram depois da morte de Francisco Bernardo dos Santos. Quando busquei as narrativas dos outros camponeses que aparecem nesta dissertação, pensei em colocá-los apenas como uma tabela, que apresento em anexo no final desta dissertação. Mas não faria sentido tentar dar nomes e subjetividade para os camponeses se eles se tornassem apenas dados em uma tabela morta. Por isso a escolha de narrar todas as pequenas histórias que, embora não tenham sido aprofundadas, estão registradas. Demonstrem uma preocupação com as pessoas e o que elas foram.

Através dessas pequenas narrativas pude perceber que o poema *Morte e Vida Severina* se mantém latente, até o presente ano. A sina dos camponeses, onde se morre de emboscada antes dos vinte e de velhice antes dos trinta, parece ser um horizonte que não será superado tão cedo, considerando que 1% dos proprietários rurais possuem em torno de 46% das terras disponíveis para o cultivo de alimentos.

Por fim, conclui-se que a diminuição da escala de observação produz novos efeitos de conhecimento. A partir da história de Francisco Bernardo dos Santos é possível romper com a dicotomia entre esquerda e direita e compreender que os camponeses são agentes de suas próprias histórias, e não apenas pessoas sem conhecimento político “tuteladas” pelo Partido Comunista.

FONTES

Periódicos

- A Guerra de Porecatu. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 14 jul. 1951.
- Ameaça de Revolta em Porecatu. **O Dia**, Curitiba, 13 jun. 1951
- Apliquemos com mais audácia a linha política e tática do Manifesto de Agosto. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 06 jan. 1951.
- A realidade do “Pontal”. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 08 out. 1955.
- Assassinado um líder camponês. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 06 mar. 1953.
- Através do Brasil. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 20 fev. 1951.
- Contra a violência dos exploradores a violência organizada dos oprimidos. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 18 nov. 1950.
- De armas na mão defendem suas terras e suas vidas. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 28 out. 1950.
- Desbravadas pelos posseiros as terras de Porecatu. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 26 jun. 1951.
- Despejadas nove famílias e assassinado um camponês. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 27 fev. 1954.
- Dois trabalhadores rurais são assassinados em Pernambuco. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, Rio de Janeiro, mar/abr/mai. 2012.
- Fazendeiro é preso por homicídio. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, Rio de Janeiro, fev/mar. 2011.
- “Foi a polícia que matou meu pai!”. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 31 mai. 1951.
- Forças policiais semeiam o terror em toda a região norte do Paraná. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 28 jun. 1951.
- Governo de terror e assassinios. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 01 ago. 1952.
- Greves e choques armados na região norte do Paraná. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 09 jun. 1951.
- “Grilo” e banditismo no norte do Paraná. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1950.
- Mais um crime de morte em Porecatu. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 03 mar. 1951.
- Ninguém conhece ninguém. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 05 mar. 1960.
- “Nossa luta é a de todos os camponeses do Brasil”. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 16 dez. 1950.
- Notícias Operárias. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 12 mai. 1951.
- O camponês Francisco Bernardo dos Santos. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 13 de mai. 1950.
- **O cruzeiro**, Rio de Janeiro, 15 de jul. 1951.
- Os camponeses viugarão o sangue de Francisco Bernardo dos Santos. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 06 mai, 1950.
- Os intrusos e as providencias governamentais. **O Dia**, Curitiba, 14 ago. 1949.
- “Plantem capim! Plantem tranquilidade!” Foi a palavra de ordem na terra mista do Paraná. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 09 jun. 1971.
- Para a quinzena da paz. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 06 jan. 1951.
- Porecatu: a Coréia Paranaense. **O Dia**, Curitiba, 22 jun. 1951.
- Rebelião no Paraná. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 09 dez. 1950.

- Resistência armada ao banditismo dos latifundiários e da polícia. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 11 nov. 1950.
- Resoluções do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 18 mar. 1951.
- Terror e Banditismo no Norte do Paraná. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 29 out. 1949.
- Tropelias e violências. **O Dia**, Curitiba, 29 jul. 1949.
- Voz dos Campos. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 03 jan. 1951.

Jornais eletrônicos

- “Apesar da idade, queria vencer”: antes de ser assassinado, Luis foi à escola do MST. Disponível em: <www.brasildefato.com.br>. Acesso em julho de 2019.
- Chacina que resultou na morte de 10 pessoas no Pará completa uma semana; entenda. Disponível em: <g1.globo.com>. Acesso em julho de 2017.
- Chacina no Pará escancara escalada da barbárie em conflitos agrários no Brasil. Disponível em: <brasil.elpais.com>. Acesso em julho de 2017.
- COSTA, Francisco Martins da. Lunardellis não querem ser Berdinazi. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br>. Acesso em julho de 2019.
- Denúncia, violência no campo, tortura e assassinato dos camponeses. Disponível em: <revistaforum.com.br>. Acesso em fevereiro de 2019.
- Líder do MST é assassinado a tiros em Campos (RJ). Disponível em: <noticias.uol.com.br>. Acesso em fevereiro de 2019.
- Líder indígena é baleada dentro de aldeia em Maracanaú. Disponível em: <diariodonordeste.verdesmares.com.br>. Acesso em fevereiro de 2019.
- O Rei do Gado: 22 de sucesso com história de rixa no interior do Brasil e sem-terra. Disponível em : <observatoriodatelevisao.bol.uol.com.br>. Acesso em agosto de 2019.
- ‘Quem a polícia vai matar agora?’, pergunta filho de sem-terra morto em chacina de Pau D’Arco. Disponível em: <reporterbrasil.org.br>. Acesso em fevereiro de 2019.
- Trabalho escravo no sul de Minas: 15 foram resgatados em fazenda de café. Disponível em: <www.brasildefato.com.br>. Acesso em fevereiro de 2019.

De caráter biográfico:

- BERTOLINO, Oswaldo. Pedro Pomar: ideias e batalhas. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2013.
- Depoimento de Assis Lemos. In: MENEZES, Marilda; MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória de seus protagonistas. In: *Revista RURIS*, Campinas, v. 5, n° 1, 2011. p. 89.
- Depoimento de José Arnóbio. In: MENEZES, Marilda; MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória de seus protagonistas. In: *Revista RURIS*, Campinas, v. 5, n° 1, 2011. p. 87-88.
- Depoimento de José Ribeiro. In: Baleado em Porecatu escapou a pé para o Rio. **Imprensa Popular**, 13 ago. 1951.
- Depoimento de Maria do Carmo de Aquino. Depoimento de José Arnóbio. In: MENEZES, Marilda; MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória de seus protagonistas. In: *Revista RURIS*, Campinas, v. 5, n° 1, 2011. p. 90.

- Diário de Itagiba.
- Entrevista com Antônia Billar. In: A guerra de Porecatu. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 15 jul. 1951.
- Entrevista com Urbano Lunardelli: 22/09/1985. Disponível em : <www.youtube.com/watch?v=kOYaKFKyJRc&t=94s>. Acesso em maio de 2019.
- Entrevista de Paulo Pimentel concedida a Vanessa Moreiro Cordeiro. Disponível em: <doclondrina.blogspot.com>. Acesso em agosto de 2019.
- Geremia Lunardelli: Biografia. Disponível em <www.memoriall.com.br>. Acesso em junho de 2019.
- VILARINHO, Carlos Ferreira. Quem derrubou João Saldanha. São Paulo: Editora Mauad. 2010.

Documentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

- Ameaças tentam impedir líder camponesa no Amazonas de retornar à sua terra. Comissão Pastoral da Terra.
- Assassinatos e Processos, Pará 1985-2011.
- Conflitos no Campo – Brasil 1988.
- Conflitos no Campo – Brasil 2006.
- Conflitos no Campo – Brasil 2013.
- Conflitos no Campo – Brasil 2014.
- Conflitos no Campo – Brasil 2016.

Relatórios

- Relatório da Comissão Camponesa da Verdade.
- Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR: Teresa Urban.
- Relatório final: COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A APURAR A CHACINA QUE VITIMOU DEZ TRABALHADORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO, NO ESTADO DO PARÁ. Câmara dos Deputados, Brasília, dezembro de 2017.

Livros

- AMADO, Jorge. Terras do sem-fim. São Paulo: Círculo do livro, 1943.
- AMADO, Jorge. Tocaia Grande. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. Retrato da Repressão política no Campo. Disponível em: <www.marxists.org>. Acesso em fevereiro de 2019.

Manifestos

- Manifesto de agosto de 1950: PCB. Disponível em: <www.novacultura.info>. Acesso em agosto de 2019.
- PRESTES, Luiz Carlos. Manifesto de janeiro de 1948.

Documentos oficiais

- Anuário da chefatura de polícia do Paraná. 1950

- Porecatu: história. Disponível em: <www.porecatu.pr.gov.br>. Acesso em julho de 2019.

REFERÊNCIAS

- ANSART, Pierre. A gestão das paixões políticas. Curitiba: Editora UFPR, 2019.
- ANSART, Pierre. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas. História: questões & debates. Curitiba, PR: Editora UFPR, v. 17, n. 33, jul/dez. 2000.
- ANSART, Pierre. Ideologia, conflitos e poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- ARAÚJO, Ionnara Vieira. Regularização fundiária e terras devolutas, 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br>>. Acesso em novembro de 2019.
- ARENDDT, Hannah. Sobre a violência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- ARFUCH, Leonor. O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.
- AUED, Bernardete Wrublevski. A vitória dos vencidos (Partido Comunista Brasileiro – PCB – e Ligas Camponesas 1935-64). Dissertação de mestrado em Sociologia: UFPB, 1981.
- AZAR, Zaira Sabry. Campesinato e questão agrária no Brasil: um debate teórico-político, 2017. Disponível em: <www.joinpp.ufma.br>. Acesso em novembro de 2019.
- BALIBAR, Étienne. Violencia: Idealidad y crueldad. In: *Polis Revista Latinoamericana*, Santiago, n 19, 2008.
- BALIBAR, Étienne. Violencia, política, civilidad. In: *Revista Ciência Política*, Colombia, n 19, 2015.
- BARREIRA, César. Massacres: monopólios difusos da violência. Revista crítica de Ciências Sociais. Coimbra, n. 57/58, jun/nov. 2000.
- BARROS, José D’Assunção. O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BARTZ, Frederico Duarte. O horizonte vermelho: o impacto da revolução russa no movimento operário do Rio Grande do Sul, 1917-1920. Dissertação de mestrado em história: UFRGS, 2008.
- BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. 2012. Disponível em: <sociological.dominiotemporario.com>.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista 1920/1964. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

BRANDÃO, Gildo Marçal. A ilegalidade mata: o Partido Comunista e o sistema partidário (1945/64), s/d. Disponível em: <<http://anpocs.com>>. Acesso em dezembro de 2014.

BREPOHL, Marion. Pierre Ansart e o lugar das paixões políticas. Disponível em: <www.academia.edu>.

BRUMER, Anita; SANTOS, José Vicente Tavares dos. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX). Revista NERA. Presidente Prudente, SP: Unesp, n. 9, jul/dez. 2006.

BRUNO, Regina. Senhores da terra, senhores da guerra (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

CAMURÇA, Marcelo. Intelectualidade rebelde e militância política: adesão dos intelectuais ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) – 1922-1960. LOCUS: Revista de história. v. 4, n. 1, 1998.

CERQUEIRA, Juliana Maria; VIEIRA, Denes Dantas. Aspectos estruturais da violência no campo: uma revisão bibliográfica a partir do caso brasileiro. Inter-ação. Goiânia, GO, v. 43, n. 2, mai/ago. 2018.

CHAUÍ, Marilena. Ética y violencia, 1998. Disponível em: <https://nuso.org/media/articles/downloads/2794_1.pdf>. Acesso em novembro de 2019.

CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio. Velhos vermelhos: História e memória dos dirigentes comunistas no Paraná. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

COSENZA, Apoena Canuto. Um partido, duas táticas: Uma história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922 a 1935. Dissertação de mestrado em História Econômica: USP, 2012.

FIGUEIREDO, Candido de. Novo dicionário da língua portuguesa. 1913. Disponível em: <dicionario-aberto.net>.

FELICIANO, Carlos Alberto. A prática da violência no campo brasileiro do século XXI, s/d. Disponível em: <www.reformaagrariaemdados.org.br>. Acesso em novembro de 2019.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Agricultura capitalista e campesinato no norte do Paraná: Região de Porecatu 1940-1952. Dissertação de mestrado em História: UFPR, 1984.

FERREIRA, Jorge. Novos Rumos: jornal do Partido Comunista Brasileiro. LOCUS: Revista de história. v. 19, n. 02, 2013.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. Ditos e Escritos IV: Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GINZBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991. p. 178.

GINZBURG, Calor. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das letras, 1989. p. 144.

GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das letras, 2007. p. 277.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo: Companhia das letras, 2006. p. 11.

GIOVANNETTI, L. V. O Rei do café- Geremia Lunardelli. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo, 1951.

GONÇALVES, Marcos. Os arautos da dissolução: O imaginário anticomunista na imprensa regional. Paraná, década de 1940. Curitiba: SAMP, 2018. p. 121.

GONZAGA, Caroline. A construção da imagem de Francisco Bernardo dos Santos nas páginas da imprensa comunista – Um retrato entre a guerrilha armada de Porecatu e a atuação do PCB no Paraná (1950). Monografia em História: UFPR, 2016.

GUIMARÃES, Alberto. Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros. *In*: WELCH, C.A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M.N.B (Orgs.). Camponeses brasileiros. Vol 1. Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

IANNI, Octávio. A utopia camponesa. *In*: WELCH, C.A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M.N.B (Orgs.). Camponeses brasileiros. Vol 1. Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

JULIÃO, Francisco. Que são as Ligas Camponesas?. *In*: WELCH, C.A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M.N.B (Orgs.). Camponeses brasileiros. Vol 1. Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

LÉNINE, Vladimir. Que fazer? Problemas candentes no nosso movimento, 1977. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/fazer.pdf>>. Acesso em dezembro de 2019.

LEOCÁDIO, Leandro Cesar. Guerra, Guerrilha ou Revolta de Porecatu? Vários olhares o mesmo acontecimento (1940-2011). Disponível em: < www.uel.br >.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. *In*: BURKE, Peter. A escrita da história: Novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

MANIGLIA, Elisabete. Criminalidade e violência no âmbito rural: críticas e reflexões, 2005. Disponível em: <<http://www.saoluis.br/revistajuridica/arquivos/012.pdf>>. Acesso em novembro de 2019.

MARIANI, Bethania. Discurso e instituição: a imprensa, 1999. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640651/8196>>. Acesso em dezembro de 2019.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. *In*: PAULINO, Eliane; FABRINI, João Edmilson. Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. *In*: NOVAIS, Fernando; SCHWARCZ, Lilia. História da vida privada no Brasil 4: Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- MARX, Karl. A miséria da filosofia. São Paulo: Editora Escala, 2007.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Dimensões políticas da violência no campo, 1996. Disponível em: < https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg1-7.pdf>. Acesso em novembro de 2019.
- MENEZES, Marilda; MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória de seus protagonistas. In: *Revista RURIS*, Campinas, v. 5, n° 1, 2011.
- MONTEIRO, Claudia. Política entre razão e sentimentos: A militância dos comunistas no Paraná (1945-1947). Tese de doutorado em História: UFPR, 2013. p. 152.
- MORAES, Dênis de. O imaginário vigiado: A imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53). Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- MORENO, Ariane Angélica. Trajetória das famílias do Oeste Paulista que expandiram seus negócios para a Amazônia: A família Lunardelli no Norte do Paraná e Sul do Pará. Dissertação de mestrado em Planejamento do Desenvolvimento: UFPA, 2012.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: NAPOLITANO, M; CAJKA, R; MOTTA, R (Org.). Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- MOURA, Margarida Maria. Camponeses. São Paulo: Ática, 1986.
- NETO, João Cabral de Mello. Morte e vida Severina. Disponível em: <bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br>.
- NOVAIS, Adriana Rodrigues. A memória da repressão e violência no campo em tempos da Comissão Nacional da Verdade. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*. Bauru, SP: UNESP, v. 3, n.2, jul/dez. 2015.
- OIKAWA, Marcelo. Porecatu: A guerrilha que os comunistas esqueceram. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- OLIVEN, Ruben George. Violência e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.
- PRADO JR, Caio. A Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- PRIORI, Angelo. A Guerra de Porecatu. *Dialogos (Maringá)*, v. 14, 2010.
- PRIORI, Angelo. A revolta camponesa de Porecatu. 2009. Disponível em: <www.snh2011.anpuh.org>.
- PRIORI, Angelo. A revolta camponesa de Porecatu. In: Márcia Motta; Paulo Zarth. (Org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. Vol. II (Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado - 1930-1960). São Paulo: Ed. Unesp, 2009, v. 2.

PRIORI, Angelo. A Revolta Camponesa de Porecatú. A luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo: 1942-1952. Tese de doutorado em História e Sociedade: UNESP, 2000.

PRIORI, Angelo. Conflitos agrários e resistência: os camponeses de Porecatu. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton (orgs). Paraná Insurgente: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

PRIORI, Angelo Aparecido. O levante dos posseiros: a Revolta Camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no Campo. 1. ed. Maringá: Eduem, 2011.

PRIORI, A; POMARI, L.R; AMÂNCIO, S.M; IPÓLITO, V.K. História do Paraná: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012.

PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

QUEIROZ, Maria Isaura. Uma categoria rural esquecida (1963). In: WELCH, C.A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M.N.B (Orgs.). Camponeses brasileiros. Vol 1. Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas: A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Jayme. A imprensa comunista e a experiência democrática: o cotidiano carioca e programação cultural nas páginas dos jornais (1945-1958). In: ROXO, Marco; SACRAMENTO, Igor (Org.). Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais Ltda, 2012.

RIBEIRO, Luiz Paulo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Violência no campo brasileiro: a ação coletiva como fator de resistência e fortalecimento da identidade camponesa, 2016. Disponível em: <www.researchgate.net>. Acesso em novembro de 2019.

RIFIOTIS, Theophilos. Dilemas éticos no campo da violência. Comunicação & Educação. São Paulo, SP: EDUSP, n. 13, set./dez. 1998.

ROIZ, Diogo da Silva. Linguagem, cultura e conhecimento histórico: ideias, movimentos, obras e autores. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

SCOTT, James. A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos. Lisboa: Livraria letra livre, 2013.

SERRA, Elpídio. Conflitos rurais no Paraná: como foi que tudo começou. Disponível em: <eduem.uem.br>.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista. Revista NERA. Ano 8, nº . 7 . Jul/Dez de 2005.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane; FABRINI, João Edmilson. Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, Ligia Osorio. As leis agrárias e o latifúndio improdutivo, 1997. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02_02.pdf> Acesso em novembro de 2019.

SILVA, Osvaldo Heller da. A foice e a cruz: Comunistas e Católicos na História do Sindicalismo dos Trabalhadores Rurais do Paraná. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

SOARES, Paula Elise Ferreira. As representações do camponês e do latifundiário brasileiros: trabalhadores rurais e coronéis na cultura política comunista (1922-1964). Dissertação de mestrado em História: UFMG, 2011.

STEDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil: O debate na década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

THOMPSON, Edward Palmer. A Formação da Classe Operária Inglesa. Volume I. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VANDERLINDE, Tarcísio. Camponeses: um olhar nos primórdios da modernidade. Revista Cantareira. Niterói: UFF, RJ. V. 1, n.5, abr/ago, 2004.

VARIKAS, Eleni. A escória do mundo. Figuras do pária. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

VELHO, Otávio. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. *In*: WELCH, C.A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M.N.B (Orgs.). Camponeses brasileiros. Vol 1. Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

WELCH, C.A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M.N.B (Orgs.). Camponeses brasileiros. Vol 1. Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

WOORTMANN, Klass. Migração, família e campesinato. *In*: WELCH, C.A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M.N.B (Orgs.). Camponeses brasileiros. Vol 1. Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

ANEXO

Tabela referente a todos os camponeses (ou apoiadores de sua luta) mencionados no texto que sofreram algum tipo de violência.

Data	Nome	Local	Violência
02 de janeiro de 1947	Francisco Lourenço Figueiredo	Região de Porecatu – PR	Torturado
1949	Alcides de Sordi	Região de Porecatu – PR	Assassinado
1949	Clementino Borges Gomes	Região de Porecatu – PR	Torturado
1950	João Japão	Região de Porecatu – PR	Assassinado
1950	Pedro Vieira de Moraes	Região de Porecatu – PR	Assassinado
1950	Benedito dos Santos	Região de Porecatu – PR	Assassinado
1950	Benedito Barbudo	Região de Porecatu – PR	Assassinado
1950	Cassiano Coelho	Região de Porecatu – PR	Assassinado
1950	Francisco Bernardo dos Santos	Região de Porecatu – PR	Torturado e assassinado
10 de fevereiro de 1951	Osny Amaral	Região de Porecatu – PR	Assassinado
Maio de 1951	Patrício Severo	Região de Porecatu – PR	Assassinado
1952	Ortis	Região de Porecatu – PR	Assassinado
1953	José Honorato de Lemos	Almeliópolis – SP	Assassinado
1954	Josino da Cunha Barbosa	Marialva – PR	Assassinado
Março de 1957	Pedro José da Silva (Pedrinho Barbeiro)	Pato Branco – PR	Assassinado
Outubro de 1957	João Saldanha	Francisco Beltrão – PR	Esposa e filho assassinados
14 de Março de 1961	Alfredo Nascimento	PB	Assassinado
02 de Abril de 1962	João Pedro Teixeira	Sapé - PB	Assassinado
1963	João Machado dos Santos (João Sem Terra)	RS	Torturado

07 de janeiro de 1963	Zacarias Batista do Nascimento	Usina Estreliana – PE	Assassinado
07 de janeiro de 1963	Israel Batista do Nascimento,	Usina Estreliana – PE	Assassinado
07 de janeiro de 1963	João Batista,	Usina Estreliana – PE	Assassinado
07 de janeiro de 1963	Ernesto Batista	Usina Estreliana – PE	Assassinado
07 de janeiro de 1963	Antônio Farias	Usina Estreliana – PE	Assassinado
1964	Manoel da Conceição	Pindaré-Mirim – MA	Torturado
24 de julho 1965	Pedro Gomes da Silva	Moju – PA	Assassinado
1965	José Ribeiro	Formoso, Goiânia e Brasília	Torturado
1965	Dirce Machado da Silva	Formoso, Goiânia e Brasília	Torturada
1965	Cézar Machado da Silveira	Formoso, Goiânia e Brasília	Torturado
1966	José Sabino dos Santos	São Bento do Uma – PE	Assassinado
Junho de 1966	José Raimundo Félix	Jupi – PE	Assassinado
Mai de 1966	Antônio Soares de Moraes	Custódia – PE	Assassinado
Outubro de 1966	Valdomiro Manoel de Lima	São Caetano – SP	Assassinado
Novembro de 1966	José Roque da Silva	Engenho Batinga	Torturado e assassinado
Dezembro de 1966	Mário Batista da Silva	Lavoura Canavieira de Marial	Assassinado
05 a 09 de junho 1970	José Benedito da Silva	Engenho Fanal da Luz, Palmares-PE	Torturado e assassinado
05 a 09 de junho 1970	Elídia Maria da Conceição	Engenho Fanal da Luz, Palmares-PE	Torturada
26 de janeiro a 19 de março de 1970	Cassimiro Luiz de Freitas	Pontalina – GO	Torturado e assassinado
Junho de 1972	Padre Roberto de Valicourt	São Domingos do Araguaia – PA	Torturado
Junho de 1972	Irmã Maria das Graças	São Domingos do Araguaia – PA	Torturada
05 de outubro de 1972	Luís Inocência Barreto	Escada – PE	Alvejado por tiros
05 de outubro de 1972	João Inocência Barreto	Escada – PE	Alvejado por tiros

05 de outubro de 1972	José Inocêncio Barreto	Escada – PE	Assassinado
Setembro de 1972	Joaquim Inácio da Silva	Engenho Mascuaba, Machado – MG	Assassinado
1973	Manoel Mangueira	Fazenda Campos Novos, Cabo Frio – RJ	Assassinado
Fevereiro de 1974	Clóvis Ribeiro dos Santos	Acampamento de Bacaba – PA	Torturado e assassinado
Abril de 1974	Vicente Pompeu da Silva	Quartel do Exército – PE	Torturado
Abril de 1975	Nestor Vera	Santo Anastácio – SP	Torturado e assassinado
Outubro de 1976	Padre João Bosco	Ribeirão Bonito – MT	Assassinado
30 de outubro a 12 de novembro de 1976	Padre Florentino Maboni	São Geraldo do Araguaia – PA	Torturado
22 de setembro de 1977	Eugênio Lyra	Santa Maria da Vitória - BA	Assassinado
Julho de 1978	Hermínio Alves da Luz	Fazenda Maguary, Santa Luzia – MA	Assassinado
13 de maio de 1979	Adauto Freire da Cruz	Entre Rio de Janeiro e Teresópolis – RJ	Torturado e assassinado
13 de maio de 1979	Delzuite da Costa Silva	Entre Rio de Janeiro e Teresópolis – RJ	Torturada
21 de julho de 1980	Wilson de Souza Pinheiro	Brasiléia – Acre	Assassinado
8 de janeiro de 1981	Sebastião Souza Oliveira (Sebastião Mearim)	Vila do Alegre – PA	Assassinado
02 de janeiro de 1981	José Manoel de Souza	Jacundá – PA	Assassinado
08 de setembro de 1982	Manoel Dias	Boa Vista do Procópio – SP	Assassinado
18 de julho de 1982	Gabriel Sales Pimenta	Marabá – PA	Assassinado
02 de março de 1982	Belchior Martins da Costa	Rio Maria – PA	Torturado e assassinado
21 de novembro de 1982	Elias Zi Costa Lima (Zizi)	Santa Luzia – MA	Assassinado
12 de agosto de 1983	Margarida Maria Alves	Alagoa Grande – PB	Assassinada
4 de julho de 1984	Benedito Alves Bandeira (Benezinho)	Tomé-Açu – PA	Assassinado
28 de agosto de 1984	Sebastião Rosa da Paz	Uruaçu – GO	Assassinado
04 de janeiro de 1985	Armando Oliveira da Silva (Quintino)	Região do Porto da Silva Matos – PA	Assassinado

04 de janeiro de 1985	“Bodão” Mão de Sola	Região do Porto da Silva Matos – PA	Assassinado
04 de janeiro de 1985	“Mão de Sola”	Região do Porto da Silva Matos – PA	Assassinado
23 de outubro de 1985	Nativo da Natividade de Oliveira	Carmo do Rio Verde – GO	Assassinado
18 de dezembro de 1985	João Canuto de Oliveira	Rio Maria – PA	Assassinado
11 de março de 1985	Sadão	Iguape – SP	Alvejado por tiros
03 de janeiro de 1986	Yoshio Muritani	Iguape – SP	Torturado e assassinado
10 de maio de 1986	Padre Josimo	Imperatriz – MA	Assassinado
11 de junho de 1987	Paulo Fonteles	PA	Assassinado
23 e 24 de outubro de 1987	João Barbosa da Conceição	Rondon – PA	Assassinado
23 e 24 de outubro de 1987	Sebastião Pereira de Souza	Rondon – PA	Assassinado
23 e 24 de outubro de 1987	Clécio Silvino da Silva	Rondon – PA	Assassinado
Fevereiro de 1988	Genésio Alves de Oliveira	Bujaru – PA	Assassinado
1989	Pedro Paraná	Trombas e Formoso – GO	Assassinado
03 de abril de 1990	Braz Antônio de Oliveira	Rio Maria – PA	Assassinado
03 de abril de 1990	Ronan Rafael Ventura	Rio Maria – PA	Assassinado
08 de março de 1991	Sebastião Ribeiro da Silva	Tailândia – PA	Assassinado
04 de janeiro de 1992	Domingos Menezes Cardoso	São João do Araguaia – PA	Assassinado
04 de janeiro de 1992	João de tal (João Doido)	São João do Araguaia – PA	Assassinado
17 de junho de 1993	Alcebíades Anjos Santos, e	Tailândia – PA	Assassinado
17 de junho de 1993	Inácio Batista da Silva	Tailândia – PA	Assassinado
17 de junho de 1993	João Maria da Costa	Tailândia – PA	Assassinado
17 de junho de 1993	Aparício Vites Farrapos	Tailândia – PA	Assassinado
02 de outubro de 1994	Antônio Teles Saraiva	Eldorado dos Carajás – PA	Assassinado

02 de outubro de 1994	Alcina Gomes Barbosa	Eldorado dos Carajás – PA	Assassinada
06 de agosto de 1995	João Menezes	São João do Araguaia – PA	Assassinado
06 de agosto de 1995	Waldemir Brito	São João do Araguaia – PA	Assassinado
06 de agosto de 1995	“Bigode”	São João do Araguaia – PA	Assassinado
17 de abril de 1996	Altamiro Ricardo da Silva	Eldorado dos Carajás – PA	Assassinado
17 de abril de 1996	João Rodrigues Araújo	Eldorado dos Carajás – PA	Assassinado
17 de abril de 1996	Joaquim Pereira Veras	Eldorado dos Carajás – PA	Assassinado
17 de abril de 1996	Valdemir Ferreira da Silva (Bem Te Vi)	Eldorado dos Carajás – PA	Assassinado
17 de abril de 1996	Amâncio Santos Silva	Eldorado dos Carajás – PA	Assassinado
17 de abril de 1996	Robson Vitor Sobrinho,	Eldorado dos Carajás – PA	Assassinado
17 de abril de 1996	José Alves da Silva,	Eldorado dos Carajás – PA	Assassinado
17 de abril de 1996	Antônio Costa Dias,	Eldorado dos Carajás – PA	Assassinado
17 de abril de 1996	João Carneiro da Silva,	Eldorado dos Carajás – PA	Assassinado
17 de abril de 1996	Antônio (Irmão),	Eldorado dos Carajás – PA	Assassinado
17 de abril de 1996	Abílio Alves Rabelo,	Eldorado dos Carajás – PA	Assassinado
17 de abril de 1996	Antônio Alves da Cruz,	Eldorado dos Carajás – PA	Assassinado
17 de abril de 1996	Lourival Costa Santana,	Eldorado dos Carajás – PA	Assassinado
17 de abril de 1996	Manoel Gomes Souza,	Eldorado dos Carajás – PA	Assassinado
17 de abril de 1996	Oziel Alves Pereira,	Eldorado dos Carajás – PA	Assassinado
17 de abril de 1996	José Ribamar Alves Souza,	Eldorado dos Carajás – PA	Assassinado
17 de abril de 1996	Raimundo Lopes Pereira, Graciano Olímpio Souza (Badé),	Eldorado dos Carajás – PA	Assassinado
17 de abril de 1996	Leonardo Batista Almeida,	Eldorado dos Carajás – PA	Assassinado
13 de janeiro de 1997	José Júlio Rodrigues da Silva, e	Ourlândia Norte – PA	Assassinado

13 de janeiro de 1997	João Batista dos Santos	Ourilândia Norte – PA	Assassinado
13 de janeiro de 1997	Antônio Ferreira Filho	Ourilândia Norte – PA	Assassinado
26 de março de 1998	Onalício Araújo Barros (Fusquinha)	Parauebas – PA	Assassinado
26 de março de 1998	Valentim da Silva Serra (Doutor)	Parauebas – PA	Assassinado
07 de fevereiro de 1998	Sebastião Camargo Filho	Marilena – PR	Assassinado
20 de maio de 1999	Euclides Francisco de Paulo	Parauebas – PA	Assassinado
21 de novembro de 2000	José Dutra da Costa	Rondon – PA	Assassinado
09 de julho de 2001	José Pinheiro de Lima	Marabá – PA	Assassinado
09 de julho de 2001	Cleonice Campos Lima	Marabá – PA	Assassinada
09 de julho de 2001	Samuel Lima	Marabá – PA	Assassinado
27 de junho de 2002	Ivo Laurindo do Carmo	Irituia – PA	Assassinado
12 de setembro de 2003	Justino Pereira da Silva	São Félix do Xingu – PA	Assassinado
12 de setembro de 2003	Pedro Formiga,	São Félix do Xingu – PA	Assassinado
12 de setembro de 2003	Antônio Vieira da Silva	São Félix do Xingu – PA	Assassinado
12 de setembro de 2003	Penteado Antônio,	São Félix do Xingu – PA	Assassinado
12 de setembro de 2003	Antônio da Conceição,	São Félix do Xingu – PA	Assassinado
12 de setembro de 2003	Eliseu	São Félix do Xingu – PA	Assassinado
12 de setembro de 2003	Maurício	São Félix do Xingu – PA	Assassinado
12 de setembro de 2003	Baixinho Moreno	São Félix do Xingu – PA	Assassinado
06 de fevereiro de 2004	Ribamar Francisco dos Santos	Rondon – PR	Assassinado
15 de fevereiro de 2005	Soares da Costa Filho	Parauebas – PA	Assassinado
04 de setembro de 2006	Almir Pedro de Paula	Cumaru do Norte – PA	Assassinado
04 de setembro de 2006	Cícero Jacinto de Jesus	Cumaru do Norte – PA	Assassinado

28 de janeiro de 2006	Antônio Bezerra da Silva	São Félix do Xingu – PA	Assassinado
26 de abril de 2007	Antônio Raimundo dos Santos (Carequinha)	Novo Repartimento – PA	Assassinado
2008	Vanderlei Ferreira de Meireles	Açailândia – MA	Assassinado
2008	Gilberto Ribeiro Lima	Açailândia – MA	Assassinado
09 de dezembro de 2009	Elcio Machado (Sabiá)	Buritis – MG	Torturado e assassinado
09 de dezembro de 2009	Gilson Gonçalves	Buritis – MG	Torturado e assassinado
04 de junho 2010	Nilcilene Miguel de Lima	Lábrea – AM	Torturada
24 de maio de 2011	José Cláudio Ribeiro da Silva	Nova Ipixuna – PA	Assassinado
24 de maio de 2011	Maria do Espírito Santo Silva	Nova Ipixuna – PA	Assassinada
2011	Negro Flaviano	São Vicente de Ferrer – MA	Assassinado
02 de abril de 2012	Pedro Bruno	Assentamento Dona Margarida Alves – PE	Assassinado
23 de março de 2012	Antônio Tiningo	Fazenda Açucena, Jataúba – PE	Assassinado
Janeiro de 2013	Cícero Guedes dos Santos	Campos – RJ	Assassinado
Outubro de 2014	Martinho Souza Aires	São Luís – MA	Assassinado
01 de novembro de 2014	Marinalva Kaiowá	Terra indígena Guyraroká – MS	Assassinada
Agosto de 2015	Maria das Dores dos Santos S. Priante	Iranduba – AM	Torturada e assassinada
2015	Adenilson da Silva Nascimento (Pinduca)	Serra das Trepes - BA	Assassinado
07 de abril de 2016	Vilmar Bordim	Quedas do Iguaçu – PR	Assassinado
07 de abril de 2016	Leomar Bhorback	Quedas do Iguaçu – PR	Assassinado
24 de maio de 2017	Antônio Pereira Milhomem	Fazenda Santa Lúcia – PA	Assassinado
24 de maio de 2017	Weclebson Pereira Milhomem	Fazenda Santa Lúcia – PA	Assassinado
24 de maio de 2017	Weldson Pereida da Silva	Fazenda Santa Lúcia – PA	Assassinado
24 de maio de 2017	Ronaldo Pereira de Souza	Fazenda Santa Lúcia – PA	Assassinado

24 de maio de 2017	Regivaldo Pereira da Silva	Fazenda Santa Lúcia – PA	Assassinado
24 de maio de 2017	Ozeir Rodrigues da Silva	Fazenda Santa Lúcia – PA	Assassinado
24 de maio de 2017	Nelson Souza Milhomem	Fazenda Santa Lúcia – PA	Assassinado
24 de maio de 2017	Bruno Henrique Pereira Homes	Fazenda Santa Lúcia – PA	Assassinado
24 de maio de 2017	Hércules Santos de Oliveira	Fazenda Santa Lúcia – PA	Assassinado
24 de maio de 2017	Jane Julia de Oliveira	Fazenda Santa Lúcia – PA	Assassinada
12 de setembro de 2018	Cacique Maria Madalena	Maracanaú – CE	Alvejada por tiros
18 de julho de 2019	Luis Ferreira da Costa	Valinhos – SP	Assassinado

* Tabela de elaboração própria.